## BILLIMENAU em Cadernos

Apoio Cultural:



Baumgarten















Genésio Deschamps | Victória Sievert



1.957\*2007

TOMO XLVIII Nov./Dez. 2007 Número 11/12



Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferréira da Silva - Blumenau/S

Acervo: Biblioteca Pública SC Hemeroteca Digital Catarinense



Tomo I

Número 1

Novembro de 1957

### A que viemos

O próprio título o está dizendo. Traremos o passado e o presente de Blumenan, contados e registrados em cadernos mensais, sem outras pretensões que não as de concorrer com o nosso esfórço e o pouco de inteligência que Deus nos deu, para tornar mais conhecida a história do município, mais estimada e venerada a memória dos homens que fizeram a sua grandeza atual e para que o exemplo dêsses pioneiros sirva de orientação e de estímulo aos que, na hora que passa, trabalham por que o nosso futuro não seja menos glorioso que o nosso passado.

Mas não nos limitaremos a rebuscar arquivos, a contar casos dos tempos idos. Procuraremos, também, apontar aos que, na atualidade, concorrem com o seu trabalho para o engrandecimento comum, o caminho a seguir. O bom caminho. O caminho que palmilharam os colonos idealistas que, acima de tódas as conveniências, pensaram e agiram em razão do aperfeiçoamento material e moral da comuna, a fim de que esta fósse, em tódas as épocas, um motivo de justo orgulho para o Brasil. O caminho, afinal, que nos manterá sempre na vanguarda de tódas as iniciativas úteis à coletividade e que nos levará, sem divida, a magnificos destinos.

Nesse propósito, anotaremos e discutiremos, nestes cadernos, todos os assuntos de que possa resultar algum benefício ao povo do Vale do Itajaí, cujos interésses, em última análise, são os mesmos interésses do município, do estado, do país.

Fugiremos, entretanto, às discussões políticas; não nos envolveremos em lutas partidárias nem em polémicas de natureza religiosa.

Pugnaremos por Blumenau para que êste, glorificado e engrandecido pela atividade honesta do seu povo, pela orientação sábia e digna dos seus dirigentes, pelo desprendimento de seus homens públicos, pelo espírito de iniciativa, de capacidade realizadora de suas elites, não tenha em vão gravado em seu maravilhoso escudo armorial o distico de que tanto se orgulha: "Pro Sancta Catharina et Brasilia".

Com Blumenau, por Santa Catarina e pelo Brasil — será o nosso lema também!

- 1 -

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

João Paulo Kleinübing
Prefeito Municipal

Edson Brunsfeld Vice-Prefeito

#### FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Ivo Hadlich
Presidente

Iúry Bugmann Ramos Diretor Administrativo-Financeiro

Sueli M. V. Petry Diretora Histórico-Museológica

Rafaela Hering Bell Diretora do MAB - Museu de Arte de Blumenau

Vinícius Nico Wollf
Diretor de Cultura

#### BLUMENAU EM CADERNOS Fundada em 1957 por José Ferreira da Silva

Sueli Petry Diretora

#### CONSELHO EDITORIAL

Annemarie Fouquet Schünke
(Presidente)
Cristina Ferreira
Gervásio Tessaleno Luz
Ivo Marcos Theis
Marcos Schroeder
Carla Fernanda da Silva
Urda Alice Klueger
Viegas Fernandes da Costa

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

#### FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Arquivo Histórico "José Ferreira da Silva"

## BLUMENAU em Cadernos Especial

#### Prêmio Alm. Lucas Alexandre Boiteux

na Área de História - edição 1998, concedido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

#### Prêmio Destaque - 2002

concedido pela Academia Catarinense de Letras

#### Homenagem especial - 2007

pelos 50 anos de publicação da revista Blumenau em Cadernos, concedida pelo Conselho Municipal de Cultura de Blumenau

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

#### © 2001 by Fundação Cultural de Blumenau

#### BLUMENAU em Cadernos

Expediente: Alameda Duque de Caxias, 64 Caixa Postal 425 89015-010 - Blumenau - SC Fone (0\_\_47) 3326-6990 - arquivohistorico@fcblu.com.br

Capa e Diagramação: Silvio Roberto de Braga Revisão: Gervásio Tessaleno luz Normalização bibliográfica: Gláucia Maindra da Silva (CRB-14/924) Seleção de fotos: Carla Fernanda da Silva e Fernanda Renaldi Secretária: Mirela Nolasco

Fotos não legendadas: Acervo do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva



#### EDITORA CULTURA EM MOVIMENTO

Rua XV de Novembro, 161 - Centro - Caixa Postal 425 - 89010-001 - Blumenau - SC http://www.fcblu.com.br

Ficha Catalográfica Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Biblioteca Pública Dr. Fritz Müller - Blumenau - SC

Blumenau em cadernos. (Fundação Cultural de Blumenau) Blumenau, SC, 1 (6) 1957 - Il. Bimestral

ISSN 0006-5218

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1825, de 20 de dezembro de 1907

Os artigos são de inteira responsabilidade dos autores.

© Reservados todos os direitos de publicação total ou parcial pela Editora Cultura em Movimento "Impresso no Brasil / Printed in Brazil"

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

### Sumário

identidade cultural - Ivo Hadlich7
Apresentação9
Autores15
Meio ambiente em Blumenau: da Pré-história à História Lauro Eduardo Bacca19
O Vale do Itajaí e a política imigratória do império Giralda Seyferth57
A primeira viagem do Dr. Blumenau para Santa Catarina em abril de 1847 - Klaus Richter83
Na trama do cotidiano: a indumentária oitocentista em Blumenau (1 <b>850 - 1880) -</b> Sueli M.V.Petry95
Propriedade e mobilidade em Blumenau no século XIX Ricardo Machado115
Breve balanço crítico de estudos sobre a formação de uma economia local: o caso de Blumenau - Ivo M. Theis141
Desenvolvimento industrial e identidade regional nos tempos da globalização: Blumenau e o nordeste de Santa Catarina Gerd Kohlhepp <sup>·</sup> Maria Luiza Renaux159
A trajetória do turismo em Blumenau-SC: uma análise

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Lobo em pele de cordeiro: ideario nacional socialista no	
material de entretenimento do <i>BLUMENAUER VOLKSKALENDI</i> (1933-1938) - Méri Frotscher	
Cultura associativa: a vida dos trabalhadores nos clubes de futebol em Blumenau (1950-1970) - Cristina Ferreira	231
Blumenau no período da ditadura: um partido organizado co apoio dos trabalhadores e uma ação governamental voltada interesses econômicos - Vilma Margarete Simão	aos
Cenários de territorialidade e identificação negra em Blumer (1993/4) - Vera Iten Teixeira	
Cultura em Blumenau: trinta e seis anos! N Kellermann	oemi 299
Blumenalva e Nauemblu transcendem Deutschtum e Brasilianertum na literatura blumenauense Dr. José Endoença Martins	327
Manhãs de domingo em Blumenau: um rosário de reminiscências! - Urda Alice Klueger	363

#### Blumenau em Cadernos:

# REGISTRO VIVO nossa IDENTIDADE Cultural

A mensuração do tempo é um processo relativo. Se contraposto a 5.000 anos de história, 50 anos se configuram apenas como um curto espaço de tempo, ínfimo demais para ser relevante. Se estes 50 anos forem comparados com o tempo que uma idéia acalentada por um grupo de apreciadores da história, esta longevidade é uma conquista.

A revista Blumenau em Cadernos completa, nesta edição, 50 anos de circulação. Quantas publicações, mesmo respaldadas numa infra-estrutura específica para este objetivo, atingem esta idade?

Nas últimas cinco décadas, esta publicação esteve presente no cotidiano da história de Blumenau e do Vale do Itajaí, não como um mero informativo, mas como um registro vivo do crescimento da cidade, fazendonos compreender o passado e acompanhando o presente.

Nenhum texto pode ser relegado ao estatuto de mera palavra escrita. Um texto é a cristalização de um instante, a captura de uma conjuntura, à qual nos reportamos na tentativa de reconstruir um momento do passado. A perenidade de um texto, ainda que possa sofrer as máculas do tempo, é uma fonte fiel que nos permite resgatar parte da vida que já vivemos.

Walter Benjamin, o filósofo da Escola de Frankfurt, escreveu, certa vez, a seu amigo, o historiador Scholem: "cada linha que conseguirmos publicar hoje - não importa quão incerto seja o futuro a que nós a entregamos - é uma vitória arrancada das mãos dos poderes da escuridão". Benjamin tinha a consciência de que apenas com a palavra escrita a história poderia ser contada de outros ângulos.

Nossos tempos são menos adversos. Os "poderes da escuridão" são, para nós, o esquecimento que obscurece todo um passado de realizações. Imbuídos desta pretensão de termos contribuído para ajudar a contar e a registrar a história deste município, nestes últimos 50 anos, nossos esforços, enquanto gestores do poder público, se mostram recompensados.

Se a revista Blumenau em Cadernos conseguiu este feito na história, é porque o que se conta nela não é tão-somente a História Oficial, aquela que se desenrola nas mesas de reuniões, entre decisões e documentos. Trata-se, outrossim, de dar um rosto a uma história mais modesta, anônima, polimórfica e tão matizada, que se processa nas mesas das famílias, nas conversas durante o cafezinho, na incessante descoberta da Blumenau que queremos que seja cada dia melhor.

#### Ivo Hadlich

Presidente da Fundação Cultural de Blumenau

### BLUMENAU em Cadernos

## Especial

Celebramos com esta edição os 50 anos de publicação de "Blumenau em Cadernos". O mérito deste marco tem vários responsáveis, cujos nomes encontram-se ao longo das páginas que compõem a coleção da revista.

Os colaboradores essenciais são os voluntários e funcionários que se esforçaram com toda dedicação e carinho, trabalhando nos bastidores para garantir o sucesso e a longevidade de Blumenau em Cadernos.

A credibilidade e aceitação conquistadas junto aos assinantes, patrocinadores e leitores devem-se aos incansáveis articulistas, tradutores, pesquisadores, memorialistas, escritores e historiadores que compuseram os textos sobre inúmeras temáticas e a transformaram numa revista respeitada e reconhecida ao longo dos seus 50 anos, deixando uma preciosa contribuição ao estudo da História Regional.

Em termos de historiografia catarinense e nacional, "Blumenau em Cadernos" é uma inesgotável fonte e referencial para a pesquisa do cotidiano, relações de gênero, biografias, política, educação, cultura, esporte, meio ambiente, sociedade e história do Vale do Itajaí, especialmente de Blumenau.

Seu idealizador foi o pesquisador e historiador José Ferreira da Silva, cuja história de vida esteve intimamente vinculada à região. No editorial de abertura da revista, ao ser lançada em novembro de 1957, entre os seus propósitos, anunciava: "anotar e discutir todos os assuntos que podem resultar em algum benefício ao povo do Vale do Itajaí", como também "fugiremos de discussões políticas, e não nos envolveremos em lutas partidárias, nem em polêmicas de natureza religiosa".

Com seu falecimento (1973), a família de Ferreira da Silva transferiu os direitos autorais de "*Blumenau em Cadernos*" à Fundação Cultural de Blumenau. Coube aos gestores dar continuidade à revista. Cada um deixou a sua marca.

Frederico Carlos Allende (1974-1977), auxiliado pelo heraldista Edison Müller, procurou cumprir a missão de dar seqüência ao trabalho iniciado por Ferreira da Silva.

O jornalista e linotipista José Gonçalves (1977- 1996) deu ênfase ao processo de impressão pelo método artesanal em máquina de linotipia, abrindo espaço para o regionalismo catarinense.

A partir de 1997, ocorre a vinculação da revista ao Arquivo Histórico "José Ferreira da Silva", órgão responsável pela preservação e guarda da documentação histórica e administrativa do município. A direção geral das edições passa à responsabilidade da professora Sueli Petry, que introduz uma nova dinâmica interna à "Blumenau em Cadernos". A proposta de reformulação nesta ocasião parte do presidente da Fundação Cultural de Blumenau, professor Bráulio Maria Schloegel, que nomeou um Conselho Editorial, formado por professores universitários e cidadãos da sociedade ligados à pesquisa e à memória blumenauense.

Foi inserida na Editora Cultura e Movimento. Sem alterar as linhas mestras, programou-se a diagramação de um novo projeto gráfico para este periódico que passou a ser impresso em off-set.

Tratando-se de uma revista de cunho histórico-cultural, intensificouse a publicação de documentos do acervo arquivístico, visando socializar o seu teor e dar acesso ao público leitor.

Suas matérias, pelo seu conteúdo histórico, análises, críticas, depoimentos, multiplicidade de temas, problemáticas, temporalidades e

resultado de pesquisas são verdadeiros divisores de paradigmas que contribuem para um novo olhar sobre a história regional e catarinense. Pelos seus méritos lhe foram concedidos: **Prêmio Almirante Lucas Alexandre Boiteux – História - 1998**, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina; **Prêmio Destaque - 2002**, pela Academia Catarinense de Letras; **Homenagem Especial – 2007**, pelos 50 anos de publicação e relevantes serviços prestados à cultura, pelo Conselho Municipal de Cultura de Blumenau.

Para registrar o cinqüentenário, a Fundação Cultural de Blumenau e o Conselho Editorial programaram uma edição especial, constituída de 15 artigos. Em diversos momentos, as temáticas se cruzam em perspectivas diversas, ampliando horizontes, perpassando pelos caminhos da análise e interpretação das publicações contidas nesta edição comemorativa.

Primeiramente, Lauro Eduardo Bacca publica o artigo "Meio ambiente em Blumenau: da Pré-História à História". Aborda aspectos históricos do meio ambiente em Blumenau, sua gestão e pioneirismo. Inicia antes mesmo da presença da ocupação do homem, para chegar aos efeitos antrópicos e civilizatórios sobre o tema.

"O vale do Itajaí e a política imigratória do Império". Com esta temática, Giralda Seyferth faz uma análise do processo da imigração e colonização no Brasil desde 1808, enfocando as diferentes fases de implantação. Aponta a problemática da mão de obra escrava, legislação imigratória inadequada e ocupação de terras, com destaque para as áreas do sul do País. Conclui dando ênfase ao sucesso de algumas colônias, de modo especial ao Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

Klaus Richter, vasculhando o acervo da Câmara de Comércio de Hamburgo, teve a oportunidade de pesquisar uma documentação inédita para os estudiosos brasileiros. Trata-se dos relatórios produzidos pelo Dr. Hermann Blumenau no período que antecede aos preparativos do seu projeto de colonização. Através do título "A primeira viagem do Dr. Blumenau a Santa Catarina", o autor relata os procedimentos e viagem de estudos realizada para a Província de Santa Catarina no final da primeira metade do século XIX, quando ficou convencido da necessidade de explorar a bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu.

"Na trama do cotidiano oitocentista, a indumentária em Blumenau: 1850 - 1880". Com este título, Sueli Maria Vanzuita Petry revela os primeiros

resultados de sua pesquisa referente à história da indumentária em Blumenau, dentro do contexto histórico e cultural da Colônia.

Ricardo Machado publica "Propriedade e mobilidade em Blumenau no século XIX". Trata da temática da propriedade do imigrante e sua distribuição espacial. Com a pesquisa demonstra como administrar o espaço e os indivíduos tornou-se uma tarefa difícil e fundamental dos administradores e governos no mundo moderno.

Com "Breve balanço crítico de estudos sobre a formação de uma economia local: o caso de Blumenau", Ivo Marcos Theis faz uma análise de estudos realizados sobre a formação econômica do município. A matéria prima são os trabalhos já realizados por economistas, geógrafos, historiadores e investigadores de outros campos do conhecimento. Interessam-lhe os objetos de estudo, os métodos empregados, os enfoques teóricos adotados, os resultados e conclusões alcançadas.

"Desenvolvimento industrial e identidade regional nos tempos da globalização: Blumenau e o nordeste de Santa Catarina". Este é o artigo produzido por Gerd Kohlhepp e Maria Luiza Renaux, abordando o desenvolvimento ocorrido nas indústrias que tiveram como características a origem de iniciativas locais e o espírito empreendedor de imigrantes alemães, italianos e seus descendentes. Hoje, a cultura etnocêntrica dos primeiros tempos da colonização mudou em virtude da migração e cooperação, e, é fundamentado nas interações sociais. Afirmam que, apesar da globalização e da conseqüente necessidade e reestruturação, as indústrias do nordeste de Santa Catarina conseguiram manter mais intensivamente a sua identidade historicamente justificada e claramente definida e fundamentada nos valores sociais, econômicos e culturais da região.

Sob o título "A trajetória do Turismo em Blumenau: uma análise crítica", Iara L. Klug Rischbieter apresenta aspectos históricos sobre o turismo na região de Blumenau, em que enaltece a colonização alemã como grande referência. Justifica que se pode também explorar outros grupos étnicos locais, os quais, desde que bem trabalhados, poderão ser bem sucedidos do ponto de vista turístico.

Méri Frotscher, ao publicar "Lobo em pele de cordeiro", faz um estudo em torno dos almanaques (Blumenauer Volkskalender) editados em língua alemã no Município, entre os anos 1933 a 1938. Focaliza em seus discursos as diferentes formas pelas quais era empreendida a propaganda em prol do nacionalismo. Segundo a autora, os materiais de leitura, considerados de leve conteúdo e desprovidos de teor ideológico, quando analisados mais profundamente, neles são percebidos valores, idéias, códigos de conduta e sentimentos característicos do nacional-socialismo.

Cristina Ferreira publica "Cultura associativa: a vida dos trabalhadores nos clubes de futebol em Blumenau (1950-1970)". Apresenta o resultado da pesquisa "Cultura associativa: os modos de ser, ver e fazer dos integrantes das associações recreativas, desportivas e trabalhistas de Blumenau", vinculada ao projeto "Associativismo Civil em Blumenau: mudanças e tendências", realizada pelo Núcleo de Estúdio Pesquisas e Extensão em Movimentos Sociais: NEPEMOS/FURB. Visa à compreensão da cultura associativa sob a ótica do sujeito que a compõe, focando a análise sobre o associativismo civil no próprio ser humano que o integra, e não apenas na instituição propriamente dita e sua organização.

"Blumenau no período da ditadura" é o texto escrito por Vilma Simão, no qual relata a história política partidária da Ditadura Militar até a chamada Redemocratização dos anos 90. Destaca a política partidária local, envolvendo os vários políticos e prefeitos eleitos na época.

O tema relacionado ao negro é focado por Vera Iten Teixeira. Faz uma análise da cidade e os grupos negros locais. A pesquisa, intitulada "Registro das manifestações de territorialidade negra em Blumenau", aborda a origem, desde os descendentes de escravos da região até os que migraram para cá atualmente, enfocando seus costumes, associações, convivência no grupo ou fora dela, enfim, sua cultura dentro do contexto da Blumenau germânica.

Noemi Kellermann, com o texto "Cultura em Blumenau", relata sobre a cultura local nos mais variados campos, a partir de 1960, quando ocorreu uma intensificação dos movimentos culturais da cidade. Abrange desde os tradicionais Clubes de Caça e Tiro, instituições culturais, teatro, música e artes em geral, festivais, literatura, enfim, toda a cultura blumenauense.

José Endoença Martins, através do artigo intitulado "Blumenalva e Nauemblu transcendem Deutschtum e Brasilianertum na literatura blumenauense", aborda a literatura local desde a colonização. Disserta sobre o eterno retorno, a transcendência, a diferença entre passado e presente

literários que a poesia e a prosa local edificam.

Urda Alice Klueger, em "Manhãs de domingo em Blumenau: um rosário de reminiscências", rememoriza acontecimentos do seu tempo de infância, vivências do seu cotidiano familiar e hábitos da cidade, na década dos anos 60. Destaca os domingos, quando se dirigia à missa no Centro, ocasião em que presenciava um grande acontecimento para a época: a construção do primeiro arranha-céu da cidade, o Grande Hotel Blumenau. A cada domingo que passava, segundo a autora, acompanhava a evolução da construção do prédio, à qual o povo assistia com grande curiosidade.

Para finalizar, cabe agradecer pelo apoio financeiro que a revista tem recebido de empresas e pessoas da comunidade, no decorrer destes anos. Às empresas e apoiadores que se uniram para viabilizar esta edição especial de Blumenau em Cadernos, os sinceros agradecimentos.

Um novo ciclo se inicia, outros horizontes se abrem e novos encaminhamentos serão concretizados. Desejamos sucesso e perenidade à revista "Blumenau em Cadernos".

Sueli M.V.Petry

Diretora da revista Blumenau em Cadernos

### **Autores**

LAURO EDUARDO BACCA - Graduado em História Natural pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Mestre em Ecologia pela Universidade do Amazonas/Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Foi prof. na área de Ecologia e Ciências do Ambiente por mais de 25 anos na FURB. Ex-Presidente da ACAPRENA-SC e ex-Assessor Especial de Meio Ambiente e Presidente da FAEMA de Blumenau. Atualmente é Presidente da Associação dos Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Santa Catarina. laurobacca@terra.com.br

GIRALDA SEYFERTH - Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro. gseyfert@gmail.com



**KLAUS RICHTER -** Doutor em História pela Universidade de Hamburgo (Alemanha), ex-arquivista do Arquivo Estadual de Hamburgo.



SUELI M. VANZUITA PETRY - Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professora do Departamento de História e Geografia da Universidade Regional de Blumenau (FURB); Especialista em Administração e Organização de Arquivos (UFSC); Diretora do Patrimônio Histórico e Museológico da Fundação Cultural de Blumenau (FCB). suelipetry@terra.com.br



IVO M. THEIS - Economista e doutor em Geografia pela Universität Tübingen [Alemanha], professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Regional de Blumenau, atualmente, realizando estágio de pós-doutoramento na UNICAMP [E-mail: theis@ige.unicamp.br].



**GERD KOHLHEPP** - Professor Emérito da Cátedra de Geografia Econômica e Social, Centro de Pesquisas sobre a América Latina, Instituto de Geografia, Universidade de Tübingen, D-72072 Tübingen, Alemanha. E-mail: gerd.kohlhepp@t-online.de



MARIA LUIZA RENAUX - Doutoramento em História Social do Brasil na Universidade de São Paulo, Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Blumenau (FURB). Email: luizarenaux@hotmail.com; mlrenaux@furb.br



IARA L. KLUG RISCHBIETER - Turismóloga e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau - FURB. ilkr21@gmail.com



MÉRI FROTSCHER - Doutora em História (Universidade Federal de Santa Catarina - 2003), com estágio para pesquisas na Alemanha (Convênio DAAD/Capes/CNPq - nov. 2001 a mar. 2002). Professora Adjunta dos Colegiados de Graduação e Mestrado em História da UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: meri@rondotec.com.br



CRISTINA FERREIRA - Mestre em História (UFSC); professora do Departamento de História e Geografia da Universidade Regional de Blumenau (FURB); pesquisadora do NEPEMOS - Núcleo de Pesquisa e Estudo em Movimentos Sociais - Furb. cris@furb.br



VILMA MARGARETE SIMÃO - Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau (FURB); e-mail: vilmasimao@unb.br ou vms@furb.br.



**VERA ITEN TEIXEIRA -** Advogada, Mestre em Ciências Sociais, área de concentração Antropologia, Doutora em Ciências Humanas, ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina. vesate@furb.br



NOEMI KELLERMANN - Educação Musical pela Hochschule Mozarteum für Musik und Darstellung Kunst - Orff Institut. Salzburg, Áustria. Metodologia do Ensino Superior na Universidade Regional de Blumenau. Professora da Escola de Música do Teatro Carlos Gomes, 1971-1996. Professora do Departamento de Artes da Universidade Regional de Blumenau, 1980-2006. Membro do Conselho Municipal de Cultura de Blumenau e do Conselho Deliberativo do Teatro Carlos Gomes. noemi@furb.br



JOSÉ ENDOENÇA MARTINS - Prof. do Mestrado de Teoria Literária da UNIANDRADE (Curitiba, PR). Publica artigos em revistas acadêmicas de universidades e participa regularmente de congressos nacionais e internacionais. Possui cursos de Escrita Criativa em instituições dos Estados Unidos. endoenca@yahoo.com



URDA ALICE KLUEGER - Escritora e historiadora. urda@flynet.com.br



### Meio ambiente em Blumenau:

## da PRÉ-HISTÓRIA à HISTÓRIA

Lauro Eduardo Bacca



## **∏** INTRODUÇÃO

A História, pela sua própria definição, aborda fatos e eventos notáveis ocorridos na vida dos povos em particular e na vida da humanidade em geral. O presente texto procura abordar alguns aspectos históricos do Meio Ambiente em Blumenau e sua gestão e seus pioneirismos, sem qualquer pretensão de esgotar o assunto, em se tratando da rica história ambiental dessa cidade.

Sendo biólogo ambientalista e não historiador, ouso aventurar-me nesse terreno, convicto de que a História, ao menos quando trata de aspectos ambientais, até para que se tenha uma referência, deve considerar os fatos pregressos ocorridos antes mesmo do surgimento do homem. Assim, proponho iniciar a abordagem do tema, com no mínimo algumas pinceladas a respeito do ambiente natural que teria existido no município há vários milênios, antes mesmo da presença de qualquer ocupação humana, mesmo pré-histórica, na região, para só então tratar dos efeitos antrópicos e "civilizatórios" sobre o Meio Ambiente.

Também procurarei abordar os acontecimentos, pelo menos iniciais, do ponto de vista do ambiente e não do ponto de vista antrópico, como seria usual, partindo no mínimo do fim do Período Pleistoceno, ocorrido uns dez a doze mil anos antes do presente. Tal enfoque, acredito, contribui para a tentativa de atingirmos a difícil concepção da inserção do homem em seu meio, partindo de uma visão menos antropocêntrica e mais ecocêntrica, a respeito de nossa relação com o ambiente físico e com todas as outras espécies que habitam e interagem conosco na Biosfera. Com esse raciocínio, espero estar justificando a heterodoxa abordagem inicial deste texto sobre o meio ambiente em Blumenau.

Tendo em vista minha participação como um dos atores diretamente envolvido em vários dos eventos e episódios referentes ao período em que se iniciou o movimento de defesa do Meio Ambiente em Blumenau, tomarei a liberdade de referir-me aos mesmos, quando pertinente, na primeira pessoa singular, até como depoimento pessoal, consciente dos riscos que isso implica e fazendo um esforço para manter a objetividade e a isenção necessárias ao presente texto.

Agradecendo esta honrosa oportunidade proporcionada por Blumenau em Cadernos, na ocasião do glorioso cinqüentenário de sua profícua

existência, desejo que as falhas e omissões deste ensaio sirvam de estímulo à continuidade e, acima de tudo, complemento e aperfeiçoamento das falhas e omissões que aqui certamente serão encontradas.

## A EVOLUÇÃO DO AMBIENTE NATURAL E O CHOQUE CULTURAL

Comparado com o tempo de existência da vida na Terra, de cerca de 3,7 bilhões de anos, desde que passaram a existir as primeiras e primitivas manifestações de vida, os sete milhões de anos de existência dos Hominídeos, a partir do *Sahelanthropus tchadensis*, mal chegam a insignificantes dois milésimos desse tempo. Se levarmos em consideração os 200 mil anos de existência da nossa espécie, a mais recente e considerada única entre os Hominídeos atuais, o homem moderno *Homo sapiens sapiens*, chegaremos a pouco mais de cinco centésimos milésimos do tempo em que existe vida na Terra. Se este tempo já é ínfimo, o que dizer dos dois mil anos de Cristianismo? Ou dos 250 anos da Revolução Industrial? Ou dos 157 anos da História de Blumenau?

A Geologia e a Paleontologia documentam constantes e profundas alterações por que a Terra tem passado ao longo da sua existência de cerca de quatro e meio bilhões de anos. Mudanças e deslocamentos dos continentes, períodos glaciais e interglaciais, variações climáticas, de relevo terrestre e de forma e de nível dos oceanos, provocaram profundas mudanças e adaptações nos ambientes e nos seus seres vivos. No Vale do Itajaí não foi diferente. A sua estrutura geológica apresenta evidências de ambientes antigos ora de clima árido, quente e desértico do então supercontinente gonduânico (África e América do Sul juntos), ora de ambientes glaciais (de um período em que a América do Sul localizava-se próximo ao Pólo Sul), ora de ambientes marinhos, atualmente localizados a centenas de metros acima do nível do atual oceano Atlântico e até de ambientes lacustres, entre outros.

A fisionomia dos ambientes atuais ou pelo menos pré-históricos em todo o mundo, o que inclui naturalmente o Vale do Itajaí, portanto, é resultado não final (já que os lentos processos geológicos continuam), mas atual, de todas essas transformações. Bem recentemente, apenas nos últimos milênios, adicionou-se um novo e inédito fator que passou a influenciar sobremaneira os processos de transformação da paisagem, o fator cultural.

BLUMENAU em CADERNOS

Por fator cultural entendemos a capacidade, surgida entre os humanos, de rápida transmissão e acúmulo de experiências e conhecimentos entre membros de um mesmo grupo, entre grupos e entre gerações. Ao contrário da evolução natural, extremamente lenta e baseada no acaso e numa espécie de eterna tentativa e erro, a cultura permitiu a previsão e intencionalidade no atingir de objetivos, algo inédito na longa história geológica da vida. Por muitos milênios, por ainda não evoluir tão rapidamente, a cultura parecia harmonizar-se com a evolução natural (o que não é verdade). Nos últimos séculos, porém, o choque entre ambas ficou evidente, culminando com o estágio atual de violenta capacidade de transformação e devastação de dimensões geodésicas da humanidade atual. Por sua ocupação recente, tanto pré-histórica quanto histórica, o Vale do Itajaí e Blumenau não deixam de certa forma de ser um resumo localizado desse fenômeno mundial.

### A CHEGADA DOS AMERÍNDIOS E POSSÍVEIS IMPACTOS PRÉ-HISTÓRICOS

A ocupação pré-histórica deu-se não apenas pelo simples estabelecimento dos primeiros povoadores e seus descendentes, mas sim por um processo de sucessão de povos usando e disputando parcelas de seus territórios (SANTOS, 1974). Isso implicou alternâncias de ocupantes dos diversos espaços ao longo do tempo.

Os primeiros humanos que habitaram a região de Blumenau, como de resto todo o Brasil e América do Sul, foram os ancestrais dos índios ou Ameríndios. A sua chegada à região Sul do Brasil deu-se provavelmente ao longo do rio Paraná e ao atual Estado de Santa Catarina, pelo Rio Uruguai, onde há vestígios da presenca de humanos datados de 8.000 anos antes do presente (SANTOS, 1974). No litoral atual, as evidências de presença de ameríndios datam de pelo menos 5.100 anos.

Certamente os primeiros ameríndios chegaram a tempo de testemunhar ainda o último evento registrado das transformações climáticogeológicas antes mencionadas: um nível do mar "momentaneamente" ainda mais alto que o atual, em cerca de 3,5 metros, fruto de um efeito estufa natural ocorrido há cerca de 5.100 anos. Isso implicava uma configuração diferente do litoral, fazendo com que o baixo curso do Rio Itajaí Açu mais se caracterizasse como um misto de estuário marinho e baías de águas rasas.

com influência de água salgada até Blumenau. Sambaquis e depósitos de conchas marinhas relativamente recentes, encontrados em Gaspar, Ilhota e outros municípios, corroboram com esta hipótese. (informação verbal)<sup>1</sup>.

Excetuadas essas pequenas diferenças litorâneas, os primeiros ameríndios encontraram uma paisagem muito parecida com a atual na região de Blumenau, ou seja: relevo praticamente idêntico ao que hoje conhecemos, coberto pela exuberante Floresta Ombrófila Densa, com seus ecossistemas associados e abundante fauna, já consolidados ou em plena fase de consolidação. É provável que tenham convivido com uma fauna muito mais rica do que a encontrada mais tarde pelos europeus, composta de várias espécies da megafauna (animais acima de 40 quilos) que viviam na América do Sul no Período Pleistoceno, como Megatérios (preguiças gigantes), Esmilodontes (tigres-de-dentes-de-sabre) ou Toxodontes (animais que lembrariam um hipopótamo), que não mais existem e que tenham até contribuído para sua rápida extinção,

Evidências da extinção dessa fauna que ainda existia em tempos geológicos relativamente recentes, foram encontradas na América do Sul, assim como em várias partes do mundo. Embora não haja estudos específicos para o Vale do Itajaí, não há como negar, à luz dos conhecimentos atuais, que ao menos parte dessas espécies extintas tenham também vivido nessa região e que os Ameríndios também aqui possam tê-las extinguido ou pelo menos contribuído significamente para tal, como vários autores afirmam ter acontecido em todos os continentes não africanos e ilhas para onde migraram populações humanas a partir de seu berço africano (FERNANDEZ, 2000).

Portanto, ainda que seguindo leis praticamente naturais, mas já com nuances de conflito cultura - evolução natural, temos nessa provável extinção de espécies de mega-fauna, o primeiro impacto ambiental, direta ou indiretamente causado por humanos, no lugar e região em que hoje é o município de Blumenau.



Quando da chegada dos primeiros europeus, a distribuição de grupos

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Informação fornecida pelo geólogo Juarês J. Aumond em conversa com o Autor, em julho de 2007.

BLUMENAU em CADERNOS

indígenas no que é o atual Estado de Santa Catarina, era a seguinte, segundo Santos (1974): os Carijó, que ocupavam estreita faixa ao longo do Litoral; os Xokleng, que viviam na região dos Vales até o planalto, formado por grupos nômades que circulavam por um território que ia das proximidades de Curitiba até Porto Alegre; os Caingang, ocupantes mais para o interior do Planalto e região Oeste e finalmente, muito provavelmente em partes do extremo Oeste do atual Estado, os Guarani, ocupantes da região do atual Paraguai.

Os indígenas que os primeiros europeus encontraram em Blumenau e região foram, portanto, os Xokleng. Ao contrário dos Guarani do litoral, mais amistosos e até bons anfitrões e que rapidamente foram caçados como escravos e dizimados totalmente até fins do século XVII, os Xokleng logo ofereceram resistência e lutaram bravamente, ao perceberem o rápido avanço daqueles estranhos homens e mulheres não nus como eles, mas sim usando roupas e calçados e que com sua eficiente tecnologia, causavam uma veloz supressão do seu hábitat, as florestas, como retrata com maestria o antropólogo Silvio Coelho do Santos (1973, 1997).

Ao contrário do processo de sucessão e disputas territoriais entre povos e tribos pré-históricas dos séculos e milênios pregressos, desta vez, a desigualdade de condições dos indígenas, frente aos equipamentos, ferramentas e armas dos forasteiros europeus foi enorme. Os Xokleng, aos quais restava como única vantagem inicial o profundo conhecimento dos segredos de seu ambiente florestal, foram aos poucos sendo expulsos, perseguidos, mortos e derrotados. Aos sobreviventes, quando da pacificação dos conflitos, foi destinada pelo europeu vencedor a Reserva na Terra Indígena Ibirama, localizada em José Boiteux, no Vale do Rio Itajaí do Norte, cerca de 100 km a oeste de Blumenau.

Na quase total obliteração de uma cultura de convivência aparentemente harmônica de um povo com seu ambiente<sup>2</sup>, temos o que julgo ser o segundo impacto ambiental, ainda que um tanto indireto, provocado pela ocupação humana, desta vez de europeus, na região de Blumenau.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> A idéia de uma perfeita harmonia de convivência dos índios com o ambiente tem sido contestada por vários autores, em função desta harmonia ter como referência apenas o violento impacto causado pelos Europeus no Brasil a partir de 1500 e na região de Blumenau a partir de 1850.

## A OCUPAÇÃO EUROPÉIA NO ESTADO E EM BLUMENAU

Até poucos anos antes do estabelecimento da Colônia Blumenau, a região permanecia praticamente inabitada por pessoas ou populações que não fossem os índios. Já em relação ao território estadual, em que pese a presença do europeu ao longo da sua costa ter ocorrido a partir de 1504, foi apenas com o estabelecimento de paulistas, que vinham ao sul caçar índios como escravos, que temos os registros das primeiras ocupações propriamente ditas do território catarinense, a partir da segunda metade do século XVII, especificamente em São Francisco do Sul, Desterro (Florianópolis) e Laguna, (SANTOS, 1974). Essas ocupações, no entanto, eram muito pontuais e de reduzido número de pessoas.

O povoamento propriamente dito em Santa Catarina só passa a acontecer de fato, a partir de 1748, com a chegada de cerca de cinco mil pessoas trasladadas pelo Reino de Portugal das Ilhas Açores para o litoral catarinense (BRITO, 1829; SANTOS, 1974). Mesmo assim, ainda por quase um século, o povoamento do litoral ocorria numa estreita faixa, que raramente adentrava mais que cerca de dez a quinze quilômetros para o interior (SAINT-HILAIRE, 1978). Quase concomitantemente, a ocupação do Planalto Catarinense acontecia na segunda metade do Século XVIII, resultado principalmente da passagem dos tropeiros que conduziam gado dos campos sulinos para São Paulo.

A região dos vales litorâneos entre o Planalto e o Litoral - caso de Blumenau - foi ocupada mais tarde. Os vales longos escavados no sentido oeste-leste com sua topografia, densa vegetação, índios menos dóceis que os Guarani do litoral e o possível "medo de feras", dificultavam o trânsito, fazendo com que essas regiões demorassem mais a serem ocupadas pelos europeus. O mesmo aconteceu no Oeste do Estado, ocupado ainda mais tarde, após a resolução dos conflitos do Contestado e da questão dos limites entre Santa Catarina e Paraná.

Ouanto a Blumenau, há que se observar, porém, que antes do estabelecimento da Colônia, o lugar já era percorrido por curiosos, aventureiros e caçadores. Quando da chegada dos dezessete primeiros imigrantes, em 1850, a região já encontrava-se ocupada espontaneamente por cerca de 700 moradores, caboclos ou luso-brasileiros, esparsos ou reunidos em pequenos povoados, de Itajaí até a região da atual Blumenau

(informação verbal)<sup>3</sup>. Esses novos moradores somaram-se aos indígenas na obtenção de boa parte dos seus recursos naturais, principalmente caça e pesca, representando um incipiente, sempre crescente, complexo e abrangente impacto ambiental na região.

A ocupação organizada, com a venda dos primeiros lotes coloniais em 1852, acelerou e agravou naturalmente esse impacto, com a rápida derrubada da floresta para obtenção de lenha e madeira e estabelecimento de lavouras, pastagens, edificações, estradas e outras benfeitorias. Iniciava-se no Vale um caso de extraordinário e admirável progresso humano, que passou a avançar num ritmo inversamente proporcional à praticamente inevitável supressão, alteração e poluição do ambiente natural. Do ponto de vista dos Ecossistemas originais, era o começo de um conjunto complexo, diversificado e interrelacionado de diferentes alterações, que podemos qualificar no todo como o terceiro, maior, multiforme e virtualmente definitivo impacto ambiental na região.

## O CRESCENTE IMPACTO AMBIENTAL NA REGIÃO DE BLUMENAU

O impacto no ambiente terrestre da Colônia Blumenau refletiu-se naturalmente no solo, água e ar. Além do desmatamento, ainda que justificado pela necessidade, começavam as queimadas com muito mais intensidade em relação às que poderiam ter sido provocadas pelos índios.

Aos poucos, surgiam erosões e o aumento do carreamento de sedimentos, que somaram-se ao lançamento de dejetos humanos, suínos e de outros animais, outrora inexistentes, nos rios e ribeirões. A esses fatores juntavam-se as cinzas das queimadas levadas pelas chuvas, a serragem e restos de serrarias, além de outros materiais e substâncias, que passaram a alterar, a princípio de forma quase imperceptível, a qualidade das águas na Colônia Blumenau.

Também deve ter sido desprezível, do ponto de vista ambiental e em função da grande diluição, provavelmente não caracterizando uma poluição hídrica propriamente dita, o lançamento dos efluentes da primeira

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Informação fornecida pela historiadora Sueli Petry, em julho de 2007.

indústria blumenauense, que foi um curtume de couros, instalado em 1873. Aos poucos, no entanto, as características das águas do Rio Itajaí Açu, descritas em meados da década de 1850 como sendo escuras, porém transparentes, iam-se modificando, junto com os demais elementos da paisagem.

À medida que a população da colônia crescia, também a pressão de caça passou a ser cada vez mais forte, agravada pela eficiência das armas de fogo e outras técnicas de caça dos europeus. A exemplo dos impactos

ambientais anteriormente citados, seu efeito inicial sobre a fauna não deve ter sido muito significativo, haja vista a ainda diminuta população e as ainda existentes grandes áreas cobertas de florestas nativas. Em poucas décadas, porém, a situação inverteu-se e já em 1950 a fauna cinegética estava depauperada (OTTE, 1950) e a prática da caça, independente de sua finalidade, passou a causar um grande dano, numa espécie de ciclo



vicioso devastador: mais população implicava abrir mais espaço para lavouras e outras finalidades com a supressão das florestas nativas, dificultando a sobrevivência da fauna nativa em ambientes cada vez menores e mais fragmentados, onde aumentava a pressão de caça e diminuíam os abrigos e alimentação natural, devido ao corte de palmiteiros e árvores madeireiras, importantes produtoras de frutos silvestres.

Em 1970 o município de Blumenau chegava à marca dos 100.000 habitantes. Os cursos d'água, salvo exceções, como o Ribeirão Bom Retiro, ainda não eram muito poluídos. Em torno dessa época, salva-vidas vigiavam os inúmeros banhistas que refrescavam-se do calor, na prainha da Ponta Aguda. Eu mesmo, que tinha aprendido a nadar no baixo rio Garcia, até esse ano nele costumava mergulhar com máscara e "snorkel", observando o maravilhoso espetáculo sub-aquático de cardumes de centenas de piavas, carás, tajabicus e outros peixes em suas ainda cristalinas águas. Mas a população crescia e com ela seus esgotos, e a indústria, principalmente a têxtil, prosperava e se agigantava, junto com sua poluição hídrica e aérea.

A excelente qualidade de vida em Blumenau, até por volta de 1970,

era percebida pelo trânsito ainda tranquilo, pelo bom atendimento médicohospitalar da cidade - talvez o melhor do Estado, pela excelente qualidade de ensino e pela sensação de segurança que permitia que as crianças brincassem livremente nas ruas e que muitos saíssem de casa sem trancar portas e janelas. Os ciclistas com suas centenas bicicletas enchiam as ruas de lado a lado nos horários de saída das fábricas e os veículos motorizados, respeitosamente, as aguardavam até a última sair. A cidade, que teve as primeiras emissoras de Rádio e de TV do Estado, também foi a primeira a receber pavimentação asfáltica estadual, através da rodovia Jorge Lacerda, inaugurada na década de 1960, antes mesmo da Capital estar conectada por asfalto com o resto do Brasil pela BR 101. Blumenau foi ainda a quinta do país a ser conectada pela moderna discagem direta à distância, o sistema telefônico DDD.

Embora nem tudo fossem flores, é possível afirmar que 1970 ou algum ano muito próximo a ele foi o "ano da virada", em que a hipotética curva do crescimento dos problemas sociais e impactos ambientais ultrapassava a curva do crescimento dos benefícios proporcionados pelo chamado progresso material. A poluição hídrica, atmosférica e sonora comecava a fazer-se sentir com mais intensidade. Os ribeirões mudavam de cor conforme o pigmento usado no momento pelas indústrias têxteis. A fauna nativa já estava bastante depauperada. Surgiam os primeiros problemas com o trânsito, cujos veículos, em número cada vez maior, afugentavam os ciclistas. A sensação de segurança deixou de ser algo comum e natural. Ainda não muito consciente de estar vivendo esta significativa transformação, eu tomava meu último banho no baixo Garcia, expulso pelo aumento da sua poluição, exatamente em 1970.

Por coincidência, o ano de 1970 marcou a grande virada também no âmbito mundial. À ação (poluição e impactos ambientais crescentes), seguiu-se a reação: a imprensa mundial passou a dar grande destaque às questões ambientais, o que antes acontecia de forma pontual, localizada e setorizada. Conservacionistas no Brasil e no mundo, não estavam mais falando sozinhos. O Clube de Roma publicava em 1972 um contundente estudo que passou a ser referência mundial. No mesmo ano, a ONU organizava a sua Primeira Conferência Mundial sobre o Mejo Ambiente Humano em Estocolmo, inserindo a questão social na ambiental. Ou vice-versa.

Em Blumenau não foi diferente. Com variados aspectos de pioneirismo,

a reação acontecia também na cidade, tendo como marco inicial, a fundação da primeira ONG ambientalista do Estado e uma das primeiras do país, a ACAPRENA - Associação Catarinense de Preservação da Natureza, em 1973. No âmbito governamental, criava-se em 1977 o primeiro órgão municipal do Brasil com atribuições específicas na área ambiental, a AEMA, Assessoria Especial do Meio Ambiente, mais tarde transformada em FAEMA, Fundação Municipal do Meio Ambiente. Também é no município que se instalou, entre outros pioneirismos, no âmbito empresarial, o primeiro Aterro Sanitário Industrial do Estado. Mas o interesse pela Natureza, independente ou não da preocupação ambiental propriamente dita, teve seus precursores, como veremos a seguir.



A cidade e região de Blumenau desenvolveu uma cultura ou consciência ambiental bem acima da média brasileira. O próprio fundador, Dr. Hermann Otto Bruno Blumenau era filho de um Couteiro-mor, uma espécie de chefe de guarda florestal e de minas na Alemanha da época, sendo notória sua dedicação ao seu jardim e suas plantas, entre elas suas roseiras (SILVA, 1988). O hábito de cultivo de belos jardins (prática nem sempre ecologicamente correta à luz dos conhecimentos atuais), foi costume trazido da Alemanha também pelos demais imigrantes, cujos reflexos são percebidos na cidade ainda hoje, passados mais de 150 anos do início da colônia, ainda que em menor escala, dadas as características da agitada vida moderna e o concreto que rapidamente tem tomado os espaços, numa Blumenau que atinge em 2007 os trezentos mil habitantes.

Mais que jardins, no entanto, a paixão e o enlevo pela natureza, especialmente pela fantástica exuberância da Floresta Tropical do Vale do Itajaí foram manifestados por mais de uma vez pelo fundador da Colônia (BLUMENAU, 1999), como na carta de 21/04/1848 que Hermann Blumenau enviou aos seus pais na Alemanha, narrando a expedição de reconhecimento que fez na região, subindo de canoa o rio principal e alguns de seus afluentes, chegando até a foz do Rio Subida em janeiro de 1848:

Estou sobretudo encantado com a magestática solidão, com o ar quente e agradável, com o azul puríssimo do céu. Foram dois

29

dias magníficos os que lá passei, no silêncio onde jamais gente civilizada pusera pé. Ainda hoje, depois de três meses, sintome arrebatado pela solidão das florestas, pela lembrança de nelas ter estado, estático, pisando lugares que são o que eram há milênios (FERRAZ, 1976, p. 16)4.

Blumenau pode orgulhar-se também de ter recebido e sido adotada por um dos maiores naturalistas que o Brasil já teve, de grande renome internacional, aqui chegado em 1852, dois anos após a fundação da Colônia: Johann Friedrich Theodor Müller, mais conhecido como o naturalista Fritz Müller, que notabilizou-se mundialmente por suas descobertas e prodigiosa produtividade científica. Dada sua importância, destaco alguns parágrafos a seu respeito em item à parte, neste trabalho.

Enquanto que Fritz Müller obtivera na Alemanha uma sólida formação científica, seu irmão **August Müller**, também imigrante junto com ele, aqui aportou com boa formação em Jardinagem, obtida no Jardim Botânico de Berlim. Em meio a tantas outras profissões aparentemente mais essenciais à realidade da época, ter um especialista em jardins num período em que a maior preocupação era o árduo trabalho de vencer a floresta e se estabelecer numa colônia rural, não deixa de ter certa significância para a história do meio ambiente em Blumenau.

Entre os 15 primeiros imigrantes adultos, havia também **Guilherme Friedenreich**, que tornou-se amigo de Fritz Muller, passando a interessarse também pela natureza, ocupando suas horas vagas com a coleta de exemplares, tornando-se um colecionador amador de insetos. Mais tarde foi morar em São Paulo e trabalhou no Museu Paulista, para quem vendeu sua coleção entomológica.

Entre os administradores, cite-se a preocupação, por exemplo, de **José Bonifácio Cunha**, prefeito entre 1898 e 1902, que chegou a apresentar um plano de aquisição de todas as cabeceiras dos mananciais ao redor de Blumenau para evitar o desmatamento, a fim de conservar as vertentes para um futuro encanamento de água potável (CENTENÁRIO DE BLUMENAU, 1950).

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Ver: KIEFER, Sabine. Dr. Hermann Blumenau - Vida e Obra. In: BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **Um** alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 anos, 1999. p. 27 - 41.

Há informações de preocupações semelhantes do Prof. Rudolf Hollenweger, nascido na Suíça em 1880 e falecido em Blumenau em 1949. Este professor, que também era agrimensor, veterinário e músico, tornou-se conhecido por incutir preocupações ambientais em seus alunos e na comunidade (informação verbal)<sup>5</sup>, respeitadas as visões e concepções da sua época, além de incentivar a prática do excursionismo, como veremos a seguir.

Outro blumenauense que se destacou no interesse do estudo da natureza, foi o botânico **João Geraldo Kuhlmann**, nascido em 1882 e falecido em 23/03/1958. Kuhlmann foi sócio fundador da Sociedade Botânica do Brasil e por muitos anos (1944 – 1952), foi diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Produziu sessenta trabalhos sobre Botânica Sistemática, tendo descrito 3 novas famílias, 7 novos gêneros e 84 novas espécies. A casa em que morou foi transformada em Museu Botânico Kuhlmann, dentro do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Embora afastado de Blumenau, Kuhlmann contribuiu com a cidade, como atesta sua carta enviada ao Prefeito Gerhardt Neufert em 19556, contendo listagem das árvores e palmeiras das ruas e praças da cidade. Este documento por sinal confirma que, naquela ocasião, a Alameda Duque de Caxias, mais conhecida como rua das Palmeiras, era arborizada com o coqueiro nativo *Syagrus romanzoffianum* (nome científico atualizado), plantados ainda por Hermann Blumenau em 1876, infelizmente substituídos na década de 1960 pelas atuais palmeiras reais, espécie exótica (informação verbal)<sup>7</sup>.

O excursionismo foi também uma atividade com aspectos de pioneirismo em Blumenau. Em 17 de julho de 1927, fundava-se o Spitzkopf-Clube (SCHADRACK, 19508; HOLLENWEGER, 1992), o primeiro clube excursionista da região e certamente, um dos primeiros formalmente organizados no Brasil, destacando-se por suas sérias preocupações conservacionistas. A primeira diretoria abriu picadas e estrada de acesso, além de outros confortos. A entidade passou a congregar interessados em passeios e excursões ao morro do mesmo nome, que do alto dos seus 914 metros de altura proporciona ao visitante a apreciação de uma das mais belas paisagens de Santa Catarina. Escalar o Morro Spitzkopf tornou-se uma atividade muito difundida em Blumenau e região. Rudolf

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Informação fornecida pelo Cientista Social Adalberto Day, em julho de 2007.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Disponível para consulta no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Solicitar por Dossiê, Família KUHLMANN, Blumenau, 18 fev. 1955. (Chamada 3.K.28 doc-02).

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Informação fornecida pela historiadora Sueli Petry, em julho de 2007.

Hollenweger (1992) informa que, de janeiro a julho de 1932, por exemplo, a cabana lá instalada foi visitada por mais de 300 pessoas.

Além do excursionismo propriamente dito havia, já naquela época, uma antecipada preocupação conservacionista do Clube: "toda a região está prevista para se tornar uma "reserva florestal" e ali a caça é proibida." (HOLLENWEGER, 1992, p.127) e uma sombria previsão de possível extinção de fauna: "pois é alegria para todos ver uma vez ou outra um dos poucos animais da floresta que dentro em pouco pertencerão ao passado." (HOLLENWEGER, 1992, p.127). Todos os excursionistas eram alertados a respeito dessa condição, constando no livro de visitantes: "pede-se encarecidamente aos snrs. visitantes, proteger a fauna e flora desta região, - a caça - é - no interesse público proibida."

Foram muitos os blumenauenses que, ao longo da história, contribuíram de uma forma ou outra para a preservação da Natureza. Mencioná-los, ainda que parcialmente, é tarefa para outro ensaio, não sendo possível no presente trabalho. Não poderíamos deixar de ao menos citar, porém, o Prof. Max Humpl, que adquiriu uma propriedade no pequeno vale do Ribeirão Goldbach, região de acesso ao Spitzkopf, construindo com muito sacrifício uma estrada até o local. Humpl deixou a respeito um magnífico diário, publicado em várias edições sucessivas de "Blumenau em Cadernos".

Mais recentemente, tornou-se conhecido na cidade o Sr. **Theodoro** Otto Max Loewsky, pelas suas 107 subidas ao Morro do Baú (mesmo depois de safenado), além de excursões a uma série de outros morros da região. A última grande caminhada de sua vida foi ao Spitzkopf, aos 81 anos, subindo os 6 km do caminho a pé junto comigo e alunos da Furb. Faleceu aos 84 anos, em 2003, em Blumenau. Seu nome está sendo proposto para batizar um dos morros mais altos e ainda inominados da região.

Blumenau também sediou o primeiro curso de **História Natural (atual Ciências Biológicas)** do Estado, junto à FURB, em 1969. Tal fato é significativo, tendo em vista o respaldo técnico-científico que este curso proporcionou ao movimento ambiental regional. Sua grade curricular foi montada pelo

<sup>8</sup> No artigo de Udo Schadrack, no Livro do Centenário de Blumenau, consta o ano de 1929 como de fundação do Spitzkopf Clube, um provável erro de transcrição tipográfica, uma vez que essa data não tem coerência com o restante do texto, sendo correta a data de 17/07/1927.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Disponível para consulta no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Solicitar por Fundo Memória da Cidade. Coleção Ecologia. (Chamada 5.2.2.1 doc-04)

primeiro profissional de História Natural do Estado, Prof. Leandro Armando Longo, baseado em modelo trazido da Universidade Federal do Paraná, onde o mesmo se formou (informação verbal)<sup>10</sup>. Entre os primeiros professores contratados nas áreas específicas do curso constavam Anna Cechet, Leandro Armando Longo, Mariúza Trindade, Milden Rodrigues de Santa Rosa, Oniro Augusto Mônaco além dos eminentes botânicos Cônego Raulino Reitz e Roberto Miguel Klein, responsáveis pelo mais completo levantamento até então realizado em um Estado brasileiro, de sua Flora e Vegetação.

O Dr. Roberto Miguel Klein teve ainda um destacado papel no incentivo à preservação da natureza com bases racionais e científicas. Sua magnífica tese de doutorado foi sobre a Ecologia da Flora e Vegetação do Vale do Itajaí. Num dos capítulos da mesma, Klein descreve magistralmente sobre a importância da preservação das florestas para a minimização das enchentes periódicas do Vale (KLEIN, 1980; BLUMENAU, 1981).

Esse grupo de mestres, juntamente com os demais das áreas de Pedagogia, Filosofia, Sociologia e Prática de Ensino, imprimiram a este curso pioneiro uma qualidade que, vencidas algumas turbulências passageiras ao longo de sua existência, perdura até hoje. Sua primeira



turma foi composta por apenas quatro alunos. Atualmente o curso de Ciências Biológicas forma duas turmas por ano e é considerado um dos melhores cursos da FURB, fornecendo expressivos profissionais e lideranças atuantes tanto em Blumenau quanto fora do município e Estado.

A Universidade Regional de Blumenau atua ainda na área ambiental através do IPA - Instituto de Pesquisas Ambientais desde 1995 (que mereceria por si só um capítulo à parte, tal é a magnitude de suas atividades), Departamentos de Ciências Naturais e de Engenharia Florestal, que mantém curso de mesmo nome. Este curso, funcionando desde 1995, conta com várias possibilidades de direcionamento profissional de seus egressos para a área ambiental e de conservação da natureza. A FURB oferece ainda, desde 1998, um bem montado Mestrado em Engenharia Ambiental. Sobre o IPA, recomendo ao leitor interessado o conhecimento de suas profícuas atividades, produção

<sup>10</sup> Informação fornecida por Leandro A. Longo, agosto de 2007.

científica e publicações, frutos de trabalho de laboriosa equipe montada, a partir do Projeto Crise em 1984, pela incansável Dra. **Beate Frank**.

Na seqüência dos aspectos do pioneirismo Ambiental de Blumenau, cumpre mencionar também o importante papel da iniciativa privada na preservação de áreas naturais. No início da década de 1980, entre outras áreas informalmente protegidas de menor tamanho, destacavam-se: a Reserva Florestal da Companhia Hering e o Parque Florestal do Morro do Spitzkopf (LONGO, 1981b).

A Reserva Florestal da Cia. Hering existe desde fins do século XIX, com área de 453,5 hectares. Esta Reserva, fundada por Max Victor Hering, localiza-se bem próximo do Centro de Blumenau, destacando-se entre os bairros Bom Retiro, Velha e Garcia por marcar a paisagem com o seu típico Morro Lombada dos Porcos, ou *Schweinerücken*, como o mesmo era originalmente conhecido pelos imigrantes alemães. Atualmente ocorre a regeneração natural da floresta em meio a exemplares remanescentes exóticos plantados no passado em algumas áreas mais próximas da empresa e o destaque são 100 hectares de Mata Primária intocada, portanto de alto valor ecológico e de preservação (LONGO, 1981b). A Reserva é protetora de fauna e de manancial, cujas águas ainda são usadas pela empresa e tem sido ao longo de todo esse tempo vigiada por guardas e não é aberta à visitação pública.

Igualmente as matas do **Morro Spitzkopf**, com 500 hectares, localizado no bairro Progresso, ao Sul de Blumenau, passaram a ser integralmente preservadas a partir de 1932, por iniciativa de seu proprietário, Udo Schadrack (LONGO, 1981b), que proibiu totalmente a caça na referida localidade. Aliava-se então a proteção da fauna com um precursor turismo ecológico, porém sob rigoroso controle do Spitzkopf Clube já referido.

Alguns anos após a morte de Udo Schadrack, ocorrida em 1983, a área passou a ser denominada como Parque Ecológico Spitzkopf e seu filho Hans passou a explorar a bela propriedade com fins turísticos de forma mais aberta, sem o rígido controle anterior, o que naturalmente implica riscos de impactos ambientais e medidas necessárias para evitá-los. Atualmente a quase totalidade do Parque Ecológico Spitzkopf, incluindo todo o caminho de acesso, está inserido no Parque Nacional da Serra do Itajaí.

Outra importantíssima Área Protegida, criada pela iniciativa privada, foi o **Parque Ecológico Artex**, no ano de 1988, com a expressiva área de 5.326 hectares, ou 53 milhões de metros quadrados e que em 1998 passou a

constituir o **Parque das Nascentes**, atualmente englobado pelo Parque Nacional da Serra do Itajaí. A história dessa Área Protegida iniciou-se em 1980, quando a empresa Artex (atual Coteminas), preocupada com a rápida devastação que vinha acontecendo nas matas dos morros e encostas do Alto Garcia, passou a adquirir grandes áreas no local, com o objetivo original de defesa das florestas nativas, protetoras das nascentes do Ribeirão Garcia, manancial de uso daquela grande empresa têxtil (BACCA, 1988).

Em 30 de dezembro de 1992, o Parque Ecológico Artex chegou a ser oficialmente reconhecido como RPPN pela Portaria Ibama nº.143N/92, mas a empresa não averbou esta condição junto ao Registro de Imóveis, preferindo, quando da fusão à Coteminas, doar a propriedade à FURB e à FAEMA, o que aconteceu em 17 de abril de 1998. Logo a seguir, pela Lei no. 4.990/98, aprovada por unanimidade pela Câmara de Vereadores de Blumenau, em 05 de junho de 1998, a área foi oficialmente transformada no Parque Natural Municipal Nascentes do Garcia, ou simplesmente "Parque das Nascentes", o maior Parque Natural Municipal do país e provavelmente de toda a América Latina.

Passada a fase inicial de adaptação de administração conjunta (FAEMA e FURB), o parque passou a ser administrado pelo IPAN – Instituto Parque das Nascentes, que foi criado oficialmente em 19 de dezembro de 2000. Seus presidentes até o momento foram: Lauro E. Bacca, Leocarlos Sieves e Nélcio Lindner. Atualmente o Parque das Nascentes está dotado de um mínimo de infra-estrutura, com banheiros e áreas de convivência construídos, além de levantamento de flora, fauna, solos e outros, realizados com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU, 2003). Apesar dos parcos recursos, os serviços básicos de manutenção e vigilância continuaram. Além disso, pontilhões e mirantes foram instalados na gestão de Leocarlos e, entre outras importantes ações, Nélcio Lindner implantou o tratamento complementar de esgotos pelo sistema de zona de raízes, o que praticamente impede qualquer poluição das águas no Parque.

Cite-se como detalhes curiosos que a correta denominação oficial como Parque Natural Municipal, antecipou-se em dois anos o que determinaria mais tarde a Lei do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, de no. 9985/2000, portanto, não tendo sido necessários os ajustes para adequação a esta Lei. O repasse financeiro do SAMAE ao IPAN, como contrapartida ao fato do SAMAE ser usuário das águas do Garcia, cujas nascentes são protegidas pelas matas preservadas do Parque, também foi

uma antecipação do que prevê o SNUC.

A partir de 04 de junho de 2004, com a criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí, o Parque das Nascentes, considerado como sendo o seu embrião, foi incorporado ao mesmo, mantendo, porém administração própria, até a consolidação do Parque Nacional.

No que diz respeito a Reservas Privadas, existem no momento no município duas RPPN – Reservas Particulares do Patrimônio Natural, oficialmente reconhecidas pelo governo federal. Uma delas é a RPPN Reserva Bugerkopf, de propriedade de Lauro E. Bacca e Édela Tereza W. Bacca, com 82,7 hectares, a terceira mais antiga do Estado, localizada no bairro Progresso. A outra é a RPPN Bioestação das Águas Cristalinas, com 103 hectares, de propriedade de Arno e Lurdes Hosang, Cláudio e Vera Iten Teixeira, Elcio de Limas Filho, José Nunes de Souza e Willy e Isabel Weiermann (TABELA 2).



A Legislação Municipal de Blumenau também contém aspectos interessantes. O Decreto-Lei nº. 45 Código de Construções, de 02 de junho de 1939, no seu Capítulo XIII, por exemplo, previa que os fios condutores de energia elétrica ou telefônicos devessem ser esticados à "distância razoável" das árvores e proibia as empresas detentoras desses serviços de cortarem ou podarem as mesmas. A derrubada de matas,

especialmente as das coroas de morros e junto às nascentes era terminantemente proibida nas zonas urbanas e sub-urbanas, porém para fins agrícolas e industriais havia certa flexibilidade para tal. Muito interessante na mesma Lei é a previsão de que a Prefeitura poderia por sob proteção pública as copas dos morros com belas vistas ou os pontos pitorescos do município bem como as vias de acesso aos mesmos (BLUMENAU, 1986).

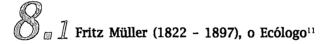
A Lei nº. 37, de 12/11/1948, (Código de Posturas de Blumenau) estabelecia interessantes normas sobre caça e pesca, num período em que tal assunto não era competência exclusiva da União. A mesma Lei porém previa a obrigatoriedade de drenagem de terrenos pantanosos ou de águas dormentes (algo discutível à luz dos atuais conhecimentos ecológicos), a proibição de obstrução dos cursos d'água, a instalação de chiqueiros, privadas ou fossas sépticas a uma distância mínima de 15 metros das águas e nascentes, uma

série de medidas protetoras de árvores e florestas, incluindo o fogo e a proibição "do corte de qualquer vegetação dentro de um raio de seis (6) quilômetros das cabeceiras dos cursos d'água" (BLUMENAU, 1986, p. 75).

Diante dos fatos aqui abordados, torna-se inegável o pioneirismo e as conquistas de Blumenau na área de Meio Ambiente. Isso não significa que os problemas e desafios a enfrentar sejam menores e muito menos que o município esteja à frente dos demais em todos os aspectos ligados à administração Ambiental. A ocupação desordenada do solo, que ainda acontece, a precariedade da arborização pública e a vergonhosa deficiência em saneamento, que atinge apenas cerca de quatro por cento das ligações do município, são, a meu ver, três exemplos de pontos negativos da gestão ambiental (não necessariamente sob responsabilidade direta da FAEMA), que necessitam ser urgentemente atacados.



Dentre os vários blumenauenses que se destacaram na área ambiental, dois deles merecem especial atenção. O primeiro notabilizou-se pelo **estudo** da natureza no Século XIX; o segundo teve destacado e pioneiro papel na sua **defesa** no Século XX.



Johann Friedrich Theodor Müller, esse era seu nome verdadeiro, nasceu em 31 de março de 1822 na aldeia de Windischholzhausen, próximo a Erfurt, na Alemanha. Emigrou para o Brasil, chegando à Colônia Blumenau em 1852 com sólida formação científica em matemática e ciências naturais e título de doutor em Filosofia pela Universidade de Berlim, além de ter cursado medicina em Greifswald (HAECKEL, 1979). Residiu na Colônia inicialmente entre 1852 e 1856. Passou um período de 11 anos em Desterro, capital da Província,

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Redigido com a contribuição do termitólogo e fritzmüllerófilo Luiz Roberto Fontes. O termo fritzmüllerófilo, aqui cunhado pela primeira vez, deve-se ao interesse e paixão que a biografía de Fritz Müller costuma despertar em várias pessoas que dela tomam conhecimento.

retornando a Blumenau em 1867 onde permaneceu até seu falecimento, em 1897. Sua monumental obra, composta de quase 250 publicações sobre a fauna e a flora catarinenses, valiosas cartas a inúmeros cientistas europeus, que a ele se dirigiam para obter dados de campo imprescindíveis a pesquisas em curso e sua biografia foi reunida em cinco volumosos livros por seu sobrinho, micólogo Alfred Möller, alguns anos depois de sua morte.

Não se pode dizer que Fritz Müller tenha sido um conservacionista ou ecologista propriamente dito. Em sua obra não se percebe uma posição crítica, condenatória ou de defesa diante de eventuais agressões ao meio ambiente, até porque a selva tropical era tida pelos europeus como um desafio, um elemento inóspito e repleto de perigos, a ser desbravado e onde o colonizador comumente buscava reproduzir a cenografia européia ajardinada e visualmente ordenada, mesmo que isso significasse (e quase sempre era assim) desertificar a paisagem. Ele próprio teve que abrir clareiras na mata para estabelecer-se como colono e cultivar a terra, sendo, junto com seu irmão August, adquirente dos dois primeiros lotes da colônia. E não poderia ser diferente, dadas as óbvias circunstâncias da época.

No entanto, Fritz Müller não estacionou na posição do colonizador, que explora e altera a paisagem, para adequá-la ao seu gosto pessoal e às suas necessidades. Podemos dizer que ele se apaixonou por tudo o que viu e o deslumbrou, incorporou-se na paisagem, tornou-se parte dela e logo, movido por sua curiosidade natural e sua excelente formação científica, passou a estudar exaustivamente os seus componentes. Fritz Müller foi um dos melhores **ecólogos** de sua época, ou seja, um cientista pesquisador das relações dos seres vivos entre si e com seu ambiente, num tempo em que o próprio termo Ecologia estava sendo concebido por Ernst Haeckel, por sinal um dos seus ilustres correspondentes.

São fartas e notáveis, por exemplo, as observações originais de Fritz Müller sobre a vida dos insetos e suas relações com as plantas. Ou o mimetismo entre borboletas, resultando em vantagens para algumas espécies, que deixavam de ser predadas por pássaros, por associação a padrões de cores de espécies desagradáveis ao paladar. Este fenômeno é conhecido até hoje como Mimetismo Mülleriano, em homenagem ao seu descobridor, assim como muitos aspectos de seus estudos são ainda hoje referenciados em livros sobre zoologia ou ecologia, embora sem mencionar o autor da descoberta, já apropriada no âmbito do domínio público.

Foi durante os anos passados em Desterro que Fritz Müller tomou conhecimento da obra de Charles Darwin sobre a Origem das Espécies por meio da Seleção Natural. Ampliando estudos que já estava fazendo, produziu então o que é considerada sua mais importante obra, o pequeno livro intitulado Für Darwin¹². Ao tomar conhecimento do original em alemão, o próprio Darwin providenciou sua tradução para o inglês, reconhecendo ter sido esta uma das melhores e mais objetivas contribuições à sua teoria.

Ao contrário de tantos outros cientistas e pensadores da época que envolveram-se, contra ou a favor, na polêmica sobre a obra de Darwin, Fritz Müller contribuiu com observações concretas, corroborando as idéias de Darwin, através de seu estudo sobre o desenvolvimento larval de camarões Peneídeos, a partir de observações feitas com material colhido ali mesmo, nas águas do mar em Desterro. Como decorrência, surgiu uma amizade entre ambos, perenizada em primorosa troca de farta correspondência, interrompida apenas com a morte de Darwin, em 1882 (ZILLIG, 1997).

Graças a Fritz Müller, a região de Blumenau dispõe de preciosas referências sobre o meio ambiente da época, fundamentais para o entendimento dos impactos antrópicos causados na região, como uma referência, ainda que vaga, sobre a derrubada de matas na Ilha de Santa Catarina. Ou um raro dado quantitativo sobre a devastadora pressão de caça, quando informa em carta a Charles Darwin que, no rigoroso inverno de 1866, foram mortas nada menos que cinqüenta mil jacutingas na região, espécie praticamente extinta atualmente no médio Vale do Itajaí. Ou referências de espécies outrora abundantes, como por exemplo, larvas de insetos Tricópteros, não mais existentes nas poluídas águas dos rios e ribeirões das áreas urbanizadas de Blumenau.

Seus estudos também são indiretamente esclarecedores a respeito de espécies introduzidas. Seu laborioso trabalho sobre cupins (Fritz Müller foi o primeiro termitólogo brasileiro) pode ajudar a esclarecer, por exemplo, que à sua época ainda não existia a espécie que vive na madeira seca, introduzida da Guatemala e que tantos danos causam atualmente a casas, móveis e demais objetos de madeira (informação verbal)<sup>13</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Publicado em 1864, apenas cinco anos após o livro de Darwin. Obra atualmente disponível em português com o título "Fatos e Argumentos a Favor de Darwin", com tradução e apresentação de Hitoshi Nomura. Florianópolis: Edições Fundação Catarinense de Cultura; Rio de Janeiro, CPRM/DNPM, 1990.

<sup>13</sup> Informação fornecida por termitólogo Luiz Roberto Fontes, em agosto de 2007.

Esse foi um dos primeiros imigrantes da colônia Blumenau, o mais notável e conhecido internacionalmente, aqui sepultado, o estudioso do Meio Ambiente natural, Ecólogo Fritz Müller. A casa onde morou abriga o Museu de Ecologia que leva seu nome. A cidade presta-lhe ainda homenagem com seu nome em rua, praça, estátua, biblioteca pública e outros logradouros e instituições (BACCA, 1979). Recentemente, por iniciativa da FAEMA, Fritz Müller tornou-se o patrono do Meio Ambiente no município, estilizado em simpática caricatura de corpo inteiro do mesmo.

8 2 Udo Schadrack (1910 - 1983), o Ecologista

O empresário blumenauense Udo Schadrack foi inegavelmente o precursor da defesa do ambiente natural em Blumenau, onde nasceu em 1910. Estudou formalmente por oito anos no Colégio Santo Antônio, considerado de excelente qualidade. Iniciou sua vida profissional aos 14 anos, tornando-se, mais tarde, próspero empresário na área comercial e como Agente de Seguros. Aos 17 anos, tornou-se sócio do Theater und Gesank Verhein Frohsin, atual Teatro Carlos Gomes, em cuja orquestra foi violinista por alguns anos. Exerceu por trinta anos, desde a fundação até seu falecimento, a presidência do Conselho Curador da Escola de 1º. e 2º. Grau Barão do Rio Branco de Blumenau¹⁴. Era sócio da FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e de outras entidades.

Udo tinha 22 anos quando o pai Ferdinand faleceu em 1932, e herdou as terras no ribeirão Caetés, que compreendia as matas da quase totalidade da vertente norte do Morro Spitzkopf e proximidades. Em 1950 adquiriu um terreno vizinho de 100 hectares (SANTOS, 2004) que incluía o cume do morro Spitzkopf, ampliando a propriedade herdada, para pouco mais de 500 hectares. A partir de 1932, cessou também toda a exploração de madeira na propriedade que, felizmente, não havia sido intensa. A única exceção foram oito grandes

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

carvalhos-vermelhos doados por Schadrack para a confecção dos bancos da atual Catedral de São Paulo Apóstolo de Blumenau (LONGO, 1981b).

Tendo participado de caçadas quando jovem, prática extremamente comum à sua época, Udo Schadrack impressionou-se ao perceber, ano após ano, a rápida diminuição da fauna, o que o fez tornar-se um dos seus mais ferrenhos defensores, tarefa que executou com extrema dedicação e sem esmorecer até sua morte, apesar de ter sofrido inúmeras decepções e dissabores de toda ordem. Ficou sócio nº. 45 do Spitzkopf-Clube, já referido, tornando-se seu presidente em 1948. Como proprietário, tornou público pelos jornais da cidade que, em julho de 1952, transformou legalmente a área como Parque de Criação e Refúgio de Animais Silvestres, junto a então Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura.

A constatação de que seus esforços resultaram no aumento da fauna tanto em sua propriedade como nas vizinhanças foi uma alegria logo acompanhada de problemas, pois isso passou a atrair para ali também os caçadores ou, como escreveu Udo Schadrack<sup>15</sup>, "exterminadores de nossa fauna, os quais escolhem o meio mais fácil de matar a caça, essa mesma caça, que estou criando e protegendo no meu Parque de Criação, com sacrifícios que poucos conhecem".

Udo Schadrack por várias vezes denunciou nominalmente caçadores que seus guardas surpreendiam em seu Refúgio. Indignava-se sobremaneira que entre os mesmos havia funcionários públicos que deveriam a seu ver, dar o exemplo de cumpridores da lei. Embora sem se indispor contra a Justiça, sofreu com a demora da mesma e até com a absolvição de alguns acusados, fatos que aumentavam a sensação de impunidade por parte dos infratores. Sobre o desfecho de um episódio de denúncia contra um caçador, escreveu: "[...] a Polícia fez o que lhe cabia fazer: elaborou os laudos [...] e encaminhou o caso à Justiça, que julgou improcecedente a queixa e absolveu o réu, sim, ABSOLVEU O RÉU! [...]!" (SCHADRACK, 1974, não paginado).

Escrito dessa forma, parecendo um verdadeiro grito de inconformismo a ecoar do papel, esse longo artigo publicado no Jornal de Santa Catarina em dezembro de 1974, bem resume o empenho e perseverança de Schadrack na defesa de nossa fauna. Tal manifestação repercutiu intensamente, suscitando

<sup>14</sup> dados biográficos fornecidos pela família de Udo Schadrack, em uma página datilografada, sem data.

<sup>15</sup> Documento fornecido por Udo Schadrack, datilografado em duas folhas, [1952?].

nos dias seguintes, no mesmo jornal, como poucas vezes acontece, uma série de manifestações de leitores, todos apoiando suas argumentações.

Além de manifestações públicas com denúncias ou apelo em defesa da fauna, Udo Schadrack empenhou-se também em ações pró-ativas como, por exemplo, visando melhorar a fiscalização da caça, encabeçou um abaixo-assinado endereçado ao Governador Heriberto Hülse (1958 - 1961), contendo adesão de dezenas de lideranças blumenauenses, pedindo a efetivação do Sr. Celso Silveira no cargo de fiscal de armas e munições em Blumenau. No preâmbulo do texto, identificou-se como "batalhador que sou pela defesa de nossa fauna".

Dono de um estilo preciso e eloqüente na escrita, às vezes satírico, Udo arremata:

[...] Fala-se muito em Turismo, cognominado também de "indústria sem chaminé". Efetivamente, sem chaminé, o turismo muito bem poderia existir no nosso país, mas SEM FAUNA, o turista apenas serviria de testemunho a um irremediável crime cometido contra a natureza, que ao povo brasileiro foi confiada por Deus em uma abundância, riqueza e beleza, que pode causar inveja aos outros povos menos ricamente abençoados, mas que sabem conservar e proteger os seus encantos naturais. (SCHADRACK, 1974, não paginado)

Nesse mesmo artigo, ao mencionar a visita que recebera no ano anterior de 1973, fruto de iniciativa da nascente ACAPRENA, do Botânico Raulino Reitz e outras importantes autoridades do então IBDF, Schadrack manifesta publicamente pela primeira vez sua intenção de doar grande parte da propriedade

a uma entidade oficial que garantisse a transformação daquela região em Parque Nacional, com a aquisição naturalmente dos terrenos adjacentes [...], inaproveitáveis para a lavoura ou urbanização mas ótimas para a proteção da natureza e vital para a proteção da cidade de Blumenau". (contra enxurradas). (SCHADRACK, 1974, não paginado).

Tal promessa de doação Schadrack repetiu alguns anos mais tarde, em 1979, quando publicou artigo com o título de "Alarma", tanto no extinto Jornal "A Nação" como no Jornal de Santa Catarina (SCHADRACK, 1979a; 1979b). Tal artigo consistia em uma séria e contundente advertência contra os desmatamentos que passavam a intensificar-se nas cabeceiras do ribeirão

Garcia, tornando aquele vale, bem como áreas de municípios próximos, mais sujeitas às conseqüências das enchentes e enxurradas, provocadas por fortes chuvas, que não encontrariam mais a resistência, proteção e efeito esponja da densa vegetação que ali começava a ser mais intensamente destruída.

Udo Schadrack morreu em 16 de dezembro de 1983, sem saber que suas vigorosas sementes estavam germinando com muito viço, ainda que lentamente. Vinte e um anos mais tarde, em 04 de junho de 2004, era criado o Parque Nacional da Serra do Itajaí, englobando área até maior que a sugerida por ele. Por coincidência, na noite de seu velório, exatamente como havia advertido em "Alarma", abatia-se sobre o vale do Garcia uma das maiores enxurradas de sua história, causando prejuízos e perdas de toda ordem aos particulares e aos cofres públicos de Blumenau.

### O DUAS INSTITUIÇÕES: UMA ONG E UMA "OG"

São várias as instituições voltadas à conservação, defesa ou melhoria do Meio Ambiente em Blumenau, nas mais variadas instâncias, sendo impossível tratar de todas no presente espaço. Duas porém destacam-se pelos aspectos de pioneirismo, atividades e tempo de existência: uma não governamental, a ACAPRENA e a governamental, a FAEMA.

## O ACAPRENA Associação Catarinense de Preservação da Natureza

A ACAPRENA é a ONG ambientalista mais antiga de Santa Catarina e uma das mais antigas do país, fundada que foi em Blumenau, em 05 de maio de 1973. A entidade surgiu em seguida ao grande surto de preocupação ambiental que varreu o mundo a partir de 1970, quando passou-se a questionar o ufanismo tecnológico-desenvolvimentista do pós-guerra, alertando para seus efeitos colaterais, que são as conseqüências nefastas do chamado "progresso" a qualquer preço.

Havia pouco mais de 10 entidades não governamentais ambientalistas ou conservacionistas no Brasil, quando da fundação da Acaprena, entre elas

a conhecida AGAPAN, presidida por José Lutzenberger em Porto Alegre, a pioneira ADEFLOFA, depois ADEMA, em São Paulo (vide abaixo) e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) no Rio de Janeiro. Comparando com a esfera governamental, a Acaprena surgiu antes da Secretaria Especial de Meio Ambiente nacional/ SEMA, criada em outubro de 1973, e da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente / SETMA, criada junto com a FATMA pelo Governo de Santa Catarina em julho de 1975.

Permitindo-me um enclave de depoimento pessoal, devo relatar que a história da ACAPRENA começou em dezembro de 1972, quando, estudante de História Natural da FURB, tive a oportunidade de ciceronear o Dr. Paulo Nogueira-Neto, da Universidade de São Paulo, numa viagem de estudos que o mesmo fez ao Vale do Itajaí, acompanhado de seus alunos de Mestrado daquela instituição. Entre os vários lugares visitados no Vale, fomos à Reserva Indígena de Ibirama.

Nessa Reserva, quis o destino que, por falta de espaço em duas canoas usadas para acessar umas colméias de abelhas indígenas rio Platê acima, ficamos, Dr. Paulo e eu, aguardando na margem, junto à sua foz no rio Itajaí do Norte. Por bem mais de uma hora, tivemos uma muito proveitosa conversa sobre assuntos conservacionistas e outros, quando fui informado que ele dirigia a Associação de Defesa da Flora e da Fauna, que fundara pioneiramente em São Paulo, junto com alguns colegas, em meados da década de 1950. No regresso a Blumenau, ao descermos a pé um caminho de acesso ao Rio Itajaí Açu em Ascurra, manifestei desejo de me filiar à ADEFLOFA – essa era na época, a sigla da Associação. O Dr. Paulo respondeu-me que seria melhor eu mesmo fundar nossa própria associação.

Evidentemente que tal conselho não me convenceu, não me julgava em condições de fazer semelhante coisa. Passado cerca de um mês, porém, recebo pelo correio um envelope contendo uma cópia dos estatutos da então ADEFLOFA, um cheque do Dr. Paulo e uma carta, dizendo que aquele dinheiro era para auxiliar nas despesas iniciais de fundação de nossa associação. Assim surgiu a ACAPRENA, em 05 de maio de 1973, graças a esse inesperado apoio e decisiva participação de colegas, a maioria alunos do curso de História Natural da FURB e de dois professores do mesmo curso.

A primeira diretoria foi constituída por Lauro Eduardo Bacca – presidente, Prof. Alceu Natal Longo – Vice-presidente, Nélcio Lindner – Secretário, Profa. Marlene Lauterjung – 2ª. Secretária, Nicanor Poffo - 1º Tesoureiro e Nívia da Silva – 2ª. Tesoureira e o primeiro Conselho Consultivo foi composto por Erica Heidemann, Jaime Tomelin, Leila Denise Longo, Marisa Elsa Demarchi e Vitório Felsky

A ACAPRENA, desde sua fundação, ainda que sem qualquer vínculo institucional, teve espaço para a sede e apoio logístico da FURB de Blumenau. Participou ativamente de muitas das grandes discussões ambientais no País, em Santa Catarina e, principalmente, em Blumenau. Foi modelo para outras associações criadas no estado que continuam, algumas com eficácia superior à própria entidade madrinha, a luta pela conservação dos ambientes naturais e pelo desenvolvimento sustentável.

A Árvore-símbolo (imbuia, *Phoebe porosa*) e a flor-símbolo de Santa Catarina (a orquídea *Laelia purpurata*), assim como o próprio órgão ambiental do Estado – FATMA e do município de Blumenau – atual FAEMA, foram fruto de proposições da ACAPRENA, já no início de sua existência.

A entidade também abraçou causas históricas, como as campanhas contra o projeto de dessalinização do complexo lagunar da região de Laguna em âmbito estadual e contra a caça às Baleias em âmbito nacional. Para essa última mobilização nacional, a Acaprena contribuiu com um expressivo abaixo-assinado de quase 12.000 assinaturas colhidas na região e no Estado. A Associação foi também co-fundadora da FEEC – Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses. Desenvolveu trabalhos de Educação Ambiental, organizou cursos sobre diversos temas ambientais e, ao longo dos anos, sempre procurou estar alerta aos problemas, denunciando-os e cobrando providências das autoridades e também, sempre que possível, executando, promovendo palestras, "Tribunais Ecológicos" em estabelecimentos de ensino, plantio de árvores, formando algumas parcerias e colaborando com outras entidades.

Destaque-se ainda a precoce atuação da Acaprena na área jurídica, a partir dos anos 1980, resultando em importantes conquistas para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida dos cidadãos. Aqui cabe destacar o mérito voluntário da Dra. **Noêmia Bohn**, na Assessoria Jurídica da Associação, tornando-se uma das melhores especialistas em Direito Ambiental do Estado.

No curso de sua história, a Acaprena raramente assumiu posturas mais agressivas ou radicais. Uma pequena exceção foi a campanha contra o projeto de instalação em Blumenau de uma usina de gaseificação de carvão mineral, a qual incluiu uma grande passeata de protesto realizada no início dos anos 1980, na rua Sete de Setembro, uma das mais importantes vias do centro da cidade. Se por um lado, historicamente, a entidade nunca tenha se notabilizado por ações "bombásticas" ou de grande impacto, por outro lado tem sobrevivido ao longo do tempo, ora mais, ora menos ativa, sem jamais

deixar de atuar, num período em que se observou inúmeras outras entidades surgindo no país com grande entusiasmo inicial, porém, infelizmente, desaparecendo posteriormente por completo.

Uma das muitas atividades bem-sucedidas e que merecem destaque ao longo da existência da Acaprena, têm sido as inúmeras excursões a vários locais de interesse ambiental ou conservacionista brasileiros, um projeto exitoso, que já atingiu centenas de pessoas, seguindo o princípio de que é necessário conhecer para amar e preservar. Essa atividade tem despertado razoável interesse entre pessoas de todas as idades e resultado na formação espontânea de várias novas lideranças ambientais na região e no estado.

No que diz respeito à divulgação, a Acaprena tem feito várias publicações, algumas pontuais relativas a eventos ou fatos específicos, outras periódicas. Entre estas últimas, ressalte-se o "Informativo da Acaprena" e a revista quase artesanal "Consciência", que foi publicada por vários anos seguidos. Nos últimos anos, tem circulado o informativo "A Semente", com periodicidade trimestral e de boa qualidade gráfica, em parceria com empresa local. Entre as muitas manifestações através da imprensa merece destaque a página "Meio Ambiente", mantida durante algum tempo, aos domingos, no Jornal de Santa Catarina de Blumenau. Independente de material produzido, a imprensa catarinense tem reconhecidamente colaborado com a divulgação de assuntos ambientais, fundamental para a formação da consciência sócio-ambiental dos cidadãos.

Foi ainda a Acaprena que pioneiramente começou a chamar a atenção para a importância da preservação da Serra do Itajaí o que resultou, passados mais de 20 anos de lutas e dissabores, na criação desse importante Parque Nacional brasileiro, finalmente efetivado graças à intervenção decisiva do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e do apoio de várias ONG ambientalistas de Santa Catarina e de outros estados e do próprio Ministério do Meio Ambiente, que propiciou a criação do Parque através do IBAMA.

Mais recentemente, a entidade tem-se dedicado também profissionalmente a projetos de pesquisa do ambiente natural, com financiamentos governamentais ou privados, executando no momento quatro deles, com destaque ao projeto de elaboração de Proposta do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Itajaí, em plena fase de execução, o que permitirá fazer com que esse Parque possa ser um dos mais ágeis do país em ter seu Plano de Manejo aprovado.

Os dirigentes, principalmente os presidentes da entidade, merecem destaque, cada um dedicando-se de forma absolutamente voluntária na direção da Acaprena, vários deles mantendo-se permanentes colaboradores da entidade até hoje. Seus nomes constam da Tabela 1. Passados 34 anos, revisando alguns arquivos, o alerta enviado por carta por um associado de Joinville, no início da existência da Acaprena, em 1973, permite que se tenha uma noção de como era o contexto ambiental naqueles tempos: "as motosserras estão chegando, temos que nos defender".

Tabela 1 - Dirigentes da Acaprena

Gestão	Presidente	Vice-Presidente	Secretário	Tesoureiro(a)
1973-75	Lauro E. Bacca	Alceu N. Longo	Nélcio Lindner	Nicanor Poffo
1975-77	Alceu N. Longo	Lauro E. Bacca	Cláudio Junge	Nicanor Poffo
1977-79	Alceu N. Longo	Aloir A. Spengler	Nélcio Lindner¹°	Cláudio Junge
1979-81	Lauro E. Bacca	Arno Wortmeyer	Egon José Schramm	Antônio M. Schmidt
1981-83	Lauro E. Bacca	Arno Wortmeyer	Sybilla Sievert	Antônio M. Schmidt
1983-85	Aloir A. Spengler	Roberto Carlos Belli	Adiléia Bernardo	David Hülse
1985-86	Aloir A. Spengler	Antônio André Amorim	Lúcia Sevegnani	Edson Passold
1986-87	Lúcia Sevegnani	Antônio A. Amorim	Maria Mello da Silva	João Batista Ribeiro
1987-89	Noêmia Bohn	Lúcia Sevegnani	Maria Júlia Ribeiro	Alberto Pessati Primo
1989-91	José R. Nunes	Renato Junge	Êdela T. W. Bacca	Carlos Krummenauer
1991-93	Cezar Zillig	Lauro E. Bacca	Maria J. W. Ribeiro	Diogo R. Ringenberg
1993-94	Edson Passold	Cezar Zillig	Vanderlei P. Schmitt	Aldo Koch
1995''				
1995-97	Leocarlos Sieves	Celso Sauer	Rejane H. Reuter	Cláudio Silva
1997-99	Leocarlos Sieves	Renato Junge	Lauro E. Bacca	Rejane H.Reuter
1999-01	Elias João de Melo	Arnor Bublitz	Tarcísio Radüenz	Harry Boos Jr.
2001-03	Elias João de Melo	Rejane H. Reuter	Marlene S. K. Lins	Wilberto Boos
2003-05	Vanderley Schmit	Renato Junge	Graciane R. Pereira	Rejane H.Reuter
2005-07	Renato Junge	Lauro E. Bacca	Fabiana Dallacorte	Cíntia Gruener
2007-09	Rudi R. Laps	Elias J. de Melo	Fabiana de Favere	Franciele O. Dias

Notas:

Fonte: ACAPRENA

<sup>\*</sup> Nélcio Lindner assumiu por um período a presidência da Acaprena.

<sup>\*\*</sup> Em 01/01/1995 assumiu uma Comissão Provisória composta por Carlos Alberto Schramm, Carlos Eduardo Zimmermann, Ingo Gebien, Maria Mello da Silva e Vera Bauer, sem especificação de cargos ocupados.

# Fundação Municipal do Meio Ambiente

A Assessoria Especial do Meio Ambiente de Blumenau foi criada através do Decreto Municipal nº. 965, de 10 de fevereiro de 1977, assinado pelo Prefeito Renato de Mello Vianna, vinculada inicialmente à Assessoria de Planejamento do Município, com a finalidade de "desenvolver estudos ecológicos tendo em vista a implantação de condições ótimas para a preservação do meio ambiente no Município de Blumenau". Entre as competências da Assessoria previstas no Decreto de criação, constavam, além da elaboração de plano de trabalho a curto e longo prazos, o levantamento das condições ambientais do município, o estudo e proposição de medidas atenuadoras ou corretoras de "desequilíbrios" ambientais, a elaboração de normas referentes a recursos naturais e de controle da poluição, articulação com outros órgãos, campanhas de educação comunitária, treinamento de pessoal, entre outras (BLUMENAU,1981).

Coube a Alceu Natal Longo, o segundo titular da AEMA, a tarefa de estruturar o novo órgão, de acordo com as competências previstas no seu Decreto de Criação, o que foi feito dentro de princípios de absoluta frugalidade administrativa, tendo sido montada uma equipe numericamente pequena, porém muito eficiente. Faltavam, na época, modelos administrativos no campo do controle ambiental em âmbito municipal, apesar das evidentes responsabilidades dos municípios em sua gestão (LONGO, 1981a; 1981b). Na ocasião, apenas o município de Porto Alegre tinha estabelecido funções ambientais, poucas semanas antes, em 23/12/1976, porém inseridas num contexto de Secretaria que incluía atribuições de conservação de praças e jardins, coleta de lixo e saneamento. Isto torna Blumenau o município pioneiro, no Brasil, na criação de um órgão com funções específicas na área ambiental.

A boa estruturação, a capacitação de pessoal e as intensas atividades nos três primeiros anos da AEMA foram determinantes para os bons resultados colhidos nas administrações subseqüentes. O Setor, então denominado de Comunicação Social, por exemplo, realizou naquele período, 728 palestras e conferências com auxílio de recursos audiovisuais em 106 escolas dentro do município e diversas outras entidades, além de várias palestras em outras cidades, somando quase setenta mil ouvintes (BLUMENAU, 1981). Começaram a se tornar tradicionais as promoções em datas especiais, como 05 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente; 21 a 27 de setembro, Festa Anual das Árvores e 05 de outubro, dia da Ave. Também produziram-se livretos, folhetos, cartazes e apostilas sobre temas ambientais diversos, além da confecção de áudiovisuais sobre a realidade local.

Igualmente intensas foram as atividades dos demais setores nos primeiros tempos (BLUMENAU, 1981), num período de legislação ambiental dispersa e não específica. A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, por exemplo, foi promulgada em agosto de 1981, quatro anos e meio depois da criação da AEMA. O efetivo controle de corte de árvores e desmatamento iniciou-se logo nos primeiros anos de existência da entidade. Passados uns 20 anos, os resultados ficaram visíveis até em fotos de satélite ou em sobrevôos, quando era possível perceber a clara diferença de qualidade de vegetação em vários trechos das divisas de Blumenau com os municípios vizinhos. O Decreto Federal 750, que proibiu o corte da Mata Atlântica no país é do início de 1993, quinze anos após o eficiente controle municipal. Cite-se, como curiosidade, que até a fiscalização de caça foi feita, através de convênios, na primeira gestão do Prefeito Renato Vianna, lamentavelmente proibida na gestão seguinte do Prefeito Dalto dos Reis.

Entre os inúmeros fatos dignos de nota na história da proteção ambiental governamental de Blumenau, selecionamos um breve comentário sobre o Decreto Municipal no. 1567, de 05 de junho de 1980, assinado por Renato Vianna, que declarou toda a região sul do município como de Preservação Permanente, com fulcro no artigo 3º. da lei federal nº. 4771/65 (Código Florestal Brasileiro)<sup>16</sup>.

A região sul do município concentrava um dos últimos remanescentes de florestas ainda pouco exploradas, mas que se tornaram acessíveis com a intensificação do uso de trator esteira e outros equipamentos modernos de exploração madeireira. Por outro lado, o acesso àquela acidentada região tornou-se economicamente viável com o esgotamento da madeira de boa qualidade alhures. Iniciava-se então uma violenta devastação daquelas florestas nativas, cujas gravíssimas conseqüências eram previsíveis (SCHADRACK, 1979a; 1979b). Quando assumi a AEMA, em janeiro de 1983, no mínimo sete Planos de Corte aprovados pelo então IBDF, ainda estavam sendo executados na área do Decreto 1567/80 em Blumenau, principalmente na ecologicamente muito frágil região das cabeceiras do ribeirão Garcia.

Muitos dos acessos aos locais de execução dos Planos de Corte davamse não a partir de Blumenau, mas sim a partir de municípios vizinhos, o que tornava extremamente difícil a sua localização e fiscalização. Graças, porém, à inestimável colaboração do Aero-Clube de Blumenau, que viabilizava quase sem custos os sobrevôos na acidentada região, foi possível, um a um, encerrar os Planos de Corte. Num dos casos houve a decisiva participação da fiscalização do Governo do Estado e em outros, os detentores do Plano de Corte ameaçavam ingressar na justiça, alegando que o município não poderia proibir o que era autorizado pelo governo federal. Não obstante, devido a sistemáticas infrações aos Planos de Corte e ao próprio Código Florestal Brasileiro, cuja constatação exigia penoso trabalho em campo, aos quais eu comparecia pessoalmente, eles desistiam de tal intento. Dessa forma foi possível sustar, a partir da persistente atuação de um simples órgão municipal de meio ambiente, uma devastação florestal de nefastas conseqüências sociais e ambientais.

Quanto ao Controle da Poluição, ao menos no que diz respeito aos efluentes industriais, Blumenau também foi pioneira. Em princípios da década de 1990, o município era reconhecido publicamente pela Diretora da FATMA, Jucélia Cardoso Caetano, como o primeiro no Estado que cumprira praticamente na íntegra, o programa de despoluição das bacias hidrográficas daquele órgão estadual, fato este extremamente significativo no que diz respeito ao pioneirismo de Blumenau na área ambiental.

Pode-se afirmar atualmente que, há muitos anos, a indústria deixou de ser a grande vilã ambiental no município e que a poluição por efluentes líquidos, gasosos e particulados, desde a década de 1980, vem sendo sistematicamente monitorada e combatida pela Diretoria competente da FAEMA, que fiscaliza praticamente todas as fontes poluidoras. Isso gerou uma certa resistência a essa iniciativa, num período em que ela praticamente existia apenas em Blumenau, o que implicaria um custo maior à produção industrial no município. Felizmente isso mudou e houve grande compreensão, colaboração e comprometimento por parte da grande maioria dos empresários. Além disso, a população logo passou a colaborar e, atualmente, "os cidadãos utilizam com freqüência o disque-denúncias da Prefeitura (156) e chegam a abordar os fiscais nas ruas para relatar crimes e desrespeitos ao meio ambiente" (FAEMA, 2007).

Quanto ao Setor de Comunicação Social, cujas atividades já foram mencionadas, o mesmo passa a denominar-se, em 1986, Setor de Educação Ambiental e seus funcionários designados de **Educadores Ambientais**. Em

<sup>16</sup> Quando fui Assessor Especial de Meio Ambiente, no governo do Prefeito Dalto dos Reis, elegí como uma das prioridades a implementação desse decreto, da melhor forma possível.

1996, já como uma Divisão da FAEMA, a Educação Ambiental assume o Museu de Ecologia Fritz Müller e o Centro de Educação Ambiental Rodolfo Gerlach, ambos localizados em terreno que pertenceu a Fritz Müller, na rua Itajaí.

A título de resumo histórico, a **Tabela 2** apresenta todos os titulares da AEMA/FAEMA, com base em dados de FUNDAÇÃO (2007), comunicações pessoais e Decretos e Portarias Municipais. A rápida caracterização de cada gestor foi resumida e adaptada da colaboração de Antônio Maurício Schmidt, o mais antigo funcionário administrativo e profundo conhecedor da AEMA/FAEMA e da realidade ambiental de Blumenau. Nem todos os fatos e iniciativas estão mencionados na Tabela, como a participação da FAEMA na ANAMMA, Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente e outras instituições estaduais e nacionais. Dada sua importância, as **Unidades de Conservação Municipais**, juntamente com as demais UC existentes no município, constam de tabela própria (Tabela 3).

Como conclusão deste item, dentre outros depoimentos entusiásticos de ex-dirigentes da FAEMA, elegemos partes do depoimento do primeiro titular de fato do órgão, Alceu Natal Longo (2007):

É muito difícil imaginar que tipo de desenvolvimento teríamos tido no município sem a atuação da AEMA/FAEMA que, conseguiu implantar e ampliar a consciência conservacionista coletiva pragmática que a comunidade hoje pratica. (...) Os trabalhos desenvolvidos pela AEMA/FAEMA, sem qualquer dúvida, evitaram o crescimento desordenado de Blumenau. Fez com que a poluição industrial fosse enquadrada dentro dos limites legais, assegurando desde a década de 1980, melhorias nas condições de saúde dos blumenauenses. Isto foi pioneiro em todo o país. O resultado (da proteção dos remanescentes florestais no município) é visível a todas as pessoas. Hoje, nossa fauna urbana é mais rica do que em muitas regiões de florestas que não possuem sistema de fiscalização como o que aqui implantamos.

## OUTROS ATORES COM ATUAÇÃO NA ÁREA AMBIENTAL EM BLUMENAU

Além das personalidades e entidades já mencionadas no texto e repetidas abaixo, existem na cidade mais atores com funções específicas na proteção

ambiental. Não estão incluídas aqui empresas ou entidades com fins comerciais na área de Meio Ambiente, ainda que prestando relevantes serviços, bem como escolas, grupos escoteiros e tantos outros que também incluem atividades ambientais em suas ações. Correndo o risco de algum esquecimento, mencionamos: Associação Catarinense de Preservação da Natureza (ACAPRENA), desde 1973; Fundação Municipal do Meio Ambiente (FAEMA), como AEMA desde 1977; Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA) / atual Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental (CODAM) de Blumenau, desde 1977; Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) da FURB, como Projeto CRISE desde 1984; Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público, desde ca.1987; Núcleo Ambiental do SENAI / Blumenau, desde 1993; GuEspPMA - 6º. Pelotão da Guarnicão Especial de Polícia de Proteção Ambiental de SC, desde 1995; ABC - Associação Blumenauense Pró-Ciclovias, desde 1997; NOVA RÚSSIA PRESERVADA - Organização dos Proprietários e Preservadores da Nova Rússia, desde 1998; Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Itajaí, desde 1998; Instituto Esquilo Verde. desde 1998; (SARITA) Sociedade Amigos do Itajaí, desde 1999; Associação Protetora de Animais de Blumenau (APRABLÚ), desde 1999; Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CERBMA) de SC, com sede em Blumenau / FURB, desde 2000; IPAN - Instituto Parque das Nascentes, desde 2000; Núcleo de Gestão Ambiental da Associação Empresarial de Blumenau (ACIB), desde 2002; FOCINHO FELIZ - Alianca Educacional pelo Bem-Estar Animal, desde 2004; IBAMA / Sede do Parque Nacional da Serra do Itajaí, desde 2005.

### Z CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do rápido crescimento populacional, o município de Blumenau ainda possui 67 por cento de cobertura florestal natural, doze Unidades de Conservação oficialmente estabelecidas, nove delas municipais e sete delas de Proteção Integral, além de outras reservas informais. O controle da poluição em geral alcança níveis acima da média estadual ou brasileira, assim como a reciclagem de lixo e resíduos. A Faema é referência no Estado em administração municipal de Meio Ambiente e o nível de criticidade dos cidadãos blumenauenses também é relativamente alto. A dura lição das grandes enchentes gerou debates e movimentos estimuladores da consciência ambiental. Igualmente, foi no acalorado debate regional sobre a criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí que pela primeira vez discutiu-se amplamente

Tabela 2 - Titulares da AEMA/FAEMA, períodos de gestão e marcas principais

Titular	Período	Caracterização básica		
Nestor Fernandes	1977	Permaneceu pouco tempo no cargo.		
Alceu Natal Longo	01/11/77 - 31/01/83	Organização e estruturação da instituição e da legislação municipal (vide texto) e rigorosa fiscalização.		
Lauro Eduardo Bacca	01/02/83 - 13/11/87	Educação Ambiental e proteção das florestas nativas. Lei da Terraplanagem. Concurso de Teatro Blumenau e Meio Ambiente. Plantio de árvores em vias públicas.		
Renato Abelardo Beduschi	13/11/87 - 02/12/87	Acumulando funções de Secretário de Agricultura, plantou cerca de mil árvores em ruas da cidade.		
Vitor Hugo Laux	02/12/87 - 31/12/88	Ênfase ao controle dos loteamentos e ordenamento do crescimento urbano.		
Leandro Victor Bona	02/01/89 - 21/03/89	Transição para a nova estrutura administrativa. Bom senso em todas as decisões.		
Antônio Bascheroto Barreto	21/03/89 - [1991]	Implantação da nova estrutura com integração da Defesa Civil (SEMADEC em 12/05/89). Acumulou o Setor de trânsito. Melhorias nas rotinas de trabalho.		
Oscar Jenichen	[1991] - 12/11/91	Acumulou com Chefia de Gabinete do Prefeito. Muitas análises de efluentes líquidos. Inauguração de diversos sistemas de tratamento terciário de efluentes de empresas.		
Ademar Lingner	14/11/91 - [1991]	Acumulou Chefia de Gabinete do Prefeito. Manteve as rotinas implantadas. Com seu afastamento, os serviços foram dirigidos informalmente por Antônio M. Schmidt.		
Jorge Alberto Müller	10/03/92 - 31/12/92	Estruturou a Fundação. Novas rotinas de trabalho. A proteção das florestas também foi marcante em sua primeira administração.		
Lauro Eduardo Bacca	04/01/93 - 07/08/95	Enfatizou a Educação Ambiental e a proteção das florestas nativas.		
Olinto Silveira	08/08/95 - 21/08/95	Interino. Também o foi, só que informalmente, por três meses, em 1985.		
Alceu Natal Longo	21/08/95 - 31/12/96	Novos equipamentos fundamentais para o bom andamento dos trabalhos. Importantes mudanças na estrutura administrativa.		
Luiz Fernando Krieger Merico	01/01/97 - 28/02/02	Inovador. Nova estrutura administrativa. Lei Compl. da Política Municipal do Meio Ambiente; Agenda Blumenau 21; Certificado Faema de Qualidade Ambiental e outros novos programas de trabalho.		
José Constantino Sommer	01/03/02 - 31/12/04	Manutenção dos programas; Primeira Lei de Política Municipal de Educação Ambiental do país; ativação da cobrança jurídica da dívida ativa; FAEMA inserida nas decisões sobre o "desenvolvimento" da cidade.		
Jorge Alberto Müller	01/01/05 - atual	Nova estrutura administrativa. Educação Ambiental valorizada como Diretoria. Sistema de Gestão Ambiental - SGA sendo implantado. Novas unidades de conservação sendo propostas		

a proteção da biodiversidade no Estado. Esses aspectos são alguns dos tópicos abordados por breves depoimentos do atual e dos principais exdirigentes da AEMA/FAEMA, e da ACAPRENA, entre tantos outros, conscientes como este autor das falhas e omissões que certamente existem, mas unânimes no entusiasmo pelo trabalho realizado. Entre os pontos negativos, cite-se o baixo índice de apenas quatro por cento de tratamento de esgoto, a ocupação irregular do solo que ainda ocorre e a precária arborização pública no município. No entanto, com muito esforço, conscientização plena da realidade local, regional e da crítica situação mundial e vontade política, será perfeitamente possível continuar vencendo os obstáculos rumo a uma sociedade justa e com boa qualidade de vida.

Tabela 3 - Unidades de Conservação oficiais em Blumenau

Nome da UC	Área (ha)	Grupo	Ato e data de criação
1. Área de Rel. Interesse Ecológico Roberto Miguel Klein	0,35	US	L 4157 de 21/09/1992
2. Parque Natural Municipal São Francisco de Assis	23,00	PI	LC 99 de 25/10/1995
3. Área de Proteção Ambiental São Francisco de Assis	53,00	US	LC 98 de 25/10/1995
4. Área de Rel. Interesse Ecológico Foz do Ribeirão Garcia	1,80	US	LC 125 de 24/06/1996
5. Parque Natural Municipal Nascentes do Garcia	5.296,16	PI	L 4990 de 05/06/1998
6. Área de Proteção Ambiental das Ilhas Fluviais	38,90	US	D 6435 de 27/08/1999
7. Área de Proteção Ambiental Raulino Reitz	indef."	US	D 6797 de 19/02/2001
8. Parque Natural Municipal Bromberg	6,78	PI	L 5869 de 24/04/2002
9. Área de Relevante Interesse Ecológico do Salto	10,33	PI	D 8404 de 05/06/2007
10. RPPN Reserva Bugerkopf <sup>100</sup>	82,70	US(4)	Port IBAMA 148N/92
11. RPPN Bioestação das Águas Cristalinas <sup>64</sup>	102,96	US(4)	Port. IBAMA 19/2002
12. Parque Nacional da Serra do Itajaí <sup>4.</sup>	57.374,0 <sup>th</sup>	PI	D Fed de 04/06/2004

#### Notas:

US = Unidade de Conservação (UC) do Grupo de Uso Sustentável;

PI = Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral;

F = Unidade de Conservação Federal;

L = Lei; LC = Lei Complementar; D = Decreto;

RPPN = Reserva Particular do Patrimônio Natural.

- (1) Totalmente englobado pelo Parque Nacional da Serra do Itajaí.
- (2) Parcialmente englobado pelo Parque Nacional da Serra do Itajai.
- (3) Área aproximada calculada de 10.000 ha.
- (4) Legalmente as RPPN Federais são consideradas UC de Uso Sustentável, na prática suas restrições são equivalentes às UC de Proteção Integral.
- (5) do total de 57.374 hectares do Parque Nacional, 9.879 hectares situam-se no município de Blumenau (fonte: PDA/MMA Plano de Manejo (em elaboração), ACAPRENA).

#### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Acaprena (Secretária Morgana), Alceu Natal Longo, Aloir Arno Spengler, Antônio Maurício Schmidt, Carolina Werner Ribeiro, Cezar Zillig, Iumaã Bacca, Jorge Alberto Müller, José Constantino Sommer, Juarês José Aumond, Lúcia Sevegnani (grande incentivadora), Luiz Fernando Merico, Luiz Roberto Fontes, Mabeli Espíndola, Nélcio Lindner e Sueli Petry e as pacientes Gláucia e Mirela, do Arquivo Histórico, pelo apoio, revisão, esclarecimento de dúvidas e fornecimento de depoimentos e/ou informações. À Esposa Êdela Bacca, de forma muito carinhosa e especial pelo eterno apoio e paciente revisão do texto. Agradeço ainda toda a imprensa regional e blumenauense, fundamental para a difusão da discussão ambiental local e regional.

### REFERÊNCIAS

BACCA, Lauro Eduardo. Fritz Müller na Memória da Cidade. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, t. XX, n. 2, p. 56-57, fev. 1979.

BACCA, Lauro Eduardo. Parque Ecológico Artex: uma Proposta. In: CONGRESSO FLORESTAL ESTADUAL, 6., 1988, Nova Prata. Anais... Nova Prata: [S. n.], 1988. p. 345-349.

BACCA, Lauro Eduardo. Serra do Itajaí: Um Parque Nacional? Consciência. Blumenau, n. 3, ano 1, p. 4-7, maio/jun. 1981.

BLUMENAU (SC). **Código de Posturas do Município de Blumenau**. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1986. 240 p.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **Um alemão nos trópicos**: Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 anos, 1999. Ed. bilíngüe Alemão/Português. 280 p. il.

BLUMENAU. Fundação Municipal do Meio Ambiente. **Blumenau:** 30 anos cuidando do meio ambiente. Organizador Felipe Lenhart. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2007. 96 p. il. mapas.

BLUMENAU. Prefeitura Municipal. **AEMA**: uma experiência local de proteção do meio ambiente. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1981. 124 p. il.

BRITO, Paulo Joze Miguel de. **Memória Política sobre a Capitania de Santa Catharina.** Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1829. xii, 181p, il., mapas.

CENTENÁRIO de Blumenau: 1850 - 2 de setembro - 1950. Blumenau: [s.n.], 1950. 492 p. il. mapas.

FERNANDEZ, Fernando. **O poema imperfeito**: crônicas de biologia, conservação da natureza, e seus heróis. Curitiba: Ed. UFPR, 2000. 260 p.

FERRAZ, Paulo Malta. **Pequena história da colonização de Blumena**u. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1976. 87 p., il.

HAECKEL, Ernst Heinrich Philipp August. Fritz Muller - Desterro: necrológio de Ernst Haeckel. In: **Dr. Fritz Muller, desterro**: dois necrológios. Tradução Richard Paul Neto. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, [1979]. p. 5-14.

HOLLENWEGER, Rudolf. O Spitzkopf. Tradução Edith Eimer. Blumenau em Cadernos. Blumenau, t. XXXIII, n. 4, p. 127-128, abr. 1992.

KLEIN, Roberto Miguel. Ecologia da Flora e Vegetação do Vale do Itajaí. Sellowia: Anais Botânicos do Herbário Barbosa Rodrigues. Itajaí, no. 32, ano XXXII, nov. 1980.

LONGO, Alceu Natal. A responsabilidade dos municípios no controle dos problemas ambientais. In: **AEMA:** uma experiência local de proteção do meio ambiente. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1981a. p. 59-69.

LONGO, Alceu Natal. Papel da iniciativa privada na preservação da flora em Blumenau. In: **AEMA**: uma experiência local de proteção do meio ambiente. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1981b. p. 45-51.

LONGO, Alceu Natal. **Sem** assunto [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <a href="mailto:sem">daurobacca@terra.com.br>em 28 jul. 2007.

OTTE, Ralf (1950). Caça e Pesca no Município de Blumenau. In: Centenário de Blumenau: 1850 - 2 de setembro - 1950. Blumenau: [s.n.], 1950. p. 353.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. 209 p. (Reconquista do Brasil, v.9).

SANTOS, Silvio Coelho dos. Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis, Edeme, 1973. 313 p., il.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Nova história de Santa Catarina. [Florianópolis: Ed. do Autor], 1974. 124 p., il.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Os índios Xokleng: memória visual. Florianópolis, Ed. da UFSC; Itajaí: Ed. da UNIVALI, 1997. 151 p., il.

SCHADRACK, Udo. Alarma. A Nação, Blumenau, p. 1, 28 jul. 1979a.

SCHADRACK, Udo. Devastação do Garcia poderá trazer sérias conseqüências. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p. 26, 5-6 ago. 1979b.

SCHADRACK, Udo. Empresário denuncia destruição da fauna e da flora. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, não paginado, 21 dez. 1974.

SCHADRACK, Udo. O Spitzkopf-Clube. In: Centenário de Blumenau: 1850 - 2 de setembro - 1950. Blumenau: [S.n.], 1950. p. 351-352.

SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. 2. ed. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988. 299 p.

SILVA, José Ferreira da. O Doutor Blumenau. 2. ed. Florianópolis: Edema: Paralelo 27. 1995. 103 p., il.

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Centro de Ciências Naturais. Manejo e uso múltiplo da vegetação secundária no Parque das Nascentes: relatório de cumprimento do objeto - final. Blumenau, 2003. 2 v., il.

ZILLIG, Cezar. **Dear Mr. Darwin**: a intimidade da correspondência entre Fritz Muller e Charles Darwin. Blumenau: 43 Gráfica e Ed., 1997. vi, 241 p., il.





Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

imigração de europeus para o Brasil começou no século XIX, após a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. A vinda de acorianos para alguns pontos do litoral, ao norte e ao sul, na segunda metade do século XVIII, inscreve-se, em termos gerais, no âmbito dos fenômenos migratórios. Mas a experiência acoriana envolvia súditos do rei de Portugal e, por isso, não foi tratada como imigração - um conceito que supõe a entrada e estabelecimento de indivíduos ou grupos em país estrangeiro. Por isso, a categoria imigrante tem sido usada, politicamente, em sinonímia com alienígena, ádvena, estrangeiro. No caso brasileiro, a abertura dos portos em 1808 é considerada um marco do processo imigratório porque propiciou a fixação de estrangeiros no país1. A possibilidade de concessão de sesmarias para estrangeiros<sup>2</sup> foi outro passo importante nesse processo de abertura consolidado em 1818 com as primeiras tentativas de instalação de núcleos coloniais na Bahia e Rio de Janeiro. Antes da independência, porém, poucos estrangeiros entraram na condição de imigrantes, e o principal evento nesse período foi a fundação da colônia de Nova Friburgo na província do Rio de Janeiro, onde famílias originárias da Suíça receberam terras para cultivo. A outra tentativa teve a liderança de G. W. Freyreiss, naturalista e viajante alemão bem relacionado na corte, que recebeu terras por sesmarias para estabelecer uma "colônia alemã" no sul da Bahia em 1818. Os dois empreendimentos não tiveram o sucesso esperado<sup>3</sup>, mas apontam para a vinculação entre colonização e imigração que caracterizou as políticas imigratórias no Brasil até meados do século XX. A principal finalidade da imigração européia era a implantação de um modelo de exploração agrícola diferenciado do latifúndio escravista, embora as colônias iniciais estivessem próximas (mas ao mesmo tempo na periferia) de grandes possessões monocultoras.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Eram, em sua maioria, comerciantes de exportação-importação, ou empresários de transporte marítimo, estabelecidos em cidades portuárias, especialmente no Rio de Janeiro, predominando ingleses e, em menor número, franceses e alemães. Os comerciantes alemães criaram a primeira associação com características étnicas no Brasil, a Gesellschaft Germania, fundada no Rio de Janeiro em 1821.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Conforme decreto assinado pelo Príncipe-Regente em 25/11/1808, um estrangeiro podia receber datas de terras (sesmarias) nas mesmas condições dos vassalos do rei de Portugal.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Por causa das condições precárias de assentamento, além das altas taxas de mortalidade na travessia do Atlântico e na própria colônia, a maioria dos colonos suíços deixou Nova Friburgo; a colônia Leopoldina, iniciativa de Freyreiss na Bahia, transformou-se num conjunto de fazendas escravistas dedicadas ao cultivo fracassou. Sobre esses primórdios da imigração alemã, ver Tschudi (1866/69) e Fouquet (1974).

Mas o próprio decreto de 16/05/1818, que aprovou as condições para o estabelecimento da "colônia suíça", indica outros interesses, num período marcado pelo temor de um levante geral de escravos suscitado pela revolução negra que levou à independência do Haiti em 1804. Além dos dispositivos contratuais acerca dos imigrantes pretendidos (agricultores e artífices), da concessão de terras e outras vantagens, e da administração colonial, vários artigos do tratado de Nova Friburgo referemse à formação de milícia para reforço dos efetivos militares de brancos. Nessa primeira legislação imigratória a colonização com europeus emerge como elemento civilizatório – o progresso do Reino do Brasil atrelado à necessidade de povoamento com gente branca civilizada. Não há referências mais diretamente raciais – que mais tarde marcaram as discussões sobre imigração e colonização – mas a idéia de progresso aparece associada ao "trabalho livre"4.

Os mesmos ideais de progresso e civilização, e motivações geopolíticas. orientaram a colonização com imigrantes após a independência. Além de autorizar a entrada de imigrantes alemães e suíços, decretos reais de 01/09/ 1808, 16/02/1813 e 19/05/1818 mostram o empenho governamental para trazer famílias acorianas, também na condição de colonos, com o objetivo de aumentar a população porque disso "depende a prosperidade e riqueza nacional". Os decretos referem-se à localização de colonos no Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Tais expectativas persistiram após 1822, sem referências aos açorianos: a colonização imaginada como a forma mais apropriada de garantir o abastecimento, pois a pequena propriedade familiar devia produzir no regime de policultura e criação. Isso ficou bastante claro desde a fundação de Nova Friburgo, mas também estava sendo considerado o problema do povoamento com imigrantes oriundos da Europa, objetivando a consolidação do território. uma questão particularmente problemática na região sul. Ali havia a disputa fronteirica com a Argentina, as reivindicações pela anexação da Banda Oriental (o Uruguai) e, por isso mesmo, o primeiro agenciador de imigrantes contratado pelo governo imperial, o Major G. A. von Schäfer, também foi encarregado de trazer mercenários alemães para compor batalhões estrangeiros para a guerra da independência. Por outro lado, muito antes de 1822 discutia-se a questão da

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> A categoria branco é referencial para europeu e remete ao elemento presente desde as primeiras classificações raciais da humanidade, que remontam ao século XVIII - a cor da pele. Ao longo do século XIX, teorias diversas apregoaram a desigualdade racial e a "superioridade branca", forma de racismo presente também nas discussões das políticas públicas, inclusive da imigração. Cf. Seyferth, 2002.

catequese e civilização dos índios (referidos pela categoria "bárbaros") simplesmente ignorados no curso do processo colonizador.

A opção pela colonização estrangeira feita em 1818 foi reafirmada com a fundação de São Leopoldo (RS) em 1824, com os alemães arregimentados por Schäfer – marco da imigração no sul do Brasil que mostra o interesse no modelo de exploração agrícola baseado na pequena propriedade familiar, forma de ocupação de terras públicas (ou devolutas) que supõe povoamento, apesar da reconhecida presença indígena. A primeira fase dessa colonização encerrouse com a fundação das colônias de São Pedro de Alcântara e Mafra (SC), e Rio Negro (PR), em 1829, já num contexto de dificuldades financeiras para promover a imigração. As três estavam situadas em entrocamentos de caminhos de cargueiros (isto é, vias que davam passagem a animais de carga), o que aponta para estratégias de comunicação, no primeiro caso (São Pedro de Alcântara) entre a capital catarinense e o planalto, e nos outros dois assegurando pontos de abastecimento na via entre Rio Grande e São Paulo.

A mais importante dessas três colônias, São Pedro de Alcântara, devia concretizar o projeto de instalação de uma Freguesia "no caminho do sertão", nas margens do rio Maruí, distante quatro línguas e meia da vila de São José (PAIVA, 1846, p. 504). Para o estabelecimento das colônias foram enviados dois navios do Rio de Janeiro transportando 635 colonos alemães (num total de 146 famílias, a unidade privilegiada pela política de colonização). A eles seriam adicionados pouco mais de cem integrantes alemães de batalhões estrangeiros desmobilizados após a rebelião na capital do império, ocorrida em 1828.

A localização desses imigrantes encerrou a primeira fase da colonização (alemã). A crise entre o Imperador Pedro I e a Câmara – que culminou na abdicação – entre outras coisas, produziu uma redução dos gastos públicos que se refletiu na política imigratória através da Lei de 15/12/1830, que aboliu as despesas com a colonização estrangeira em todas as províncias do Império.

O destino preferencial dos emigrantes, desde essa época, era os Estados Unidos da América: a travessia durava menos, tinha custo menor, o modelo liberal de colonização era mais atraente, a propaganda mais eficiente, etc. A

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Essas iniciativas de colonização são mencionadas por Mattos (1917) e Piazza (1994), que também apresentam alguns dados demográficos que apontam para a baixa densidade populacional da província nesses primórdios a imigração. O interesse no povoamento - afinal, Santa Catarina tinha menos de setenta mil habitantes em 1840 - e o envolvimento da parte do sul da província na Revolução Farroupilha, possivelmente foram fatores determinantes para as tentativas de formação de núcleos coloniais particulares.

emigração para o Brasil dependia de subsídios, de aliciamento e localização de alto custo, bancados pelo poder público. Por outro lado, a colonização estrangeira tinha seus críticos, especialmente os nacionalistas preocupados com a unidade do Estado e sua formação sócio-cultural luso-brasileira e católica.

A proibição de gastos e a Revolução Farroupilha (1835-1845) dificultaram a localização de imigrantes em núcleos coloniais por 15 anos. Nesse período, a entrada de estrangeiros no país foi insignificante. A persistência do interesse oficial, porém, revelou-se nas autorizações para a criação de colônias particulares em Santa Catarina. Antes da ação governamental mais direta, retomada em 1847, a historiografia da colonização registra o estabelecimento de um grupo de norte-americanos no Vale do rio Tijucas, em 1836, e na mesma região e ano, a fundação da colônia Nova Itália, com imigrantes da Ilha da Sardenha; em 1842 surgiu a colônia falansteriana do Saí, na região de São Francisco do Sul, formada com franceses; e em 1845, Charles van Lede fundou a colônia belga de Ilhota, no rio Itajaí-açu. Nenhuma delas teve resultados satisfatórios, ocorrendo a dispersão da maioria dos colonos, mas essas autorizações prenunciaram mudanças que seriam formalizadas a partir de 1850.

A ocupação do Vale do Itajaí começou nesse período mais problemático da colonização com a localização de famílias alemães (descontentes com as condições de assentamento em São Pedro de Alcântara) e brasileiras em dois arraiais no rio Itajaí-açu, e a tentativa de estabelecer colonos no rio Itajaí-mirim inviabilizada pela presença indígena. Assim, em meados da década de 1830, permitiu-se a realocação de colonos estrangeiros numa região considerada importante também como possível via de acesso ao planalto.

A imigração direcionada para o regime de colonização cessou em 1830 porque o governo brasileiro, apesar da propaganda e da atividade de agenciamento, não conseguiu produzir fluxos espontâneos, isto é, não subsidiados. Nos atos legislativos destinados a regular as iniciativas particulares — caso da Lei Provincial 49, de 15 de junho de 1836, que estabeleceu regras para atuação das empresas de colonização — fica claro o privilegiamento do colono estrangeiro pois limita muito a participação de nacionais. Desde essa época, colono tornou-se um sinônimo para imigrante (e descendentes) e, dessa forma, uma categoria apropriada como identidade social simbolicamente "etnizada". No entanto, esse privilegimento esbarrou nas dificuldades que os empresários encontraram para trazer gente da Europa

em número suficiente para tornar as empresas colonizadas lucrativas.

Não é provável que o insucesso dessas primeiras tentativas particulares determinou a retomada do processo colonizador pelo Estado em 1845. Há outras motivações, mais importantes, além da estabilidade política do segundo reinado e do investimento diplomático realizado junto aos governos alemães para viabilizar a propaganda para atrair imigrantes. A colonização do Vale do Itajaí, e o percurso de Hermann Blumenau para viabilizar a fundação de uma colônia particular, tem relação direta com a discussão e implementação de uma política imigratória de povoamento. Nesse caso, o elemento visado era o agricultor europeu que emigrava com a família. E a ocupação do Vale do Itajaí teve a mesma motivação que marcou a fundação das primeiras colônias: a comunicação com o planalto e a implementação de um modelo de exploração agrícola voltado para a produção de alimentos.

No período que antecedeu a fundação de Blumenau ocorreram algumas alterações importantes, entre elas o aditamento à Constituição Política do Império, através da Lei 16, de 12/08/1834, que dividiu a competência do estabelecimento de colônias com as Assembléias Provinciais, o que na prática favoreceu os empreendimentos particulares que interessavam aos governos de províncias com baixa densidade demográfica – caso de Santa Catarina; e a proibição do trabalho escravo em áreas coloniais, efetivada na década de 1840. Estava definitivamente configurada a intenção governamental de implantar no país um modelo de exploração agrícola diverso da grande propriedade escravista monocultura. Embora a legislação posterior incentivasse grandes proprietários a promover a colonização estrangeira em suas terras – que resultaria num modelo realmente privado de colonização – isso ocorreu muito incidentalmente, prevalecendo a colonização particular precedida pela concessão de terras devolutas, favorecida pela promulgação da Lei 601, de 1850.

Conforme os debates travados na época, inclusive no âmbito do Ministério do Império, as empresas de colonização poderiam, com sucesso, importar gente morigerada – uma expressão empregada para classificar o imigrante ideal, de moralidade ilibada e trabalhador – desviada da emigração espontânea da Europa para a América do Norte. A organização de sociedades

<sup>6</sup> A expressão trabalho livre é mais do que uma simples oposição dicotômica ao trabalho escravo; nela está contida uma forma de racialização pois o adjetivo livre, nesse contexto, estava diretamente associado à imigração de gente classificada como "branca" (ou européia). Sobre as premissas racistas surgidas no debate sobre a imigração no Brasil, ver Seyferth, 2002.

colonizadoras era elogiada e incentivada desde meados da década de 1830, inclusive porque promoviam o "trabalho livre" considerado necessário ao progresso econômico e social do país.

Essas observações configuram precisamente a idéia de transição para uma economia sem escravidão, atrelada a um conjunto de mudanças que ultrapassavam a questão mais circunscrita da colonização. O governo Imperial retomou o estabelecimento de colônias com imigrantes alemães autorizando a fundação de Petrópolis, na região serrana da província do Rio de Janeiro, em 1845, e Santa Isabel, na província do Espírito Santo, em 1847. Entre 1846 e 1849 surgiram várias "colônias alemãs", oficiais e particulares, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A colonização, portanto, devia ocorrer em diversos pontos do território nacional. Na prática, autoridades e projetos particulares privilegiaram a região sul e, nessa fase, a imigração alemã. Por outro lado, em 1847 o Senador Nicolau de Campos Vergueiro, político importante, Ministro do Império (entre outros cargos) e proprietário de uma grande fazenda de café em São Paulo, introduziu imigrantes (alemães e suíços) com base no sistema de parceria - uma forma de contrato de trabalho. Na concepção dos grandes proprietários paulistas, o trabalho livre do imigrante devia substituir o trabalho escravo, paulatinamente, e essa vinculação teve repercussões na Europa, dificultando a ação dos agenciadores brasileiros, especialmente depois da revolta dos colonos de parceria da fazenda de Vergueiro.

A interdição da posse de escravos por colonos estrangeiros, a substituição acima referida e a retomada da imigração subsidiada pelo Estado tem relação direta com os debates internos e as pressões externas para acabar com o tráfico de escravos da África para o Brasil. Além disso, estava sendo discutida uma nova lei de terras que pudesse resolver a complicada situação fundiária brasileira considerada obstáculo maior à colonização estrangeira. A promulgação da lei Euzébio de Queiróz (que extinguiu o tráfico negreiro) e da Lei 601 (a Lei de Terras) em 1850 não foi simples coincidência.

A escravidão e as formas de acesso à terra, mas também a questão religiosa, a naturalização, as empresas colonizadoras, a seleção de imigrantes, os subsídios, eram os temas mais comuns, embora não únicos, na discussão

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> A "revolta de Ibiacaba" ocorreu alguns anos depois, motivada pelas condições contratuais pouco favoráveis aos imigrantes, e pela difícil convivência dos trabalhadores livres com o regime escravista. A repercussão na Europa foi grande por causa da publicação do livro escrito por um desses colonos, Thomas Davatz, traduzido e editado no Brasil por iniciativa de Sergio Buarque de Holanda. Cf. Davatz, 1941.

da política de colonização quando Hermann Blumenau iniciou os procedimentos burocráticos para viabilizar a fundação de uma colônia no Vale do Itajaí. Não é um caso isolado pois existiam outros projetos semelhantes, sobretudo para o Rio Grande do Sul, onde várias colônias particulares surgiram antes e depois de 1850. Também estava em formação a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que teve seu contrato para a fundação da colônia D. Francisca (Joinville) aprovado pelo decreto 537 de 15/05/1850.

As duas iniciativas particulares relativas a Santa Catarina indicam a prioridade do povoamento da parte norte da província e seu sentido civilizatório evidenciado pelas referências aos indígenas, inclusive na legislação<sup>8</sup>. Nesse processo de ocupação territorial, porém, chama a atenção a presença preponderante da imigração alemã num período de emergência do nacionalismo assimilacionista<sup>9</sup>, um fato que tem diversas explicações.

A emigração alemã para a América do Norte remonta ao século XVIII, quando grupos de diferentes confissões protestantes - sobretudo Menonitas, Ouakers e Herrenhutter – formaram colônias na Pennsylvania atraídos pela propaganda do governo britânico. Tinham motivações econômicas - as crises agrárias que assolaram alguns Estados alemães – mas emigraram por razões religiosas. A grande emigração para os Estados Unidos, porém, começou logo após as guerras napoleônicas, em 1816, intensificando-se a partir de 1840. Essa era a realidade quando o governo brasileiro decidiu retomar a colonização estrangeira, fazendo alguma propaganda e pressão diplomática para, de acordo com o discurso imigrantista, "desviar" uma parte do fluxo para o Brasil. Antes de 1830 a presença marcante de alemães na corte, inclusive de indivíduos interessados no estabelecimento de colônias, como Freyreiss e Schäfer, talvez explique a opção por imigrantes daquela origem. Afinal, Schäfer foi encarregado de trazer as primeiras levas, e escreveu um livro sobre o Brasil, publicado em Altona (Schleswig-Holstein) em 1824 como forma de propaganda<sup>10</sup>. Além disso, a presença alemã na corte tornou-se mais

<sup>8</sup> Conter, civilizar e catequizar índios são termos que aparecem desde os primeiros atos legislativos que trataram da colonização. As autoridades esperavam que a instalação de colônias nas terras ocupadas pelos índios, e o conseqüente contato com os colonos, pudesse resultar na civilização dos "selvagens". De modo geral, porém, o gentio (ou bugre, ou índio) era visto como ameaça a ser contida, como se percebe na lei promulgada pela Assembléia Provincial de Santa Catarina em 28/04/1837, que isentou do serviço da Guarda Nacional os moradores de colônias expostas a ataques indígenas.

<sup>9</sup> A imigração alemã sempre foi objeto de crítica por causa do distanciamento cultural e lingüístico em relação à formação nacional brasileira. Os primeiros conflitos relacionados à "germanidade", por exemplo, ocorreram em Petrópolis no início da década de 1850, conforme mencionou Handelmann (1931, p. 491).

significativa após o casamento de D. Pedro com a princesa austríaca Leopoldina, podendo ser destacada também a atuação diplomática de Wilhelm von Theremin, rico comerciante exportador de café estabelecido no Rio de Janeiro desde 1823, e cônsul da Prussia<sup>11</sup>.

No período que antecedeu a nova fase da colonização, porém, os titulares do Ministério do Império falavam da necessidade de atrair para o Brasil uma parte da imigração espontânea da Europa para os Estados Unidos e o "inóspito e ingrato" Canadá. Em vários relatórios de Ministros do Império publicados entre 1830 e 1839, em parte transcritos por Rocha (1918, v.I, p. 195-214), a possibilidade de colonização com a população indígena foi descartada, sendo sugeridas várias medidas que tinham por objetivo incrementar a imigração, entre elas a formação de sociedades colonizadoras que pudessem "importar gente morigerada", a promulgação de uma lei que regulasse a distribuição das terras devolutas por venda, a isenção do imposto de ancoragem para permitir a redução do custo da travessia do Atlântico, e resolver o "problema indígena"<sup>12</sup>.

No início da década de 1840 a persistência do tráfico negreiro passa a ser considerada o grande obstáculo para a substituição do "braço escravo" e, conseqüentemente, para a atuação de sociedades de colonização. É uma vinculação interessante que mostra as limitações do erário e as dificuldades de trazer imigrantes que viabilizassem os empreendimentos particulares por causa das pressões inglesas para acabar com o tráfico e outras repercussões negativas da escravidão. O próprio discurso imigrantista, ao usar a palavra "substituição" (do trabalho escravo pelo trabalho livre), funcionou como propaganda negativa. A ênfase na colonização particular, porém, estava diretamente relacionada à falta de recursos públicos para povoar o país com agricultores livres e morigerados. E isso produziu um outro problema: o controle (moral) sobre o aliciamento, num período

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> O livro, intitulado O Brasil como Império Independente, foi recentemente editado em português por iniciativa de Arthur B. Rambo e da editora da UFSM (RS). Ver Schäfer (2007). Alguns alemães - especialmente militares - vieram para o Brasil acompanhando a família real portuguesa em 1808 e aqui permaneceram após a independência. Schäfer fundou Frankental, um núcleo colonial alemão, no sul da Bahia.

<sup>11</sup> Theremin foi um dos sócios mais atuantes da Gesellschaft Germania, instituição cultural e recreativa que também prestava atendimento a imigrantes sem recursos; teve papel destacado na organização da escola alemã e da comunidade evangélica luterana (SEYFERTH, 2000, p. 15). Blumenau, como outros alemães de passagem pelo Rio de Janeiro, frequentou a associação, mencionada nas cartas a Sturz.

<sup>12</sup> O referencial para o "problema indígena" era o noticiário sobre conflitos entre "bugres" e colonos que inviabilizaram ou dificultaram a instalação de colônias em Santa Catarina.

particularmente turbulento da história européia, marcada por crises políticas e econômicas. Havia uma considerável preocupação com a seleção de imigrantes sem o controle das autoridades: a escolha devia recair em pessoas comportadas e pacíficas, que dominavam o ofício de agricultor ou artifice.

Nessa conjuntura o governo brasileiro, mais uma vez, resolve promover a imigração alemã, fato confirmado pela missão especial do Visconde (depois Marques) de Abrantes<sup>13</sup> em Berlim: devia obter apoio, inclusive do governo prussiano, para atrair emigrantes para o Brasil.

Em 1846 Abrantes publicou em Berlim um texto bastante significativo. intitulado Memórias sobre os meios de promover a colonização14. Ali a colonização é apresentada como um assunto de interesse nacional, seu autor discute "meios de atrair colonos" e certamente visava a emigração alemã pois estava referido não à Prússia (alvo da missão diplomática) mas à Confederação Germânica ou, simplesmente, Alemanha. Inicia a Memória mencionando o "préstimo dos colonos alemães" e sua relevância na colonização dos Estados Unidos, acrescentando: "amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação, respeito às autoridades, são as qualidades que distinguem os colonos alemães, em geral, dos colonos de outras origens". (ABRANTES, 1941, p. 834). Estava definindo o imigrante ideal, sem qualquer alusão às diferenças culturais, lingüísticas e religiosas freqüentemente apontadas como possível ameaça à formação nacional. Indicou também os lugares (a maioria dos Estados alemães) e portos (Bremen, Antuerpia e Hamburgo) mais propícios para "engajar colonos úteis". Informa também que os regulamentos policiais, os registros do serviço militar, as exigências de licenciamento para emigrar, facilitam a escolha dos colonos porque auxiliam "a averiguação do caráter e ocupação" de cada indivíduo. Recomenda a fiscalização consular, para "evitar-se o mal que necessariamente resultará do engajamento a esmo de gente perdida de costumes, que embarca com o firme propósito de faltar às condições a que se sujeitara, e vai aumentar no nosso país o número dos réus de polícia" (ABRANTES, 1941, p. 837). Por isso, considerou importante não conceder

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Miguel Calmon Pin de Almeida, o Marques de Abrantes, grande proprietário partidário do emprego de mão de obra imigrante em substituição ao trabalho escravo, foi Senador e Ministro dos Negócios Estrangeiros. No entanto, ele e a mulher, Maria Carolina da Piedade, são mais citados na historiografia como promotores de grandes festas e reuniões sociais em seu palácio no bairro da Glória, no Rio de Janeiro (ver, por exemplo, NEVES e MACHADO, 1999, p. 336-337).

<sup>14</sup> O trabalho de Abrantes foi reeditado na Revista de Imigração e Colonização, ano II, nºs 2 e 3, 1941. Foi impresso em português na Tipografia Unger, de Berlim, mas era destinado a um público brasileiro.

passagens gratuitas a todos e nomear agentes do governo brasileiro em pelo menos seis cidades alemãs, com o propósito de "escolher, engajar e expedir" colonos para os portos de embarque, gratificando e condecorando aquele que mais se distinguirem na seleção de bons imigrantes. Obviamente tal recomendação configura uma interveniência do governo brasileiro sobre aqueles cidadãos que pretendiam emigrar, e isso certamente deu argumentos para as vozes contrárias (inclusive da imprensa) à emigração para o Brasil.

O dado fundamental da Memória está na discussão acerca da forma de promover a colonização, apontando para o debate sobre a regularização fundiária que antecedeu a promulgação da Lei de Terras em 1850. Abrantes descreve as práticas correntes das empresas e governos que promovem a imigração, condenando: a) o modelo de concessão de passagem com obrigação de reembolso que estipula a retenção dos ganhos do imigrante, o que implica numa forma de servidão, e só atrai famílias miseráveis; b) passagem livre, que atrai colonos "úteis" - forma privilegiada pelo governo britânico, mas que só pode dar certo em lugares como a Austrália, onde não existe escravidão e os ganhos no campo ou na prática de ofícios urbanos são "avantajados"; c) doação de terras a indivíduos ou famílias, com fornecimento de sementes e alimentação até a primeira colheita - coisa que, segundo Abrantes não deu certo no Brasil (cita o fracasso de Nova Friburgo, em 1818) e torna-se excessivamente dispendioso; d) concessão gratuita de terras a empresas que se obriguem a nelas estabelecer colonos - coisa, segundo o autor, destinada ao fracasso. Finalmente, após considerar esses modelos inadequados à realidade brasileira, sugere como solução ideal para colonizar o território nacional:

Venda de terras públicas, medidas e demarcadas, situadas em paragens acessíveis, por preço cômodo; garantindo o Estado a propriedade delas, e obrigando-se a não vendê-las por menos, senão no caso de terem sido rejeitadas por certo número de anos, e a não doá-las, senão por motivos extraordinários. Este meio, como o atesta a experiência de 50 anos, quer nos Estados Unidos da América, quer nas florescentes colônias inglesas, é sem contradição o mais seguro e eficaz para convidar colonos prestadios, atrair a emigração espontânea, e alcançar a mais vantajosa colonização que se possa desejar. (ABRANTES, 1941, p. 849).

Esse parágrafo resume o principal tema em pauta nas discussões sobre a política de colonização: o acesso (do colono) à propriedade da terra (pública) por compra. Abrantes julgava esse método suficiente, o que mostra seu acordo com o princípio da propriedade privada próprio do liberalismo e, por isso mesmo, dá como exemplo bem sucedido a venda de terras públicas a imigrantes nos Estados Unidos e nas possessões inglesas.

No entanto, vai além da questão fundiária – a base da colonização – para dar destaque a outros problemas que avivaram a polêmica sobre a emigração para o Brasil: escravidão, liberdade religiosa, liberdade civil. Não sugere modificações legais, apenas defende a liberdade para exercício dos rituais de qualquer religião por ser imprescindível para atrair imigrantes europeus não católicos; a referência à liberdade civil provavelmente tem relação com o poder temporal da igreja católica (que realizava e dava estatuto civil ao casamento) e com questões relativas à naturalização (e direitos de cidadania); e a existência da escravidão, segundo seus termos, "parece em verdade que repele a concorrência do trabalhador livre" – no entanto mostra certa hesitação em condenar o trabalho escravo.

A atuação diplomática de Abrantes, e a própria *Memória*, receberam críticas, alimentando a polêmica acerca da emigração alemã para o Brasil, envolvendo o Barão von Canitz, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Prússia, e até mesmo Hermann Blumenau, que cita Abrantes na correspondência que manteve com Sturz, publicada, em edição bilíngüe, por Voigt (2004). Em âmbito europeu a questão crucial era a escravidão, apresentada como principal entrave para a liberação de emigração para o Brasil. A pergunta que surge é porque o regime escravista brasileiro era condenado com veemência se os Estados Unidos, o principal receptor de imigrantes, também eram um país escravista. A resposta mais óbvia tem relação com as melhores condições oferecidas aos imigrantes nos Estados Unidos: no regime de colonização era fácil adquirir terras por cômodo preço com a propriedade assegurada e, de um modo geral, todas as religiões tinham liberdade para o exercício público dos seus cultos - conforme observações do próprio Abrantes. No Brasil a terra era obtida por concessão e o acesso por compra só foi regulamentado em 1854. E às religiões não católicas era vedada a construção de templos e a realização dos cultos dependia da autorização legal (através de decreto) do governo imperial. O discurso imigrantista brasileiro, por sua vez, ficou marcado pela retórica da substituição do escravo pelo trabalhador livre, dando respaldo às diversas interpretações sobre novas formas de servidão que podiam cercear

a liberdade dos imigrantes. A isso se acrescenta a pressão externa para acabar com o tráfico negreiro, este sim condenado por parcela significativa da elite política confiante na imigração.

As próprias autoridades contribuíram para a repercussão negativa desse discurso sobre "substituição", observado, por exemplo, no relatório do Ministro do Império Candido José de Araújo Vianna, apresentado ao Parlamento em maio de 1841. Menciona as dificuldades, para coibir o tráfico, apesar do empenho do governo, concluindo "Despendemos somas consideráveis com cruzeiros, arruinamos as fortunas de muitos particulares, sem conseguirmos os fins a que nos dirigimos" (ROCHA, 1918, v. I, p. 226).

Atribui, então, à continuidade do tráfico a "falta de providências sobre o modo de substituir-se o braço escravo". Não havia qualquer dúvida sobre tal "modo" de substituição já que o objeto do interesse geral era a colonização européia. Aí está implícita a missão de Abrantes: um trabalho diplomático mas também de propaganda para persuadir os emigrantes e escolher o Brasil como destino, e que dependia de acertos junto às autoridades prussianas, em particular o Ministro Canitz. Além da escravidão, estavam em pauta os procedimentos de aliciamento de emigrantes, razão porque Canitz recebeu um exemplar da *Memória* – jeito de Abrantes mostrar as boas intenções oficiais e sua posição contrária à ação de especuladores e empresas não idôneas.

A contenda envolvendo Abrantes e Canitz, além de J. J. Sturz (entre outros), repercutiu nas propostas de colonização apresentadas por estrangeiros (inclusive a de Hermann Blumenau). Mostra as dificuldades (diplomáticas inclusive) para atrair emigrantes para o Brasil, refletidas nos temas em discussão: o tráfico, o regime escravista, a propaganda, a ação dos agenciadores, as condições de vida no Brasil, e o problema do controle sobre os emigrados.

A troca de Notas entre os dois ministros em 1846 é bastante elucidativa. Canitz reclama dos abusos contidos nos folhetos, memórias e outros tipos de publicação que procuram incentivar a emigração para o Brasil. Essa propaganda estaria apresentando uma visão enganosa das condições de vida no Brasil, afirmando, inclusive, que lá não existe mais a escravidão, e o trabalho livre tornou-se o sustentáculo da existência do Império. Cita como exemplo um tipo de anúncio de uma certa "Associação para o acoroçoar os alemães à emigração", que acena com um Brasil de ricos elementos de vida feliz onde os emigrantes podem esperar prosperidade sempre crescente.

Canitz insiste na questão do escravismo convenientemente esquecido pela propaganda que convida alemães a procurar no Brasil melhor futuro do que lhes promete a pátria.

A resposta de Abrantes conforma-se à *Memória*, reprovando o "sistema de aliciamento e sedução" e anunciando que propôs ao governo brasileiro medidas para assegurar aos colonos um futuro melhor. A nota, de fato, está em concordância com Canitz quanto à má propaganda, mas nada diz sobre a questão principal -- a escravidão. E insiste num ponto: a propaganda que afirma que o trabalho livre já existe no Brasil, incentivando aos que na Europa tem poucos recursos para vir se estabelecer num país novo, temperado e fértil, não tendia a iludir os colonos alemães desviando-os do caminho da América do Norte.

As notas – nesse caso, uma forma de apresentar esclarecimentos pela via diplomática – foram transcritas por dois dos principais defensores da colonização estrangeira no Império, o Conselheiro João Cardoso de Menezes e Souza e o político fluminense Augusto de Carvalho. O livro publicado por Carvalho (1874) é dedicado a José Fernandes da Costa Pereira Júnior, Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; o de Menezes e Souza (1875) é um relatório apresentado ao mesmo ministro. Ambos procuram apontar os obstáculos que impedem ou retardam a corrente espontânea da imigração européia para o Brasil, apresentando soluções visando melhores condições de localização em núcleos coloniais, que remetem, assim como já havia feito Abrantes em 1846, ao modelo norte americano e inglês de colonização. As sugestões de Menezes e Souza, por exemplo, estão contidas na maior parte das reclamações de colonos descontentes com as condições encontradas nas colônias<sup>15</sup>. Eis alguns dos 'corolários práticos" apresentados pelo autor:

Que se devam fixar os imigrantes em terras colocadas à margem ou perto das estradas, que unem aos mercados ou núcleos coloniais.

Que é necessário, em regra, dar aos mesmos imigrantes o domínio pleno e incontestado dessas terras, medidas e demarcadas, entregando-se-lhes, desde o momento de seu estabelecimento neles, os competentes títulos definitivos de propriedade.[...]

Que é indispensável à conservação e desenvolvimento desses

núcleos coloniais a fundação de escolas.

Que os imigrantes tenham, para saúde do espírito, ministros e casas de oração de suas respectivas religiões ou seitas e para a do corpo hospitais, boticas e médicos. (MENEZES e SOUZA, 1875, p. 363-364).

As reivindicações dos colonos indicavam justamente os percalços para obtenção dos títulos definitivos de propriedades e a precariedade da assistência médica, educacional e religiosa – coisas que tinham repercussão na Europa, interferindo na emigração para o Brasil. As sugestões de Menezes e Souza, presentes também no texto de Carvalho – ambos interessados em políticas públicas mais consistentes com o projeto de ocupação do território com imigrantes – refletem os problemas de localização de colonos em áreas de floresta sem a infra-estrutura necessária previamente assegurada.

Os dois autores citados publicaram seus trabalhos sobre a colonização em meados da década de 1870, quando já estavam em vigor medidas legislativas – como o fim do tráfico e a lei do ventre livre – visando a abolição lenta e gradual do regime escravista. Apesar disso a escravidão estava no centro da discussão como impedimento maior à vinda de imigrantes. Os indicadores estatísticos da imigração ainda eram insignificantes, principalmente quando confrontados com os de países da América do Norte, em particular os Estados Unidos – exercício freqüente da elite imigrantista. Mas esse tema (a abolição) estava ausente na Memória de Abrantes; ausente, porém onipresente – como na referência à dificuldade de compatibilizar a escravidão com o trabalho livre. Preferiu concentrar-se na questão da venda de terras públicas (tendo em vista a tramitação, no Parlamento, de uma nova lei de terras) e dos subsídios (passagens), considerando que

por este modo ir-se-a lentamente organizando em diversos pontos do Brasil, estabelecendo com solidez o trabalho livre, que terá mais tarde de substituir ao trabalho escravo. Digo mais tarde, porque não me parece realizável o desejo, aliás patriótico e louvável, de suprir neste momento com braços livres, e na

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Vários autores assinalaram as dificuldades vividas pelos colonos na situação de fronteira ou zona pioneira (que supõe povoamento), e os movimentos sociais em alguns lugares, nos primórdios da colonização, inclusive no Vale do Itajaí. Ver, por exemplo, Waibel (1958), Cabral (1958), Rocha (1969) e Seyferth (1999).

TOMO XLVIII - NOV/DEZ 2007 - Nº 11/12 BLUMENAU em CADERNOS

> escala que se deseja, a falta de braços escravos que se vai sentindo nas fazendas já estabelecidas e em grande cultura nas diferentes Províncias. (ABRANTES, 1941, p. 869).

Tal arrazoado teve suas repercussões negativas e certamente ajuda a compreender porque Hermann Blumenau estava tão preocupado em silenciar sobre a escravidão nas cartas que dirigiu a Johann Jacob Sturz, um anti-escravista apesar do seu cargo de Consul Geral do Brasil na Prússia, cuja ação contribuiu para a proibição da atividade de propaganda e aliciamento de emigrantes alemães para o Brasil a partir do conhecido regulamento de Heydt promulgado em 1859. um ano depois da publicação do livro de Davatz. O escravismo era objeto de ampla crítica na Europa, em particular nos Estados alemães que produziu verdadeira diáspora migratória, mas Abrantes procurou não associar a imigração à abolição. Admitia-se o fim do tráfico, nunca a abolição imediata considerada um risco econômico de proporções catastróficas pela maioria dos fazendeiros. Afinal, naquele momento discutia-se, entre outras coisas, a indenização para os proprietários de escravos, algo que o erário jamais poderia cobrir. Essa discussão estendeu-se até 1888, em nome do direito de propriedade, e pode ser observada, por exemplo, na obra de Perdigão Malheiro (datada de 1866) - um jurista partidário da abolição "gradual", a fim de evitar a falência dos fazendeiros, porém preocupado com as "perniciosas" consequências da persistência do regime escravista. Este autor, assim como Menezes e Souza, considerou a escravidão um "legado funesto" porque acreditava na inferioridade cultural e racial dos negros; denunciou a imoralidade da escravidão mas também, e de forma contraditória, defendeu a substituição do "braço escravo" pelo trabalhador livre imigrante (MALHEIRO, 1976).

Essas breves referências mostram porque o aliciamento de alemães para o Brasil era olhado com desconfiança. Autoridades, ativistas antiescravistas como Sturz, e mesmo associações criadas para assistir os imigrantes, estavam atentas a essa retórica da substituição dos escravos por homens livres europeus, embora se ocuparem também das ações das empresas colonizadoras e aliciadores individuais, com interesses econômicos bem precisos (lucrar com a emigração), e sua propaganda enganosa.

As cartas escritas por Hermann Blumenau para Sturz entre 1844 e 1852 (cf. VOIGT, 2004) são reveladoras das tensões e disputas em torno da imigração alemã. Nelas são citadas diversas autoridades brasileiras e tem destaque a recomendação de silêncio sobre o problema da escravidão, as críticas a indivíduos e empresas com interesse na colonização (portanto, concorrentes) e o projeto de fundação de uma "pátria alemã" na América do Sul.

Blumenau faz alusão, pelo sobrenome, a três autoridades brasileiras com grande notoriedade política: Abrantes (já mencionado), Sinimbu e Cavalcanti. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu (o Visconde de Sinimbu), grande proprietário de engenho em Alagoas, alcançou maior importância política no final do Império: na década de 1840 foi deputado provincial, exerceu cargo diplomático em Montevideo (1843), foi juiz de direito em Cantagalo (que incluía a ex-colônia de Nova Friburgo, onde estavam localizados muitos alemães, alguns enriquecidos no comércio e cultivo de café), e chefe de polícia na província do Rio de Janeiro. O Ministro Cavalcanti (Antônio de Paula Holanda Cavalcanti, o Visconde de Albuquerque) era outro proprietário de engenho (de Pernambuco) do Partido Liberal (como Sinimbu) e foi mencionado nas cartas de setembro de 1846, quando ocupava a pasta da Marinha. Assim, a escravidão não era um assunto que interessava debater com um estrangeiro que procurava apoio para um projeto (particular) de colonização. Blumenau possivelmente foi advertido sobre a inconveniência do tema. Sinimbu aparece mais vezes nas cartas e isso tem relação com o posto que ocupou em Montevideo, pois o Uruguai aparece como alternativa para realizar a colonização alemã, inclusive para Sturz<sup>16</sup>. Na conversa mantida com Sinimbu no Rio de Janeiro (em 1846), quando mencionou a possibilidade de deslocamento (dos projetos de colonização) para o Uruguai, Blumenau ouviu um ríspido "Faites ce que vous voulez". Seus argumentos sobre a existência de terras boas, produtivas e baratas, e de direitos de liberdade religiosa e política no Uruguai, foram rebatidos por Sinimbu com a possibilidade de aprovação de uma nova lei de terras e a esperança de concessão da liberdade religiosa no Brasil.

Assim, conforme Sinumbu, Hermann Blumenau podia fazer o que quisesse mas, na verdade, o interesse na imigração falou mais alto nas alusões a uma possível regulamentação nova do acesso à terra e a assuntos controversos como a questão religiosa e os direitos civis dos imigrantes. Os exertos das cartas publicadas por Sturz<sup>17</sup> não contém outras menções a esses problemas, já nessa época bastante discutidos por causa da imigração alemã, e que só seriam resolvidos a partir da República.

Blumenau pretendia formar uma colônia com alemães da religião evangélica-luterana num país onde a igreja católica tinha poderes temporais, como a validação dos casamentos civis. A questão seria paulatinamente

resolvida, mas ao longo do período imperial as religiões não católicas não podiam funcionar livremente. Isso criou entraves para a imigração protestante, preferencialmente voltada para os Estados Unidos, daí a preocupação das elites imigrantistas com a existência de uma religião de Estado que repercutia diretamente nos direitos civis. A carta que relata o encontro com Sinimbu indica que esses assuntos foram discutidos e Blumenau tranqüilizado quanto a possíveis mudanças que poderiam favorecer a imigração. A imagem do país tropical e escravista, porém, repercutia mais do que o anunciado fim do tráfico e a regulamentação (mais flexível) da naturalização ocorrida em 1843.

As cartas configuram um perfil que destoa das representações da historiografia e do senso comum que apresentam um líder carismático, culto, empreendedor, enérgico, quase utopista, que administrou a colônia até sua emancipação política: nelas emerge um indivíduo interessado nas possibilidades econômicas de um projeto de colonização em grande escala, que para isso procurou altas autoridades brasileira, criticou seus concorrentes e preferiu ignorar a realidade da escravidão. Essa certamente é a imagem que Sturz gueria destacar em 1868, divulgado parcialmente o conteúdo das cartas. O cônsul Geral do Brasil na Prússia defendia o povoamento através da concessão de terras a imigrantes na forma da pequena propriedade, mas era um crítico contundente do regime escravista. Perdeu seu cargo porque desaconselhava a emigração de alemães para o Brasil enquanto existisse a escravidão. Sturz tem sido apresentado por historiadores da imigração alemã como um idealista - conforme Oberacker Junior (1968, p. 301) - filântropo e cidadão do mundo, "persona non grata" por seu posicionamento antiescravista, e polemista - segundo Fouquet (1974, p. 75-76). Canstatt (1967, p. 70) o chamou de "homem um tanto fantasista, filantropo e agitador em prol de todas as obras humanitárias", porém extraordinário na sua luta contra a escravidão, em conflito com o governo brasileiro que representava como cônsul, "contribuindo para o infeliz decreto de v. d. Keydt sobre a restrição à emigração". Blumenau aproximou-se dele provavelmente por causa do cargo diplomático e da comunhão de idéias acerca da colonização; e o rompimento, pelo que se pode perceber na divulgação parcial da correspondência, vinculase à questão escravista e a divergências relacionadas ao início da colonização

<sup>16</sup> Sturz aventou a possibilidade de realizar a colonização alemã em terras platinas (especialmente em algumas províncias argentinas e no Uruguai). Voltou ao assunto num opúsculo da década de 1860, quando também publicou parte das cartas que recebeu de Blumenau. Sturz, 1865, 1868.

no Itajaí-açu. Como observou Voigt (2004, p. 19) a primeira distribuição de lotes a colonos só ocorreu em 1852, dois anos depois da fundação da colônia – um detalhe a mais para Sturz presumir intenções duvidosas em relação à colonização alemã. A figura do polemista aparece nas justificativas que apresenta para divulgar as cartas muito tempo depois, e nos comentários às vezes irônicos que acompanham a publicação, nos quais ressalta a possibilidade de Blumenau ter sido dono de escravos e sua obsessão com questões financeiras e obtenção de grandes extensões de terras.

Sturz não afirma categoricamente a condição de proprietário de escravos. Sua fonte é uma carta de 1849 onde Blumenau menciona que seu sócio (na empresa colonizadora), F. Hackradt, comprou cinco negros no Rio de Janeiro. Um dado como esse, associado aos pedidos de discrição em relação ao tráfico e escravidão, para não criar dificuldades junto às autoridades brasileiras, conformou uma imagem negativa em contexto europeu. No entanto, tratou-se de uma polêmica onde as cartas de uma das partes (com conteúdo selecionado para divulgação) devem falar por si mesmas, compondo parcela substantiva da publicação. Nesse sentido, deve ser levada em conta a destinação dada a essa correspondência por Sturz, o que não torna essas fontes publicadas menos relevantes. O problema da escravidão emerge aí numa dimensão bem precisa: os receios de um indivíduo interessado na colonização alemã - às vezes referida como uma causa - que precisava negociar com ministros e outros políticos grandes proprietários escravistas, e enfrentar a concorrência num momento particularmente difícil de atrair imigrantes, apesar do empenho do próprio governo imperial. Afinal, a condenação do regime escravista por um estrangeiro podia ser considerada uma intromissão nos assuntos internos do império. Mesmo um partidário da abolição (a longo prazo) como Perdigão Malheiro, que considerava a escravidão imoral e anti-cristã, alertava seus contemporâneos sobre a legalidade do regime escravista, que podia implicar em indenizações e/ou falências e, por isso mesmo, de difícil solução dada a impossibilidade de substituição imediata do braço escravo.

A posse de escravos por Blumenau é duvidosa e o próprio Sturz deu mais ênfase aos pedidos de silêncio sobre o assunto. A proibição do tráfico atlântico era então considerada por autoridades brasileiras, como Abrantes ou Sinimbu, uma providência suficiente para acabar com a

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Conforme observou o organizador do volume sobre as cartas (Voigt, 2004, p. 21-22) Sturz omitiu trechos e intercalou comentários - coisa que não diminuiu o valor desses documentos.

escravidão gradativamente, abrindo espaço para o trabalho livre do imigrante na condição contratual ou como pequeno proprietário em núcleos coloniais. Não se admitia, porém, a abolição imediata, e o regime de colonização foi mantido à parte, proibindo-se a posse de escravos por colonos. Na primeira fase da colonização isso não aconteceu; havia escravos em São Leopoldo e São Pedro de Alcântara. Mas na década de 1840 as províncias interessadas na imigração proibiram a escravidão em áreas coloniais. O próprio Blumenau assinalou esse fato nos seus escritos dirigidos a um público alemão com a finalidade de atrair imigrantes para sua colônia. No seu livro de 1850 - onde claramente defende a colonização alemã em Santa Catarina - afirma que a escravidão é mácula, fonte de desgraça e desmoralização lamentavelmente existente no Brasil. No escrito de propaganda intitulado "Guia de instruções aos imigrantes para a Província de Santa Catarina no Sul do Brasil", de 1851, diz que a lei contra o tráfico de escravos representou uma benção para o país, significando maior demanda de mão de obra, numa referência ao mercado de trabalho para artífices e outros profissionais especializados, além da própria colonização (Cf. BLUMENAU, 1999, p. 57, 179).

O que parece relevante em ambos os trabalhos é a defesa de uma colonização alemã em Santa Catarina, quando várias iniciativas particulares estavam sendo implementadas no Rio Grande do Sul, e o governo imperial, preocupado com a questão indígena, também abriu uma área para colonização no Espírito Santo<sup>18</sup>. Os motivos apresentados são óbvios: baixa densidade demográfica, a pequena proporção de escravos em relação a outras regiões do Brasil, abundância de terras públicas a preços acessíveis, clima ameno.

As cartas selecionadas por Sturz, além da ambígua discussão sobre a escravidão, revelam que o Vale do Itajaí, ou mesmo Santa Catarina, não foi a primeira opção de Blumenau, aparentemente mais interessado em obter terras para colonização no Rio Grande do Sul, ou mesmo no Uruguai. Olhando essas cartas em conjunto, o que realmente parece mais interessante é justamente a evidência de disputas acirradas entre indivíduos interessados em promover a colonização através da formação de empresas ou sociedades (conforme exigência legal), e o uso da palavra "causa" referida à colonização.

No final da década de 1840 o governo imperial recebeu muitas propostas de colonização particular, provavelmente motivadas pela tramitação da nova lei de terras no parlamento e pelo interesse oficial na imigração demonstrado através da fundação de novas colônias. As propostas tinham

em vista a concessão de grandes áreas de terras públicas ou devolutas<sup>19</sup>, a preços módicos, o que explica o interesse por esse tipo de empreendimento. Blumenau cita várias empresas e indivíduos envolvidos em projetos de colonização ou simplesmente atentos à própria emigração como fonte de lucro – caso das empresas de navegação. Entre os citados sobressaem os nomes de Kalkmann e Schröder, dois bons exemplos de concorrentes na busca pela aprovação de projetos envolvendo povoamento com imigrantes.

Luiz Frederico Kalkmann percorreu as colônias alemãs em 1846, apresentando um relatório às autoridades brasileiras com informações (positivas) sobre o desenvolvimento dos principais núcleos visitados. Ali deu maior destaque ao progresso de São Leopoldo e tece elogios ao clima e condições das terras no Rio Grande do Sul. Não estava a serviço de alguma instituição de defesa dos imigrantes alemães, como foi o caso de Blumenau quando realizou suas primeiras viagens ao Brasil. Tinha interesse na colonização, evidenciado na proposta de uma empresa a ser formada com Júlio Koeber e apresentada na forma de um Memorial ao Imperador Pedro II em 1847<sup>20</sup>. O planejamento das atividades da empresa não apresenta dissenso quanto às regras então vigentes para a localização de colonos. No entanto, seus autores ressaltam as dificuldades de atrair a emigração para um país onde não existe liberdade religiosa, nem garantias de respeito aos direitos dos colonos. Não há críticas ao regime escravista, apenas uma referência indireta mencionando o alto custo do braco cativo trazido da África. Segundo essa argumentação, investir na imigração era mais barato e traria ao império súditos industriosos e capazes de defender o trono. Também pretendiam negociar (a vinda de emigrantes) com os governos alemães, autorizados pelo governo brasileiro; e solicitavam preferência na concessão gratuita, ou venda, de terrenos devolutos, bem como o pagamento de dez mil réis por colono, sem diferença de idade, por compensação das despesas de viagem, dos salários anuais de sacerdotes católicos e evangélicos, e de professores.

Compreende-se a preocupação de Blumenau quando cita Kalkmann e suas "maquinagens enganosas" na carta de 11/08/1846 (cf. VOIGT, 2004, p. 37) antes mesmo da formalização do Memorial ao Imperador. Receber dinheiro por

<sup>18</sup> A colonização estrangeira no Espírito Santo vinha sendo cogitada desde 1824, com o objetivo de resolver a "questão indígena" - o aldeamento (sob controle) e a "civilização" dos Botocudos. Blumenau desaconselhou a emigração para aquela província por causa do clima, considerado insalubre; defendia a colonização alemã apenas no sul tendo em vista o problema do clima (BLUMENAU, 1999). Deve ser lembrada a crença na dificuldade de adaptação do europeu ao trópico, que perdurou por quase todo o século XIX

quantidade de imigrantes era coisa comum durante o Império, quando a política de atração estava baseada na ação de agenciadores contratados pelo governo. Essa forma de agenciamento recebeu críticas do próprio Abrantes, como pode ser visto na Memória e nas notas diplomáticas trocadas com Canitz, mas perdurou até o final da década de 1870, sob pesadas críticas. As diversas referências a Kalkmann nas cartas, porém, revelam antes uma disputa de concorrentes atrás de terras devolutas no Rio Grande do Sul. De fato, sugerem uma verdadeira guerra de memorandos e petições dirigidas às autoridades brasileiras, onde não faltam números inflacionados de imigrantes. No Memorial Kalkmann e seu sócio afirmam a intenção de comprar ou aforar terras do governo, ou mesmo de particulares, nesse último caso sugerindo até a possibilidade de adquirir parte das terras do Príncipe de Joinville em Santa Catarina. Havia maior expectativa em relação ao Rio Grande do Sul, considerado mais propício à colonização; mas a disponibilidade de terras devolutas em Santa Catarina também atraiu a atenção de estrangeiros, sobretudo alemães, tendo em vista os esforços diplomáticos do governo brasileiro na Prússia para permitir o agenciamento de imigrantes. A referência de Kalkmann às terras de Joinville, a atuação do Senador Cristiano M. Schröder, de Hamburgo, para criar uma empresa que pudesse implementar a colonização naquela área, e as cartas de Blumenau, colocando em dúvida a viabilidade e as boas intenções dos projetos dos seus concorrentes, mostram o jogo político em torno da concessão de terras para localização de colonos desenvolvido nos dois lados do Atlântico no período que antecedeu a regulamentação da imigração associada ao povoamento de uma parte importante do território nacional.

O contrato celebrado entre o governo imperial e a Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, representada por Schröder, para fundação de uma colônia nas terras pertencentes ao dote da Princesa Francisca, irmão do Imperador Pedro II, a noroeste de Santa Catarina, foi aprovado pelo decreto 537, de 15/05/1850. Tratava-se, pois, do concorrente mais próximo no espaço geográfico, tanto quanto o outro projeto citado por Blumenau, o da colônia belga de Ilhota, fundada por Charles van Lede no baixo Itajaí-açu – um empreendimento que fracassou. Na carta de 14/09/

<sup>19</sup> O governo só formalizou a definição de terra devoluta na Lei de Terras de 1850; apesar das várias situações citadas no texto legal, cujo objetivo era regularizar diferentes tipos de posse, terra devoluta é aquela não ocupada (seja pelo Estado ou por particulares), obviamente desconsiderando a presença indígena.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> O documento pertence ao acervo histórico do Itamaraty e foi publicado na Revista de Imigração e Colonização, ano I, n. 2, 1940.

1846 (cf. VOIGT, 2004, p. 43) percebe-se que Blumenau estava competindo com van Lede por uma concessão no Vale do Itajaí, lançando dúvidas sobre suas próprias chances diante de um projeto católico apoiado pelo núncio apostólico. Emerge aí a questão religiosa, sempre comentado pelos emigrantistas brasileiros como entrave à imigração alemã. Na realidade, os três estavam negociando com autoridades brasileiras na mesma época, com vantagem para Schöder (ou os hamburgueses, como dizia Blumenau) que não dependia de concessão (por compra), mas apenas da autorização oficial para colonizar as terras de Joinville – e que veio em 1850.

Na carta acima citada também está presente a "causa" (Sache), aparentemente compartilhada e discutida com Schröder. O termo tem diversos significados, mas certamente alude, em primeiro lugar, à colonização alemã em larga escala. No entanto, a palavra "causa" pode conter o ideal nacionalista de fundação de uma "pátria alemã", mencionada numa carta a Sturz escrita em Londres, em 1844. A palavra usada por Blumenau é Heimat, e seu conteúdo identitário remete à especificidade cultural e lingüística possível de cultivar/ manter em qualquer lugar. Seu sentido semântico evoca um certo primordialismo pois o termo deriva de Heim (lar), supondo que a pátria é aquele lugar onde alguém vive. Dentro dessa concepção, uma pátria alemã pode ser territorializada através do pertencimento nacional "etnizado", coisa que supõe um Estado pluralista. Esse tipo de construção simbólica, marcando uma identidade própria, foi comum em muitos escritos de outros alemães que estiveram no Brasil no século XIX (viajantes, historiadores, geógrafos, naturalistas, etc.). Handelmann, por exemplo, concluiu sua História do Brasil em 1859 sugerindo ao governo imperial a tolerância com os costumes e língua trazidos pelos colonos caso pretendesse investir na imigração alemã, delineando-se, assim, a noção de Deutschtum. Esse tipo de coisa não teve consequências sobre a imigração alemã pois durante o império as razões econômicas, a questão do povoamento e as premissas civilizatórias associadas à expansão da fronteira agrícola, estavam acima do discurso nacionalista voltado para os cânones da formação luso-brasileira e católica. A imagem de uma possível "invasão germânica", porém, fazia parte da retórica anti-imigrantista, sobretudo no período anterior a 1875 por causa da predominância alemã nas regiões coloniais do sul.

Enfim, o material epistolar selecionado por Sturz, quando confrontado com outras fontes, e com a legislação, permite olhar para a política imigratória e os diversos interesses que motivaram os projetos de colonização alemã em

meados do século XIX. As negociações com as mais altas autoridades (ministros. o próprio imperador, agentes diplomáticos, etc.) indicam a importância atribuída à ocupação do território através da colonização estrangeira implementada pela iniciativa particular. O governo imperial e os governos provinciais do sul fundaram colônias "oficiais" (portanto, sob administração direta do Estado); mas também subsidiaram muitos projetos particulares, coisa evidente até nas cartas de Blumenau para Sturz, ou em memorandos como o de Kalkmann - que remetem aos custos da travessia (passagens, etc.) e a reembolsos pelos servicos públicos realizados pelas empresas.

As dificuldades de formar fluxos espontâneos -- no caso dos alemães, vinculadas à existência do regime escravista e às condições precárias encontradas nas áreas de colonização nos seus primórdios, denunciadas por conterrâneos em viagem pelo país - condicionaram o modelo de atração por meio de agenciadores muito bem pagos, transformando a imigração num investimento de alto custo.

As principais mudancas requeridas vieram com a promulgação da Lei 601, em 1850, e da sua regulamentação em 1854, atendendo a principal demanda imigrantista anunciada pelo Visconde de Abrantes na sua Memória: as terras devolutas, transformadas em mercadoria, permitindo o acesso dos estrangeiros à propriedade por compra. Esse dispositivo alavancou a colonização, especialmente a particular, mas o Estado manteve o controle sobre a imigração e as formas de localização de colonos. As empresas, autorizadas por decreto, se comprometiam a demarcar e vender a terra na forma da lei, que estipulou o tamanho máximo e mínimo dos lotes, de acordo com a visão pragmática da pequena propriedade trabalhada com mão de obra familiar. A exploração agrícola assim definida não podia ter escravos. Além disso, havia interesses específicos em relação a certas áreas: no sul, a colonização, no início, visava a ocupação das bacias hidrográficas entre o litoral e o planalto, uma forma de integrar as duas áreas geográficas. A bacia do Jacuí teve maior demanda para essa forma de ocupação por causa de São Leopoldo, até então a colônia mais bem sucedida. Isso possivelmente motivou Blumenau a formar uma colônia em Santa Catarina, mais precisamente no Vale do Itajaí, considerado estratégico para acesso viário ao planalto. A importância da região foi reafirmada em 1860, quando Blumenau, em dificuldades financeiras, vendeu sua colônia ao governo imperial que, no mesmo ano fundou Brusque, no Itajaí-mirim. É possível relacionar a falência à dificuldade de atrair imigrantes

alemães protestantes em quantidades suficiente para configurar a "causa", num país sem plena liberdade religiosa – tema amplamente discutido como maior entrave (junto com o problema da escravidão) às aspirações brasileiras de produzir fluxos imigratórios originários de países alemães e do norte da Europa. No entanto, a ocupação da maior parte da região ocorreu até o final do império, em parte através do agenciamento subsidiado de imigrantes de diferentes procedências, coisa mais aceitável pelo nacionalismo.

As disposições acerca da localização em áreas coloniais — aí compreendida a atribuição de lotes por compra — não mudou muito depois de 1854, e teve efeito positivo nos países de emigração. Mas as principais dificuldades observadas nos debates da década de 1840 persistiram até o final do Império: escravidão, embaraços à naturalização (com repercussões nos direitos civis), o poder temporal da igreja católica. A constância desses temas — inclusive no exterior e nos escritos de estrangeiros interessados na colonização particular — é a melhor evidência dos percalços da política imigratória do império. A "grande imigração" tem relação causal com a abolição do regime escravista, e o maior volume de entradas ocorreu na década de 1890, quando a República deu novos contornos à naturalização e aos direitos civis.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Visconde de. Memória sobre os meios de promover a colonização. Revista de Imigração e Colonização, ano II, n. 2/3, 1941.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **Um alemão nos trópicos**: Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 anos, 1999.

CABRAL, Oswaldo R. (Oswaldo Rodrigues). **Brusque**: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1958. 1958. 327 p., il. Edição comemorativa do I Centenário da Fundação da Colônia, 1960.

CANSTATT, Oscar. **Repertório crítico da literatura teuto-brasileira**. Rio de Janeiro: Presença, 1967. 294 p. (Coleção germânica, 3). Tradução de: Kritisches Repertorium der Deutsch-Brasilianischen Literatur.

CARVALHO, Augusto de. **Estudo sobre a colonização e a emigração para o Brasil**. Porto: Tipografia do Comércio do Porto, 1874.

DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil. São Paulo: Martins, 1941.

FOUQUET, Carlos. O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil, 1808-1824-1974. São Paulo: Instituto Hans Staden; São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, c1974. 259p, il. Tradução de: Der deutsche Einwanderer und seine Nachkommen in Brasilien.

HANDELMANN, Heinrich. História do Brasil. **Boletim da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1931.

MALHEIRO, A. M. de Perdigão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico, social. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976. 2 v.

MATTOS, Jacinto A. de. A colonização do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Gabinete Tipográfico O Dia, 1917.

MENEZES E SOUZA, J.C. de. **Theses sobre a colonização do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto F. (Humberto Fernandes). O Império do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 502 p.

OBERACKER JUNIOR, Carlos H. (Carlos Henrique). **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**. 1. ed. em língua portuguesa rev. e aum. Rio de Janeiro: Presença, 1968. 581p, il. (Germânica, 1).

PAIVA, Joaquim G. d'Oliveira e. Memória histórica sobre a colônia alemã de São Pedro d'Alcântara. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.10, 1846.

PIAZZA, Walter F. (Walter Fernando). A colonização de Santa Catarina. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

ROCHA, Joaquim da Silva. História da colonização do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. 2 v.

ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969. il. (Província). Tradução de: La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul.

SCHÄFER, Georg Anton von. O Brasil como Império independente. Santa Maria: UFSM, 2007.

SEYFERTH, Giralda. Colonização e conflito: estudo sobre motins e desordens numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.) **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. il. (Ciências sociais, 41).

\_\_\_\_\_. A imigração alemã no Rio de Janeiro. In: GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. 206p.



A PRIMEIRA VIAGEM DO

# DR. BLUMENAUPARA SANTA CATARINA

EM ABRIL DE 1847

Klaus Richter

⊿ogo depois de chegar no Rio em 13 de julho de 1846, o Dr. Blumenau havia apresentado ao Governo Imperial um detalhado projeto de colonização no Sul do Brasil, que, contudo, só conseguiria tramitar na Assembléia Geral no ano seguinte. Diante destas incertezas, em 10 de setembro de 1846 resolveu aderir definitivamente à "Associação Provisória para a Proteção de Emigrados Alemães com Destino para o Brasil" fundada em Hamburgo e representada no Rio pelo cônsul geral hamburguês Hermann Schröder, o qual havia recebido instrução de se comunicar imediatamente com o Dr. Blumenau. O último colocou à disposição da Associação o seu projeto de colonização. Ficou combinado que receberia uma remuneração de 200 mil-réis por mês pelos relatórios que devia apresentar sobre condições e regiões de colonização no Sul do Brasil.1

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

A partir de 27 de julho de 1846 até 23 de novembro de 1847, escreveu sete relatórios detalhados com reflexões sobre possibilidades de colonização alemã.<sup>2</sup> Ao Arquivo Histórico José Ferreira da Silva em Blumenau há pouco foram entregues cópias xerox desta documentação inédita guardada na Commerzbibliothek (Biblioteca de Comércio) da Câmara de Comércio de Hamburgo.<sup>3</sup>

Diante da impossibilidade de a Associação Hamburguesa obter concessões de terras pelo Governo Imperial, no início de 1847 o Dr. Blumenau estava cada vez mais decidido que Santa Catarina merecia atenção especial pelo fato de oferecer chances ou de obter concessões pela Assembléia Provincial ou de comprar terras privadas:

Mesmo não se podendo alcançar nada pelo Governo ou pelas Câmaras, existem ainda duas chances para garantir que Hamburgo tenha a mão neste assunto, e as duas devem ser aproveitadas ao mesmo tempo, a fim de completar a obra de maneira mais segura, grandiosa e lucrativa possível. A primeira é tentar obter uma concessão de terras pelas Cârnaras Provinciais de Santa Catarina, a segunda é comprar terras privadas. Na Província de Santa Catarina ainda se encontram mais de mil léguas quadradas de terras devolutas, das quais se sabe bem onde ficam. O interior inteiro por enquanto está devoluto, e nas margens dos rios navegáveis, Itajaí grande e mirim, Itapocu, Tijucas grande, se acham imensas regiões de terras fertilíssimas, cobertas pelas mais lindas madeiras, e na melhor localização possível. A Província dispõe de belíssimos portos, e com o aumento da população haverá um grande futuro, considerando que lá não existem só montanhas mas também planícies em abundância, tanto abertas como cerradas. O número de escravos é baixíssimo, e a população inteira abrange menos de 70 mil almas. A Província é pobre pela falta de gente, mas rica pelas terras férteis e pelo clima saudável, se bem que não de tal maneira como o Rio Grande do Sul.

Está sendo favorecida a colonização e estende-se as mãos para quem quiser, não obstante vários embusteiros tenham abusado da boa vontade do governo não cumprindo os contratos. Uma proposta baseada em garantias sólidas, portanto, seria muito bem recebida. Existe uma Lei de Colonização de 1836 que, embora insuficiente em muitos aspectos, por outro lado também tem as suas qualidades boas e úteis, e provavelmente poderá ser modificada." <sup>4</sup>

Considerando todas estas vantagens, propôs a Schröder que o mandasse viajar para Santa Catarina a fim de melhor conhecer aquela província, e em seguida para o Rio Grande do Sul.<sup>5</sup> Este, porém, como comerciante hamburguês um tanto mesquinho, receava os gastos adicionais e continuou postergando, até no final concordar. Ficava o Dr. Blumenau a viajar de maneira mais barata possível, sendo preciso pôr do seu próprio bolso.<sup>6</sup>

Domingo de Páscoa, dia 4 de abril de 1847, às 8 horas da manhã, finalmente saiu do Rio a bordo de um vapor com destino para Desterro. Chegou lá no dia 7. "Vista encantadora da baía, menos imponente do que a do

Rio, contudo mais amena e suave, mais ondulada." Foi assim que anotou a sua primeira impressão no seu diário.<sup>7</sup>

Hospedou-se em hotel barato num aposento simples com quatro camas. Estava nervoso e dormiu mal, acordando cedo no dia 8. 8

Por motivo desconhecido, daí em diante suspendeu as anotações no seu



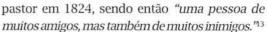
diário, retomando-as somente na sua saída do Rio Grande do Sul de volta para o Rio, a partir de 1º de julho. Todavia, de Desterro escreveu extensa carta-relatório a Schröder em 19 de abril, narrando minuciosamente as suas experiências até então colhidas em Santa Catarina. Foi inserida no livro copiador de cartas organizado pela Associação em Hamburgo, e é a nossa principal fonte daí em diante.<sup>9</sup>

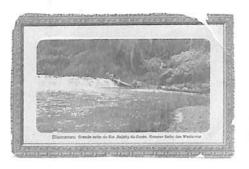
Fica claro porque o Dr. Blumenau se sentia nervoso na véspera de 8 de abril. Estava programando a sua primeira breve audiência com o Presidente da Província, General Antero José Ferreira de Brito. Este o recebeu de maneira sobremodo amável, elogiando Santa Catarina como especialmente apta a ser colonizada e reiterando a sua boa vontade com os colonos alemães. O Dr. Blumenau pediu mapas da Província que logo recebeu.

No dia seguinte, estava se preparando para visitar algumas pessoas em Desterro, quando foi procurado pelo conde von Goltz. Os dois se conheceram no Rio em fevereiro de 1847. <sup>10</sup> Von Goltz acabara de viajar por terra de São Leopoldo no Rio Grande do Sul até São José situado em frente de Desterro. Antes de voltar para o Rio no vapor, queria ainda visitar a colônia alemã de São

Pedro de Alcântara <sup>11</sup> perto de São José, convidando o Dr. Blumenau a acompanhálo. Na mesma noite, os dois tomaram um barquinho para São José.

Em 10 de abril partiram de lá rumo a São Pedro de Alcântara, onde ficaram dois dias. Resumiu o Dr. Blumenau: "A colônia não está localizada de maneira muito favorável, contudo venceu pelo seu trabalho, exibindo conforto e bem-estar por toda a parte." <sup>12</sup> Se encontrou com o velho pastor luterano Ehlers que atuava como mestre-escola, com o qual os colonos em geral estariam satisfeitos, ao contrário da sua péssima reputação na colônia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul. Johann Georg Ehlers (1779-1850) havia chegado naquela colônia como primeiro





Voltaram para São José. Em 14 de abril, o Vice-Presidente da Província e Coronel de Milícias Joaquim Xavier Neves, que estava na sua casa em São José e ao qual o Dr. Blumenau havia sido recomendado pelo Presidente, veio ao encontro deles na vizinha Praia Comprida. Os convidou a acompanhá-lo para conhecer a sua fazenda, onde estavam provisoriamente instalados colonos alemães chegados três meses

atrás, e o local destinado para a sua futura colônia.14

No dia seguinte, o grupo saiu a cavalo por ótimo caminho, freqüentando as fontes termais de Caldas de Cubatão (hoje da Imperatriz) e chegando em bom tempo à fazenda de Neves na margem esquerda do Rio Cubatão (atual Fazenda do Sacramento, em Águas Mornas).<sup>15</sup>

Em 16 de abril, visitaram a colônia alemã existente na Vargem Grande e o local da futura colônia Santa Isabel escolhido para ligar a fazenda de Neves com Vargem Grande e São Pedro de Alcântara. Segundo o Dr. Blumenau, o terreno, mesmo sendo bastante montanhoso, parecia bem fértil, e a mata virgem seria de exuberância extraordinária. Os colonos estariam instalados ao lado de um bom caminho, ficando perto de um ponto de embarque no Rio Cubatão. Achava que de qualquer maneira iriam prosperar. Porém, não poupou críticas:

O Coronel Neves está muito interessado na colonização e nos colonos, se bem que em seu próprio interesse. Os colonos

vizinhos o protegem contra os índios Coroados e contribuem na manutenção do caminho. Ademais, pela venda dos seus produtos, ele obtém lucros exorbitantes, explorando os coitados de maneira brasileira assaz desavergonhada. Acima do lucro costumeiro, cobra dos colonos mais 25 por cento adicionais! E o que podem fazer? Ele tem todo o poder ou de fazer muito mal ou muito bem e assim sendo, só resta fazer das tripas coração. Foi isso que decididamente aconselhei.

O Dr. Blumenau e o conde von Goltz chegaram de volta em Desterro no dia 18 de abril, e logo no dia seguinte o Dr. Blumenau foi ao Presidente entregar uma carta do Coronel Neves. Combinaram audiência mais prolongada para o dia 21.

No final da sua carta-relatório, resumiu as informações até então obtidas.

Aproximadamente dois terços do território da Província seriam terras devolutas, das quais recomendava as seguintes:

Ao longo do caminho em construção entre a nova colônia Santa Isabel no Cubatão e Lages passando o Trombudo, haveria terras de boa qualidade suficientes para mais de três mil famílias. Sendo o Coronel Neves o construtor deste caminho, seria de esperar que fosse bem feito, pois estava interessado em conduzir boa parte do futuro trânsito pela sua fazenda. Portanto, existiria para os colonos lá estabelecidos uma chance de comercializar os seus produtos. <sup>17</sup>

No interior entre os rios Itajaí grande e mirim, Tijucas grande e Itapocu, embora as margens dos cursos inferiores já estivessem ocupadas, atrás ainda ficariam vastas extensões de terras relativamente baratas, bem férteis e com boas madeiras em abundância. Os dois Itajaí seriam navegáveis até duas a quatro jornadas rio acima, além de possuir um bom porto na embocadura, o que facilitaria a comercialização de produtos. Portanto, mereceriam ser especialmente recomendados.

Quanto à fertilidade, seriam as melhores de toda a Província as terras ao longo do Itapocu e do Rio São Francisco. Contudo, embora bem navegável, o Itapocu careceria de barra adequada para comunicação marítima. Parte dos terrenos estaria ainda devoluta, parte já em mãos privadas, mas fácil de comprar a preços bem baratos. Na margem esquerda do Itapocu, uma

extensão de duas a três léguas a partir do litoral rio acima até o Rio São Francisco era propriedade do Príncipe de Joinville. <sup>18</sup> O litoral e as margens do São Francisco estariam em mãos privadas, valorizando-se muito os lotes.

Ao norte, na região do Saí, havia sido fundada uma colônia francesa



pelo Dr. Mure que na época já se encontrava abandonada. <sup>19</sup> Quase todas as terras nesta região estariam devolutas. O Saí seria facilmente navegável dispondo de ótima barra.

Contudo, todas as regiões mencionadas tinham um problema em comum: os botocudos. Três meses atrás uma serraria no Tijucas havia sido saqueada e três homens chacinados. Mesmo no litoral, uma tropa havia sido

assaltada no Itajaí pouco antes e o tropeiro assassinado.20

Desta maneira, o Dr. Blumenau completou a primeira etapa de sua estadia em Santa Catarina, entre 7 e 19 de abril de 1847. Quanto à sua segunda etapa, queria conseguir mais informações na capital catarinense no decorrer dos próximos oito dias e depois viajar até o Saí passando pelo Itajaí. Voltaria para Desterro e daí em diante iniciaria a sua viagem para o Rio Grande do Sul.

Infelizmente, até agora não foi possível encontrar nenhuma documentação referente àquela segunda etapa em Santa Catarina. Sabemos dela por enquanto somente pela biografia do Dr. Blumenau escrita pelo Dr. Karl Fouquet, que neste caso não indicou a fonte consultada. Quando escreveu a primeira edição da biografia <sup>21</sup>, ainda teve acesso a uma fonte lamentavelmente perdida no incêndio da Prefeitura de Blumenau em 1958. <sup>22</sup> Tratava-se de um manuscrito de 21 páginas de Theodor Lüders, parte inicial de uma biografia do Dr. Blumenau, abrangendo os anos de 1819-1850. O ex-arquivista da Prefeitura, falecido em 1938, utilizou-se de muitos documentos que se extraviaram depois de sua morte. <sup>23</sup> É possível que seja dele a informação:

Partiu imediatamente e caminhou, a pé, do Estreito em direção norte, servindo-se da oportunidade de ver antigos povoados portugueses ao longo do litoral tão cheio de encantos. Sua viagem era grandemente dificultada pelas intempéries. Chegou enfermo a Santíssimo Sacramento, atual Itajaí, que dista 100 quilômetros do Estreito, e não encontrou nem médico nem farmacêutico. Preferiu interromper a viagem e regressar ao Desterro por via marítima, num pequeno veleiro. <sup>24</sup>

Como resultado de sua viagem, o Dr. Blumenau estava convencido da necessidade de explorar a bacia hidrográfica do Itajaí:

Estas regiões estão excepcionalmente bem localizadas à margem de rios navegáveis formando na embocadura um belo porto. Aí ainda se encontram extensas terras devolutas, sendo as terras privadas extremamente baratas. É bem provável que se possa construir sem grandes gastos uma comunicação fácil com o planalto, seguindo o rio e uma estrada no respectivo vale. Tudo está junto convidando para ação imediata e vigorosa. Creio que em nenhuma parte do litoral brasileiro abaixo dos trópicos se encontre um lugar tão apropriado para a colonização em maior ou menor escala. Não existe lugar algum em toda a América que facilitasse de tal maneira sem grandes expensas a criação de um ponto central para a emigração alemã e um lar duradouro para o elemento alemão em país estrangeiro. <sup>25</sup>

No futuro, valeria muito ao Dr. Blumenau ter-se relacionado com personagens política e economicamente influentes na Província e na Capital.

Antes de tudo, conseguiu do Presidente da Província, General Antero José Ferreira de Brito, aquilo que o mesmo um ano mais tarde definiria como *"minha boa disposição em respeito aos seus trabalhos e fadigas."* <sup>26</sup>

Conforme vimos, já no dia seguinte depois de chegar em Desterro se encontrou com o Presidente pela primeira vez, e logo em seguida pela segunda depois de voltar da sua excursão com o Vice-Presidente, quando marcaram a data para um terceiro encontro. Segundo o Dr. Blumenau, teria conversado várias vezes com o Presidente, durante horas. <sup>27</sup>

Este o exortou a não perder a chance de adquirir terras em Santa Catarina, enquanto ainda vigorasse a Lei Provincial. <sup>28</sup>

Me convidou a fechar um contrato logo já. Disse: "Não posso dar nenhum Real em moeda, mas um monte de terras, de acordo com a nossa Lei Provincial. Porém, se quisermos fazer algo, tem que ser rápido. Se a Lei de Terras Geral for votada, tudo estará perdido. Vamos tratar, senhor Doutor. Lavre um contrato e logo em seguida negociaremos, antes que seja tarde demais. Eu pessoalmente ainda lhe posso conceder vários favores ou então conseguir autorização pela Assembléia Provincial." Ao falar, elogiou sobremaneira a sua Província dando a impressão de que estava falando sério mesmo. Recusei tais propostas de maneira delicada e cordial, todavia prometendo fazer todos os esforços afim que sejam realizadas, pois ao meu ver merecem plena atenção. Por toda a parte na Província desejam a colonização. Ao que parece, gostam dos alemães, não querendo saber nada dos franceses 29 e belgas. 30 É antes de tudo o Presidente que está pensando assim.

Já do Vice-Presidente Coronel Joaquim Xavier Neves, o qual chegou a conhecer bem durante quatro dias em seguida, o Dr. Blumenau teve impressão duvidosa. Estamos lembrados das duras críticas que teceu a respeito da exploração dos colonos alemães recém-chegados na fazenda dele. E quanto à conduta moral do Coronel com as mulheres e moças na fazenda, também não gostou. <sup>31</sup> Ao que parece, o Vice-Presidente representava de maneira bem típica o coronelismo da região e da época. Não resta dúvida que era personagem de bastante prestígio social e político <sup>32</sup>, sendo, portanto, de grande interesse para o Dr. Blumenau. Segundo Fouquet, despertou a sua atenção entre outros para o Vale do Itajaí. <sup>33</sup>

Em agosto de 1847, o mesmo estava decidido de daí em diante segurar a duas amarras: continuando no serviço dos hamburgueses, e ao mesmo tempo montando, junto com o seu sócio Ferdinand Hackradt, um estabelecimento agro-industrial no Vale do Itajaí. Em 19 de outubro, do Rio escreveu cartas recomendando o seu sócio em Santa Catarina "a Agostinho Alves Ramos, Häberle, Wickenhagen, Trompowsky e Horn." É óbvio que o Dr. Blumenau chegou a conhecê-los no decorrer da sua primeira viagem para Santa Catarina em abril do mesmo ano.

Agostinho Alves Ramos, em Itajaí, era a figura de proa entre eles. A

partir de 1823, como dono de importante casa de comércio, havia se tornado o chefe político da região. Elegeu-se Deputado Provincial e foi encarregado pelo governo para diversas missões, entre outras como diretor das colônias estabelecidas no interior do Vale do Itajaí. Havia obtido vastas extensões de terras à margem direita do Itajaí, desde Itoupava até ao Salto, parte das quais em seguida venderia a Blumenau e Hackradt. <sup>36</sup>

Ulrich Häberle, caixeiro de Württemberg, no sudoeste da Alemanha, havia sido contratado a servir o exército brasileiro, chegando no Rio em janeiro de 1824. Prestou serviço militar no Regimento de Estrangeiros. No ano de 1831

casou em Desterro com D. Caetana Inês de Oliveira. Estabeleceu-se como comerciante. Em 1847, tornou-se amigo do Dr. Blumenau, interessado na vinda de colonos alemães. Mais tarde o ajudaria com empréstimos. <sup>37</sup>

Johann Friedrich (João Frederico) Wickenhagen era natural do ducado Schwarzburg, capital Sondershausen, na Turíngia, na Alemanha central. Sendo oficial do exército, havia sido contratado a servir



o exército brasileiro, chegando no Rio em outubro de 1824. Casou em Desterro, em 1831 com D. Maria Diolinda de Bittencourt. Em 1834, declarou que pretendia a sua naturalização. Era Tenente Coronel da Primeira Linha do Exército. <sup>38</sup>

Robert von Trompowsky, de nacionalidade prussiana, veio para Santa Catarina em 1829. Teve, com D.Felicidade Prudência da Costa, um filho que nasceu em Desterro em 1833, Júlio Melchior, que, mais tarde seria célebre político catarinense. Enquanto em 1835 se declarava alemão, em 1839 havia adotado a nacionalidade russa. Era comerciante em Desterro e vice-cônsul da Rússia em Santa Catarina. Como dono de uma colônia na margem leste do Itajaí-Mirim, desempenharia papel importante na colonização. O Dr. Blumenau o procurou, logo depois de chegar em 7 de abril de 1847, entregando-lhe cartas de amigos do Rio. <sup>39</sup>

Eduard Gottlieb (Amadeus) Adolf Horn, era natural de Stralsund na Pomerânia Ocidental no nordeste da Alemanha. Havia sido contratado a servir o exército brasileiro, chegando no Rio em julho de 1828. Prestou serviço militar como cabo no 27º Batalhão de Caçadores. Veio para Laguna, SC, como boticário em 1838. Em Laguna nasceu em 1849 o filho dele com D. Claudina Bernardina de Oliveira Medeiros, Raulino Júlio Adolfo, mais tarde célebre político catarinense.  $^{40}$ 

Relacionando-se com este grupo de catarinenses importantes, o Dr. Blumenau logo no início conseguiu uma sólida base de apoio para suas futuras atividades como empresário e mais tarde colonizador no Vale do Itajaí.

#### REFERÊNCIAS

- ¹RICHTER, Klaus. Primórdios da Colonização Sistemática Alemã em Santa Catarina 1846-1848. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 3ª fase, nº 23, 2004, p. 15-18.
- <sup>2</sup>RICHTER, Klaus. Überlegungen des Dr. Blumenau über Möglichkeiten deutscher Kolonisation in Südbrasilien 1846-1847. In: Martius-Staden-Jahrbuch (Anuário Martius-Staden, São Paulo) 2006, nr.53, p. 186-195.
- <sup>3</sup> PETRY, Sueli M. V. Fontes para a História Regional. In: Blumenau em Cadernos, Tomo XLVI, nº 9/10, setembro/outubro 2005, p. 82-84.
- <sup>4</sup>Commerzbibliothek Hamburg, 73 rot, 37, 14 d (Relatório 11-01-1847), p. 11. = Cópia BLUMENAU 4 no AHJFS.
- <sup>5</sup> Ibidem, p. 12-13.
- <sup>6</sup> Commerzbibliothek Hamburg, 73 rot, 37, 6 = Cópia BLUMENAU 5 no AHJFS.
- <sup>7</sup> Niedersächsisches Staatsarchiv Wolfenbüttel, 192 N, XVII.I) CD no AHJFS.
- 8 Ibidem.
- <sup>9</sup> Commerzbibliothek Hamburg, 74, 3 rot, Nr. 41, p. 39-46 = Cópia BLUMENAU 6 no AHJFS.
- $^{10}$  FOUQUET, Dr. Karl. Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau Vida e Obra. In: Blumenau em Cadernos, Tomo XL,  $n^0$  10, outubro 1999, p.30.

Palestra no rádio do pastor M. Griesebach, Stuttgart 01-06-1926 (Informação da Sra. Birgit Fouquet do Instituto Martius-Staden em São Paulo, a qual agradeço).

- <sup>11</sup> Cf. JOCHEM, Toni Vidal (Org.). São Pedro de Alcântara 1829-1999. Aspectos de sua História. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999.
- 12 Cf. Dr. Hermann Blumenau. Um Alemão nos Trópicos. Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil. Edição Bilingüe. Blumenau: Cultura em Movimento/Instituto Blumenau 150 anos, 1999, p. 86-87.
- Cf. PAIVA, Arcipreste Joaquim Gomes de Oliveira. Colonização Alemã de São Pedro de Alcântara (Do Tomo X, 1848, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Comemoração do Centenário da Colonização Alemã em Santa Catarina 1829-1929. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929.
- <sup>13</sup> HUNSCHE, Carlos Henrique. O Biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro). 2ª edição revista e ampliada. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 142-145, p. 221-222.
- <sup>14</sup> Cf. JOCHEM, Toni Vidal. A Epopéia de uma Imigração. Edição Comemorativa ao Sesquicentenário de Fundação da Colônia Santa Isabel-SC 1847-1997. Águas Mornas: Ed. do Autor, 1997.
- 15 Ibidem, p. 175, p. 68.

#### BLUMENAU em CADERNOS

- 16 Cf. Dr. Hermann Blumenau, cit, nota de fim 12.
- Cf. JOCHEM, Toni Vidal. Pouso dos Imigrantes. Florianópolis: Papa-Livro, 1992, p. 59-102.
- 17 Cf. JOCHEM, cit. nota de fim 14, p. 31-38.
- <sup>18</sup> Cf. FICKER, Carlos. História de Joinville. Subsídios para a Crônica da Colônia Dona Francisca. 2ª edição. Joinville: Ipiranga, 1965.
- Cf. RICHTER, cit. nota de fim 1, p. 26-32.
- 1º Cf. S. THIAGO, Raquel. Esperança e Utopia na Península do Saí. Blumenau / Florianópolis: Editora da FURB/ Editora da UFSC, 1995.
- 2º Cf. SCHEIBE, Fernando. "Índios". Série: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da Província (1842-1892). Ilha de Santa Catarina: UFSC, junho 1996. Núcleo de Estudos Portugueses. Série Filológica, Repertório - I.
- <sup>21</sup> FOUQUET, Dr. Carlos. Vida e Obra do Doutor Blumenau Ensaio Biográfico. In: Centenário de Blumenau 2 de setembro 1950. Blumenau: Edição da Comissão dos Festejos, 1950, p. 52-115.
- <sup>22</sup> Informação da Professora Sueli M. V. Petry, Diretora do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, a qual agradeço.
- 23 FOUQUET, cit. nota de fim 10, p. 99 nota de fim 2).
- 24 Ibidem, p.30.
- <sup>25</sup> Commerzbibliothek Hamburg, 73 rot, 37, 14 f (Relatório 28-09-1847) p. 68-69 = Cópia BLUMENAU 8 no AHJFS.
- <sup>26</sup> Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Registro do Presidente da Província para Diversos 1848/1851, 11-05-1848.
- <sup>27</sup> Commerzbibliothek Hamburg, 73 rot, 37, 14 g (Relatório 23-11-1847) p. I = Cópia BLUMENAU 12 no AHJFS.
- 28 Ibidem, p. 2.
- <sup>29</sup> Cf. S. THIAGO, cit. nota de fim 19.
- <sup>30</sup> Cf. FICKER, Carlos. Charles van Lede e a colonização belga em Santa Catarina. Blumenau: Separata de "Blumenau em Cadernos", 1972.
- <sup>31</sup> Commerzbibliothek Hamburg, 74, 3 rot. Nr. 41, p. 42 = Cópia BLUMENAU 6 no AHJFS.
- <sup>32</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. Os Governantes de Santa Catarina 1739-1982. Notas biográficas. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983, p. 213-214.
- PIAZZA, Walter F. (Org.). Dicionário Político Catarinense. 2ª. edição revista e ampliada. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994, p. 485.
- 33 FOUQUET, cit. nota de fim 10, p. 30.
- $^{34}$  RICHTER, Klaus. As raízes de Blumenau 1847-1850. In: Blumenau em Cadernos, Tomo XLVII, nº 1/2, janeiro/fevereiro 2006, p. 30-33.
- 35 Niedersächsisches Staatsarchiv Wolfenbüttel, 192 N, XVII.I) = CD no AHJFS.
- 36 RICHTER, cit. nota de fim 34, p. 31-34.
- <sup>37</sup> SOUZA, José Antonio Soares de. Os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume 310, janeiro-março 1976, p. 133, p. 143.
- LEMOS, Juvêncio Saldanha. Os Mercenários do Imperador. A primeira corrente imigratória alemã para o Brasil (1824-1830). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, p. 547.

Informação do Sr. Aderbal João Philippi, Florianópolis, o qual agradeço.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Registro de Estrangeiros 1831-1839. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Publicação Vol. 50, 1962, p. 228.

Dr. Hermann Blumenau, cit. nota de fim 12, p. 271.

ENTRES, Gottfried (Org.) Gedenkbuch zur Jahrhundert-Feier deutscher Einwanderung in Santa Catarina. Florianópolis: Livraria Central, 1929, p. 156.

RICHTER, cit. nota de fim 34, p. 32.

SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. Florianópolis 1972, p. 44-45.

38 Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, N 73/Caixa 28, Fol. 1v.

SOUZA, cit. nota de fim 37, p. 36-37.

Informação do Sr. Aderbal João Philippi, Florianópolis, o qual agradeço.

Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, Cemitério da Ponte, Nº 7, Fol. 30 v, Nº 5777.

<sup>39</sup> Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Registro de Estrangeiros 1823-1830. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Publicação Vol. 49, 1961, p. 229.

PIAZZA, cit. nota de fim 32, p. 768.

Registro de Estrangeiros, cit. nota de fim 37, p. 499.

Dr. Hermann Blumenau, cit. nota de fim 12, p. 271, p. 273.

Niedersächsisches Staatsarchiv Wolfenbüttel, 192 N, XVII.I) = CD no AHJFS.

40 ENTRES, cit. nota de fim 37, p. 157.

REIS, Sara Regina Poyares dos / OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho e / KLUG, João. Carl Hoepcke. A marca de um pioneiro. Florianópolis: Insular, 1999, p. 96, p. 356 (Arquivo Nacional: Lista de imigrantes do navio Harmonia, 4.7. 1828).

SOUZA, cit. nota de fim 37, p. 100-101.

LEMOS, cit. nota de fim 37, p. 551.

Registro de Estrangeiros, cit. nota de fim 37, p. 249.

PIAZZA, cit. nota de fim 32, p. 342.





Na trama do cotidiano:

## aIndumentária Oitocentista

em Blumenau (1850 - 1880)

Sueli M. V. Petry

## ] INTRODUÇÃO

Com o presente artigo pretende-se abordar a indumentária como um componente de estudo. Na confecção desta trama rastreou-se o cotidiano oitocentista de Blumenau, com a intenção de extrair sinais das "vivências cotidianas" dos indivíduos que iniciaram o processo civilizatório na região do Vale do Itajaí.

A indumentária neste estudo é vista não como um elemento por si só, mas através de uma análise reflexiva transforma-se num vasto reservatório de significados. Segundo Agnes Heller (1989, p.17), "a vida cotidiana é a vida de todo homem". E continua: "Nela colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, [...] sua personalidade, habilidades, capacidades intelectuais, sentimentos, paixões, ideologias".

Rolando Barthes (2005, p. 258), por sua vez, em suas observações referentes à indumentária, comenta: "Até o início do século XIX, não houve História da indumentária, propriamente dita, mas apenas estudos de arqueologia, ou recensões de trajes por qualidade". Para ele "a história da indumentária ainda não se beneficiou da inovação dos estudos históricos [...] está faltando toda uma perspectiva institucional da indumentária, em termos de dimensão econômica e social da História". (BARTHES, 2005, p. 259).

Em torno desta discussão, Daniel Roche (2000, p. 262) comenta que ela (indumentária) "incorpora os valores do imaginário social e as normas da realidade vivida; é o campo de batalha obrigatório do confronto entre a mudança e a tradição".

Diz ainda Roche, que "no conjunto das normas que regiam a postura do corpo, a expressão do rosto, a conduta na igreja ou em família, à mesa, no jogo, na sociedade, a indumentária era regrada pela moderação, em que cada um podia encontrar o que convinha à sua condição" (ROCHE, 2000, p. 268).

A resistência a estas normas sustentou-se na Europa, em pleno século XIX, em países como a Alemanha, Itália e Suíça. Assim, é instigante e desafiador para este estudo trazer do passado as silhuetas que desembarcaram no Vale do Itajaí, para compor os mais diversos elementos das "vivências cotidianas", mudanças e adaptações ocorridas na indumentária oitocentista de Blumenau e suas relações com o corpo, espaço social, familiar e cultural.

## SÉCULO XIX: NOVAS COMPOSIÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS

O século XIX, ou a "era das revoluções", caracterizou-se por acontecimentos bastante significativos, marcando um novo modo de

existência social, baseado no mundo urbano e industrial. As relações humanas efetivadas nos centros urbanos transformaram-se brutalmente em termos qualitativos e quantitativos.

As idéias de "progresso", "modernidade" e "civilização" se associaram intimamente às cidades, enquanto que no campo permanecia a "tradição", o conservadorismo e a rusticidade. O homem, em suas relações sociais, também mudou.

O trabalho, o lazer, os comportamentos, as relações com a natureza, a política, a literatura, o tempo, enfim, o mundo material e cultural foi afetado pela urbanização. Pobres, ricos, proletários, intelectuais, analfabetos, jovens, velhos, homens e mulheres também

foram atingidos pelas mudanças.

A Alemanha, no entanto, até meados do século XIX era formada por um aglomerado de pequenos estados, sem uma unidade política, voltada quase exclusivamente a uma economia de base agrícola.

Em muitas localidades, encontrava-se freqüentemente o sistema de aldeias, onde persistia o regime de servidão feudal, fazendo com que os camponeses permanecessem presos à terra que não lhes pertencia.

A situação piorou na medida em que o trabalho, com a invenção das máquinas de tecer e de costurar, deixou de ser uma operação artesanal. A mecanização da lavoura e o início da industrialização, além de

reduzirem as tarefas do camponês e provocarem a competição com o trabalho artesanal, fizeram o homem procurar, no exercício de ofícios variados, um suplemento para garantir o sustento familiar.

A atividade econômica desse grupo social, nem sempre caseira, o condicionou a investir em outras localidades. Iniciava desta forma a migração para outras regiões, o que veio mais tarde interferir, culturalmente, inclusive, no vestuário.

Com tantos problemas de ordem social e política a enfrentar neste cenário de exploração e miséria, a imigração surgia como solução para os



BLUMENAU em CADERNOS

artesãos e camponeses que lutavam para resistir à proletarização e desejavam ardentemente tornar-se proprietários de suas próprias terras, mesmo que para isso fosse preciso deixar a pátria e aventurar-se no novo mundo, em busca da concretização do sonho de melhoria e qualidade de vida.

O fenômeno imigratório iniciou-se nas primeiras décadas do século XIX, com o embarque rumo aos países da América. O Brasil foi um dos que recebeu o imigrante. Neste lado do Atlântico, distanciado das raízes culturais, o impacto do "novo" provocou mudanças e experiências até então desconhecidas.

Entre estas se inclui a indumentária, com a sua representação contrastando com a da sociedade brasileira, resultado das transformações que o imigrante passou a sofrer ao deparar-se com às condições sócioculturais e ambientais do país.

Norbert Elias (1997, p. 88) ao pronunciar-se quanto à questão, sinaliza:

O modo de vestir de uma pessoa fornece toda uma gama de sinais para outras; sobretudo, assinala como uma pessoa se vê a si mesma e como, dentro dos limites do que seus recursos lhe permitem, gostaria de ser vista pelos outros.

Sustenta ainda Elias: "Como a pessoa se vê e gostaria de ser vista também depende da total estrutura de poder de uma sociedade e de sua posição dentro dela." (ELIAS, 1997, p. 88). É nesta dimensão de mudanças que a indumentária está presente nas relações sociais.

## 2 O Brasil do século XIX: tempo de mudanças

A transferência da Família Real Portuguesa trouxe para o Brasil um novo tempo de mudanças. A abertura comercial, até então restrita ao sistema colonialista, possibilitou a formação de um novo ciclo econômico, capaz de organizar a vida política e social. A burguesia colonial aderiu aos novos hábitos. absorveu o refinamento dos modos e costumes introduzidos pela Corte.

Com a evolução da política nacional e a consequente Proclamação

da Independência do Brasil, iniciou-se uma nova fase. A recém-criada nação brasileira precisava buscar a sua consolidação. Para realizá-la, colocou em prática a idéia de trazer trabalhadores livres europeus e, na medida do possível, substituir a mão-de-obra utilizada no país, que continuava centrada no regime escravocrata.

A proposta do Governo para garantir a independência era, através da colonização em grande escala, ocupar as enormes áreas despovoadas, principalmente nas regiões do sul do Brasil, que ofereciam melhores condições climáticas para a adaptação dos europeus.

2 o século XIX
Santa Catarina: um novo tempo

Os antecedentes da política imigratória de Santa Catarina não eram diferentes das demais regiões do Brasil. O povoamento vinha acontecendo de forma lenta no litoral. Inicialmente vieram os vicentistas, no século XVII, e mais intensivamente os açorianos, ao longo do século XVIII.

O século XIX é marcado pela entrada dos grandes contingentes de imigrantes europeus (alemães, italianos, poloneses, russos, entre outros). Nas primeiras décadas, chegaram da região do *Hunsrück* as primeiras levas de colonizadores alemães. A entrada destes imigrantes na Província de Santa Catarina (1828), segundo o oficial suíço-alemão, Seidler (1979, p. 320), contratado para fazer parte do exército do Império Brasileiro na campanha Cisplatina, afirma que "os colonos de Santa Catarina traziam algum dinheiro para o Brasil". No entanto, "[...] haviam empobrecido, mas ainda restava o bastante para enfrentar as primeiras instalações, apesar da situação estavam bem vestidos e asseados e nada havia a dizer contra a sua conduta." (SEIDLER, 1979, p. 321). Mas esta realidade foi alterando-se diante a inércia do Governo, quando tiveram que aguardar por um período de seis meses até o momento de serem assentados (1829) na Colônia de São Pedro de Alcântara.

Durante este tempo, a pobreza passou a reinar entre eles. A solução foi desfazer-se dos seus bens e, entre estes, estavam peças do seu vestuário. Ao fixar-se na Colônia São Pedro de Alcântara, iniciou-se um novo desafio: a adaptação ao novo ambiente.

Enquanto isso, a sociedade moradora na capital, Desterro, vinha tomando outra forma. O ingresso de pessoas vindas de fora trouxe lideranças econômicas, e o número de funcionários multiplicou-se, gerando um novo sistema comercial. Surgiram novos hábitos, novas modas e requintes, que foram adotados também pelos que não saíam da Ilha, pelos que não viajavam, e assim, por imitação do que viam, aceitavam novas maneiras de ser.

O processo da europeização torna a adequação dos trajes um dos elementos definidores da "boa sociedade", e passa a existir, por parte dessa camada, uma preocupação em deixar visível, por meio das vestimentas, a distinção existente entre ela e os outros extratos sociais, o que vai se aprofundar na segunda metade do século XIX.

De acordo com Oswaldo Rodrigues Cabral (1972, p. 56),

os homens, pelo menos os de posição, vestiam de acordo com o figurino europeu, - fraques de elasticotine, sobrecasacas, casacas, cavours, etc. desenhado e prescrito para os climas frios, tal como era de uso na Corte do Rio de Janeiro.

Enquanto este quadro se desenrolava na Capital da Província, os primeiros núcleos de povoamento criados pelo Governo Provincial em direção ao interior, ao se instalarem trouxeram consigo características do seu grupo social, e morando distanciados das vivências urbanas, mantiveram de certa forma, por um tempo maior, sua maneira de vestir.

Na propriedade colonial, à medida que a situação foi alterando-se, os pesados vestidos escuros que sobreviveram às intempéries do tempo foram substituídos por fazendas mais leves e mais claras, conforme Roche (1962, p. 635):

[...] as mulheres jovens andam de cabeça descoberta, as mais idosas cobrem-na com um lenço; no trabalho usam geralmente anáguas, saia e corpetes. A roupa interior, as meias, os sapatos fazem parte do trajo dos dias festivos. Quase não tem outra jóia a não ser uma cruz com corrente, e a aliança, como os homens.

Os povoadores dos novos núcleos de imigração, ao instalarem-se na

100

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

metade do século XIX, procuraram encontrar na posse da propriedade a almejada liberdade e autonomia econômica, todavia o contínuo crescimento urbano e rural trouxe mudanças no cotidiano das pessoas.

## DR. BLUMENAU E A COLONIZAÇÃO NO VALE DO ITAJAÍ

Na região do Vale do Itajaí, as terras inexploradas esperavam a ação do fenômeno imigratório e colonizador. Os primeiros núcleos de povoamento iniciaram-se com o deslocamento de algumas famílias alemãs descontentes com o assentamento na Colônia São Pedro de Alcântara, e por brasileiros que viviam dispersos nesta área.

Estabelecidos na região de Gaspar, mesmo sem uma estrutura de colonização, foram apoiadores daqueles que os sucederam. Faltava, no entanto, uma ocupação sistemática e organizada. O projeto concebido pelo alemão Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau contemplava esta necessidade.

O primeiro contato com as terras às margens do grande Itajaí foi realizado (1848) juntamente com o sócio Ferdinand Hackradt. Após os trâmites legais para a sua constituição, os primeiros imigrantes alemães chegaram em 2 de setembro de 1850. (PETRY, 2000, p. 44).

A partir de 1875 vieram os italianos, poloneses, russos e outros. Em companhia dos colonos imigrantes, o fundador empenhou-se em concretizar suas idéias e introduzir uma nova concepção de trabalho, pois o país ainda utilizava-se da mão-de-obra escrava na produção econômica.

Inicialmente o empreendimento foi administrado como uma colônia particular. Dez anos depois, o Governo de D. Pedro II adquiriu-a e a tornou uma colônia do Império.

## I A indumentária nos tempos da Colônia: 1850 - 1880

Os "novos brasileiros", ao chegarem da Europa, trouxeram consigo características do seu grupo social. No desembarque estavam vestidos em seus trajes europeus, na parte de baixo usavam peças em linho e sob as

101

### BLUMENAU em CADERNOS

mesmas, pesadas roupas de lã.

Iniciava-se o primeiro choque cultural e com ele a reformulação de costumes e hábitos culturalmente enraizados por muitas gerações. Estas modificações se estendiam na forma de portar-se, no agir, no vestir-se, na moradia e nas sociabilidades.

A relação entre o corpo e a indumentária européia tornou-se bem menos glamourosa, para dar espaço à simplicidade. Segundo Del Priore (2000. p. 31), "suas várias funções condicionam as formas que implicavam em comportamentos, em posturas, em gestos que, por sua vez, influenciam essas mesmas formas e sua função".

Referindo-se ao processo de habituação pelos quais os imigrantes passariam no decorrer do tempo, Dr. Blumenau (1999, p. 203) atenta:

Os primeiros passos, depois da chegada, "são os mais difíceis para aqueles da classe à qual dirijo agora minhas palavras [...] a cama é dura, a alimentação é ruim, e nada me agrada". E continuava em seu discurso: "Aos poucos a pessoa se acostuma a esta vida um tanto estranha e selvagem, mas livre".

Diante da complexa função de trazer os imigrantes, para atraí-los havia uma intensa propaganda que fora desencadeada pelos agentes imigratórios na Europa. A intenção do Dr. Blumenau era passar, aos interessados em emigrar para a Província de Santa Catarina, orientações quanto às condições de viagem, como fazer e o que trazer na bagagem.

Em opúsculo de sua autoria, publicado na Alemanha (1851), intitulado "Guia de Instruções aos Emigrantes para a Província de Santa Catarina no Sul do Brasil", anunciava entre outros procedimentos a serem seguidos, possibilidades de trabalho, hábitos, costumes, diferenças climáticas, como também alguns identificadores ao estudo indumentário.

Nas interfaces da leitura deste guia revelavam-se ainda formas de conduta, modo de vestir-se e instruções quanto à maneira do imigrante apresentar-se perante as autoridades em terras brasileiras. As orientações prescreviam:

> [...] quem quiser apresentar-se na cidade com elegância, precisando ou querendo manter relações com autoridades, não pode esquecer

de trazer um fraque, pantalonas e um colete de cetim preto, de acordo com a última moda. (BLUMENAU, 1999, p. 223)

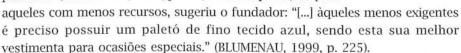
Apresentar-se de acordo com a "última moda" significava estar dentro dos padrões abalizados pela sociedade brasileira. Ao analisar o retrato do colonizador, Dr. Blumenau, tirado nos primeiros tempos da colônia, percebese que a imagem reflete exatamente o contexto da descrição e a forma como queria ser visto. Como pano de fundo desta imagem, uma enorme palmeira fazia às vezes da representação da grandiosidade da natureza brasileira.

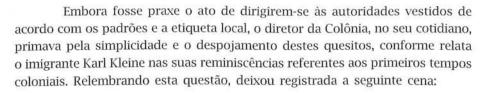
No entanto, no nosso entendimento, o significado maior ficava por conta da importância dada ao quesito "aparência", elemento este considerado

no "conceito" do brasileiro, como um costume primordial que estava associado à limpeza da roupa. Isto, também absorvido pelos alemães aqui já radicados, está carregado de preconceito.

Segundo o colonizador, "os brasileiros ficam olhando por cima do ombro para todo aquele que não cumpre com isto, ou se atreve a fazer uma visita com uma camisa suja." (BLUMENAU, 1999, p. 227).

Portanto, a recomendação quanto à "aparência" era oportuna e instruía: "[...] é bom precaver-se neste sentido, para poupar-se de qualquer humilhação, até perante os alemães, como um sujeito sujo que precisa ser civilizado primeiro" (BLUMENAU, 1999, p. 227). Neste aspecto, até para





O diretor que trajava apenas uma camisa e calça, tendo na cabeça um chapéu de palha bem simples [...]. Calçava tamancos

103

e trazia pendurado no cinto um facão. Neste traje regional, que aqui era o traje mais usado, o vimos ainda muitos anos. No inverno ele usava um jaquetão de lã, e em vez de tamancos, um par de sapatos ou botas [...] (KLEINE, 2000 p. 9).

A descrição de Kleine incita-nos a questionar se seria o fundador dotado de tal simplicidade, e que apesar da posição do cargo, teria dispensado as boas vestes e uma "aparência" melhor? Esta suspeita emerge também de outra forma. Seria esta uma "política de efeito" utilizada pelo colonizador para sensibilizar o imigrante? Na conjuntura da época, nos primeiros tempos da colonização, as pessoas, em sua maioria, dispunham de poucos recursos e, mesmo que quisessem ser diferentes, pelas circunstâncias do seu cotidiano esta atitude não corresponderia com sua realidade.



Ao desempenhar as suas funções na zona rural, o colono, dedicando-se ao trabalho do campo, deveria adaptar-se aos novos costumes e os raros encontros sociais, quando ocorriam, eram reeditados nos moldes da "velha pátria".

Os costumes brasileiros, mesmo não fazendo parte dos seus hábitos, lentamente foram incorporados. Nesta conjuntura de adaptações culturais, a indumentária está entre as mais atingidas, no primeiro momento da chegada, uma vez que as "roupas trazidas da Alemanha em pouco tempo estavam gastas e na maior parte mostravam-se inadequadas para o clima daqui." (CONVERSA..., 2007 p.25).

Portanto, apresentarem-se conforme o costume local os levou a reformular um novo modo de vestir, e a maneira adotada pelo fundador no seu dia-dia identifica-se com os moradores da Colônia.

Dr. Blumenau foi um homem muito perspicaz quanto à organização do seu empreendimento, pensou em tudo, inclusive nos costumes das mulheres. Nas suas andanças realizadas durante a primeira viagem ao Brasil, (1846-1849) teve o cuidado e a sensibilidade de anotar o comportamento das mulheres brasileiras e sobre elas emitiu o seguinte parecer:

"[...] tanto as brasileiras quanto as alemãs, que moram na cidade,

gostam de ostentar luxo, mesmo que, às vezes, a situação financeira esteja ruim." (BLUMENAU, 1999, p.227).

Deduz-se deste comentário uma sugestão às mulheres, de desestímulo ao luxo como estavam acostumadas na Alemanha, pois segundo ele:

[...] na colônia, vestem-se de modo mais simples, porém sempre têm bom gosto e raramente deixam de usar lenços de seda e, caso não sejam muito pobres, certamente têm um vestido de seda para

os dias de festa. (BLUMENAU, 1999, p. 227).

Quando se fala das sociabilidades, lembramos que o privado e o público se confundem. Este estudo, conforme as três primeiras décadas da colonização, nos mostra que os encontros sociais estavam muito restritos à igreja, às reuniões entre as famílias. Em relação aos homens, associar-se à Sociedade dos Atiradores representava uma ascensão social (PETRY, 1981, p. 34). Os poucos momentos para as mulheres vestirem suas melhores roupas aconteciam aos domingos quando se dirigiam ao culto.

Constata-se que muitas das práticas de sociabilidades dos moradores da Colônia e, mais tarde, dos seus descendentes, são a "repetição" dos costumes praticados na Alemanha, acrescidas de novas roupagens ao relacionarem-se na "nova pátria".



A significância do encontro na igreja estava atrelada ao acontecimento social. Aliados ao sentimento religioso agregavam-se outros valores como a conservação do idioma e dos costumes, integração social e troca de experiências para adaptação ao novo meio. A inexistência de outros círculos sociais fortalecia esta relação na manutenção dos valores culturais de origem. O relato da imigrante Thereze Stutzer reflete esta situação da seguinte forma:

[...] meu marido e as crianças, já saíram às cinco horas da manhã para assistirem ao culto na igreja de Pomerode e devem chegar lá pelas dez horas. Gustav foi de charrete levando as duas mais novas. As mais velhas foram a cavalo e veja como estão cavalgando bem e quanto isto lhes dá prazer, pois para ir e voltar leva-se dez horas. Elas voltaram entusiasmadas, dizendo

que foi emocionante ver centenas de pessoas, alemães e seus descendentes, irem à igreja. As pomeranas idosas em seus trajes típicos, as jovens em vestidos de cor clara e branca, usando lenços coloridos na cabeça. É a Alemanha no Brasil. (STUTZER,1998, p. 13)

Como mencionamos, a igreja ocupava um espaço aglutinador das sociabilidades, enquanto o cavalgar, além de ser utilizado como um meio de transporte comum entre as pessoas, veio suprir uma necessidade para vencer as distâncias da casa e incorporou-se ao cotidiano das vivências de muitas mulheres da Colônia.

É oportuna a observação de outra imigrante, Rose Sametzky, em relação aos novos hábitos aqui adquiridos no que concerne à indumentária de homens e mulheres, ao escrever aos parentes na Alemanha:

Aqui usamos trajes bem simples, os homens usam camisa azul com calça segurada por um cinto, no qual penduram um facão de dois palmos; as mulheres, saias e blusas, em geral andam descalças ou de tamancos. Nos dias de festas colocam suas vestes da Alemanha e vão à igreja. (SAMETZKY, 1860).

Constata-se nesta fala o quanto o padrão estético da indumentária européia foi aqui alterado em função das vivências cotidianas dos indivíduos.

Em outro interessante registro, o Dr. Blumenau sugere às mulheres de melhores recursos que incluam em sua bagagem "vestimentas e selas especiais para cavalgar" (BLUMENAU, 1999, p. 227-229).

Àquelas mulheres com menos recursos, impossibilitadas de adquirirem indumentária própria para cavalgar, informa: "Ao invés do traje para cavalgar, as menos favorecidas usam apenas uma saia longa de algodão ou linho, sobreposta ao traje habitual e presa no quadril" (BLUMENAU, 1999, p. 227-229).

A adaptação despojada da sobriedade até então conferida a esta indumentária configurou-se pela sua praticidade e comodidade. A este traje simplificado, as mais ricas igualmente aderiram, segundo o fundador:

Esta maneira de vestir é muito praticada também pelas mais ricas, pois é possível, tirar a saia logo após a cavalgada e apresentar-se em traje normal numa reunião dançante, por exemplo, enquanto que a roupa especial para montaria não permite que se procedesse assim, pois o colete impede que se coloque uma roupa por baixo (BLUMENAU, 1999, p. 229).

A valorização conferida aos passeios, ao cavalgar, às festas, às reuniões dançantes não significa que estas práticas fossem largamente realizadas pelos colonizadores enquanto viviam em suas localidades de origem, na Alemanha.

Na medida em que interpretamos as falas de homens e mulheres expressas nas correspondências e nos relatos endereçados aos parentes na Alemanha, procuramos delas extrair as emoções, sentimentos e sensações daqueles que aqui vieram. Ao dar visibilidade aos discursos presentes na documentação analisada, algumas inquietações nos levam a perguntar o que imaginavam homens e mulheres ao "repaginarem" aqui as tradições da "velha pátria"?

A manutenção dos vínculos culturais deu-se através do contato entre os indivíduos, os quais, por meio das instituições sociais (igreja, escola e associações recreativas), procuraram manter vivos os usos e costumes. No entanto, de que forma as adaptações foram acontecendo no novo ambiente, enquanto muitas daquelas tradições tidas como típicas da terra de origem foram se diluindo com o tempo? E a indumentária? Que sentimentos tiveram ao desvencilhar-se das indumentárias que vinham de gerações?

Em meio a este turbilhão de perguntas, de sentimentos e desafios a serem vencidos era preciso domar a mata, lavrar a terra, cuidar do gado. E esta tarefa não era fácil. O sofrimento do corpo provocado pelo labor estava exposto em sua fisionomia, na estética do corpo, nas mãos calejadas, nos pés rachados do colono e, conforme comentário de um artigo do *Blumenauer Zeitung* (1910, n. 2, não paginado), além do embrutecimento, o "envelhecimento precoce, corpo deformado e saúde perdida são na maioria dos casos as conseqüências do consumo irrefletido das forças da juventude".

As condições de vida da mulher não eram diferentes. Na falta de mão de obra era ela que ajudava, pois ninguém se dispunha a trabalhar na

terra dos outros. E, principalmente, a mulher da área rural tornou-se uma eterna geradora de filhos, e seu corpo esteve sempre em transformação. A indumentária da gravidez consistia numa bata sobre a sua saia longa e franzida. Na altura da cintura, a saia levava um cadarço, para ir alargando a circunferência da barriga.

Depois do parto, a mesma veste era colocada dentro da mesma



saia, tornando-se assim a indumentária da mulher. Voltada aos afazeres domésticos como, a criação dos filhos, a transformação dos produtos colhidos em lingüiças, geléias, compotas e outras iguarias ligadas à alimentação caseira, cabia ainda a mulher - distanciada do convívio e das atividades sociais, no seu exíguo tempo livre - fazer bordados e rendas, costurando e aplicando-os nas roupas de toda a família.

A costura podia ainda constituir-se numa fonte de renda, conforme relata Cristina Wolff (1991, p. 37): "Costurando em sua própria casa, estas mulheres tinham quase sempre famílias com propriedades rurais, constituindo seu salário normalmente uma "ajuda" para

a família e o meio de comprar".

O aprendizado em costura nem sempre era do domínio da mulher imigrante quando aqui chegou. No entanto, a necessidade as tornou costureiras e este acontecimento era prazerosamente informado aos parentes, na Alemanha, com certo orgulho, como nos conta a imigrante Therese Stutzer (2002, p. 92):

[...] ainda encontro tempo para costurar. Isto, eu realmente preciso e lamento não ter aprendido antes. Incentivo-me dizendo: o que outros sabem, também posso aprender e corajosamente corto o pano. Aqui, temos costureiras que certamente são competentes, mas elas vêm para trabalhar alguns dias e costumam morar nas casas.

Enquanto as atividades do colono se voltaram ao trabalho do campo, foi preciso adaptar a rusticidade ao esforço físico e mudar costumes:

108

"[...] acostumar a andar descalco pela floresta [...]" caso não o conseguisse sugeria-se "[...] prevenir-se com um estoque de calcados, metade botas e o restante sapatos comuns em couro de bezerro, o qual é mais resistente em virtude da má qualidade do couro brasileiro." (STUTZER, 1930, p. 237).

A surpresa causada ao novo imigrante que ingressava na colônia, ao defrontar-se com os costumes e hábitos indumentários, foi assim descrita pelo imigrante Gustav Stutzer (1930, p. 236):

> Muitos homens usavam coloridos tamancos e as mulheres quase todas descalças. Perguntei admirado por que havia tantas pessoas a cavalo e tão poucas a pé, meu irmão explicou que as distâncias eram muito grandes para percorrer e a cavalo facilitava as viagens até o centro da cidade.

Este tipo de surpresa reflete as condições de vida de muitos colonos da zona rural. As circunstâncias do labor nas terras, a solução encontrada para enfrentar a rusticidade do trabalho da derrubada da mata, do arar o solo, levaram-no a vestir-se de forma grotesca, e a própria carência de como

obter a indumentária o levou, praticamente, ao sumico do calcado da vida cotidiana do colono da zona rural. O seu uso ficara agora restrito às visitas à cidade ou à Vila mais próximas.

A aparência nem sempre esteve entre as preocupações do imigrante colono. Uma forte manifestação do despojamento e simplicidade nos primeiros tempos coloniais foi descrita pelo recémchegado imigrante Gustav Stutzer sobre uma personagem bastante conhecida nos meios científicos europeus. Trata-se do pesquisador Fritz Müller, e que, segundo o relato, o autor ficou impressionado com a sua figura e aparência por estar "descalço, seu corpo



magro e alto vestido com calças brancas de sarja, amarrada na cintura com um cinto preto, ali pendurado um fação. O peito semicoberto com uma larga camisa branca e cabeça coberta por um chapéu de palha. [...] certamente uma figura original" (STUTZER, 1930, p. 275).

BLUMENAU em CADERNOS

Até agui nos detivemos mais ao colono da zona rural. Resta-nos investigar qual era a situação do colono citadino? Apesar do núcleo urbano desenvolver uma razoável atividade comercial, este ressentia-se de produtos de melhor qualidade, tais como: tecidos, linhas, agulhas, acessórios e outros complementos para compor o conjunto indumentário. Quando necessitavam vestir-se com elegância e havia a necessidade de adquirir alguma peça da indumentária, dificilmente a encontravam e mesmo que a encontrassem em outra localidade, os preços eram consideravelmente elevados.

A solução, nestes casos, era pedir sob encomenda aos parentes, na Alemanha, conforme nos mostram as cartas que se seguem. A solicitação do imigrante Franz Sallentien (1997, p. 51) registrava:

> Uma peça de algodão fino e branco, duas dúzias de camisas para mim, junto com uma peça de linho fino para peitilho e gola para estas camisas. [...] Alguns cortes de chita para vestidos de casa para minha mulher, um pedaço de pano de linho. Retrós, linha de seda, lã-sefira em várias cores, sutach para enfeite de vestidos na barra grega. Alguns lenços brancos de linho para mim e minha mulher. Agulhas de costura e agulhas de tricô. Fazenda listrada para aventais de trabalho, e mais fina para usar em casa.

Em outro momento, o imigrante Julius Baumgarten (1853, p. 2) pedia:

"Algodão e linha, algumas camisas finas porque aqui se dá muito valor a isto". E continua: "[...] pessoas consideradas classe média deveriam trazer, além de roupa simples, duas ou três camisas com peitilho e colarinho de tecido fino, bem como um lenço de seda preto, para usar em dias de festa ou em outras datas especiais, pois aqui se dá muito valor a isto.".

Falas como estas refletem o quanto era trabalhosa e difícil a confecção de uma roupa nova. O imigrante conservava a indumentária que trouxera da velha pátria e a usava até quando podia, porém, não confeccionava uma outra igual, mas passava a usar uma roupa que era comum a todos. Vestia calças largas, de linho e geralmente uma camisa de algodão, condizente com a condição de vida voltada à área rural ou às atividades urbanas que eram muito incipientes. Não havia ainda uma acentuada diferenciação de classes sociais, pois todos eram ainda considerados agricultores, mesmo estando próximos do centro colonial.

A rusticidade do ambiente desde muito cedo os obrigou a morar em espaços muito simples. Havia dificuldades de toda ordem. Diante da inutilidade de muitos objetos e equipamentos trazidos para o Brasil devido à falta de ambiente para colocá-los em uso, era comum os mesmos serem vendidos aos brasileiros mais abastados. Numa destas vendas, o imigrante Karl Kleine (1996, p. 98) relembra:

[...] coisas boas, que meus pais não podiam aproveitar numa choça de palmito, como por exemplo: algumas belas toalhas de mesa; cobertores; roupa de cama; cortinas; um fraque novo; uma cartola nova; uma dúzia de elegantes luvas; finas camisas; um regalo; bibelôs; espelho; objetos de toucador; etc. Meus pais resolveram vender estes badulaques de qualquer jeito.

Um outro exemplo de comércio ainda é relatado por Kleine (1996, p. 99) ao comentar a venda feita ao latifundiário José Henrique Flores. Este, ao provar as roupas que lhe eram oferecidas, sentiu o descompasso do tamanho do corpo em relação ao seu. A cena é narrada de forma hilariante:

[...] o fraque lhe era muito grande e largo, as 'caudas de andorinha' iam até o calcanhar e a cartola cobria o nariz. O pequeno e curvado homem estava muito engraçado vestido daquele jeito, tanto que sua mulher e meu pai caíram na gargalhada. Isto o aborreceu, pois rapidamente se desfez das roupas, jogando o símbolo da mais alta civilização no canto da sala juntamente com o *Chapeau-Claque*".

Os imigrantes que vieram ao Brasil, pelas circunstâncias em que passaram a viver no país, apesar de procurar levar sua vida que se aproximava daquela vivida em sua região de origem, como já o demonstramos, tiveram de abdicar de várias coisas às quais estavam acostumados. Com os italianos que aqui chegaram um pouco mais tarde, não foi diferente em relação aos seus usos e costumes, e naturalmente a indumentária tinha as suas características próprias não muito distanciadas dos alemães, conforme relata Deretti (1970, p. 33):

A mulher italiana, as moças também, trajavam um vestido comprido

e largo que ia de arrasto ao chão. Tinham um lenço atado à cabeça, as pontas amarradas sob o queixo e outro ao pescoço, cruzando suas extremidades sobre o peito e prendendo-o ao avental. Este o usavam mesmo em viagens, ou quando frequentavam a igreja e outros atos da vida local. Os homens usavam bigodes compridos e bem cuidados. Os mais velhos deixavam crescer a barba. Em respeitável tabaqueira, modelo Leão XIII, alguns fungavam grossas pitadas de rapé. Certos italianos velhos trouxeram de sua pátria o estranho costume de usarem um brinco de ouro pendente da orelha esquerda. Nos primeiros tempos, os mocos casadoiros passavam por apuros singulares. Dentre os pioneiros, como é lógico, havia mais homens que mulheres. Os rapazes eram muitos no núcleo colonial de Apiúna, e as garotas escasseavam. Como eram ordeiros, entravam em diálogo e determinavam a moça que cabia a cada um. Mesmo assim alguns sobravam. Era necessário pesquisar nas localidades vizinhas. Notáveis eram os casamentos entre italianos e alemães. "Os noivos e as noivas vestiam-se de preto. A diferença estava na coberta da cabeça. As alemãs usavam um gorro verde ornado com flores; as italianas um chale preto. Os casamentos de viúvos eram celebrados às quartas-feiras. Era tradição à noite o bater de latas e caixas, em frente à casa dos recém-casados. Uma confusão de ruídos desconcertantes que se prolongava até que se lhes fosse aberta a porta da casa e o casal oferecesse aos importunos alguma bebida". Nos inícios da colonização, não era visto com bons olhos o casamento dos membros de uma raça com os de outra. Com o correr dos anos foi desaparecendo esta exigência justificável.

À medida que houve o ingresso de novos povoadores em condições mais abastadas, forma-se uma nova classe social que vai juntar-se à classe dos comerciantes. Estes são os responsáveis pela diferenciação que surge a partir desta nova sociedade da Blumenau Colônia.

Esta diferença de classes dos indivíduos nesta nova fase acentuará cada vez mais as alterações na confecção da indumentária. Em torno desta questão comenta Diana Crane (2006, p. 24): "As modificações no vestuário e nos discursos acerca dele indicam mudanças nas relações sociais e tensões entre os diferentes grupos sociais que se apresentam de forma diferente no espaço público".

Assim, no momento que as modificações vão ocorrendo no perfil

social da Blumenau Colônia, constata-se que enquanto a indumentária masculina permanece sóbria, a mulher vinculada à elite colonial tem agora ao seu alcance "revistas de moda". Impressas na Europa, em produções de luxo, o acesso a este tipo de leitura e material era restrito a poucas pessoas.

No entanto, já as encontramos entre os pertences das mulheres da Colônia Blumenau. Verdadeiras raridades pela sua especificidade, qualidade e teor, os seus conteúdos estão repletos de ilustrações, receitas, contos literários, artes manuais, modelos de bordados, rendas, moldes e modelos de trajes com tendências do vestuário.

Outra fonte de valoração da indumentária na Colônia são as imagens fotográficas. Afinal, elas cristalizam e difundem a posição social que o retratado ocupa na sociedade. Neste sentido, a indumentária tem elementos fundamentais na sua identificação.



Estes homens e mulheres criaram a base de uma nova sociedade que, sem dúvida, influenciou decisivamente na formação econômica, social, administrativa e intelectual, não apenas da região geoeconômica de Blumenau, mas de todo o Vale do Itajaí. E, neste contexto, a moda é um elemento que se insere na história do cotidiano.

Essa maneira de estudar a história muda o foco das grandes personagens e seus feitos para envolver as pessoas comuns e o seu dia-a-dia. Saem de cena os heróis e entram os atores comuns da vida real. Investigar o jeito de vestir-se é mais uma forma de diminuir a distância em relação ao passado.

#### REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Inéditos, v. 3**: imagem e moda. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 386 p. (Coleção Roland Barthes).

BARTHES, Roland. Sistema da moda. Lisboa: Edições 70, 1967.

BAUMGARTEN, Julius. Carta [aos familiares na Alemanha]. Colônia Blumenau, 23 set. 1853. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Fundo Memória da Cidade. Coleção Famílias. Família Baumgarten, 3. B. 27. doc. 01. 1853.

BLUMENAU, Hermann. Guia de Instruções aos emigrantes para a Provincia de Santa Catarina no sul do Brasil: Rudolstadt, 1851. In: BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **Um alemão nos trópicos**: Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 anos, 1999.

BLUMENAUER ZEITUNG, Blumenau, ano 29, n.2, 8 jan. 1910.

CABRAL, Oswaldo R. (Oswaldo Rodrigues). Nossa Senhora do Destêrro: notícia. Florianópolis: [S.n], 1972. 2 v., il. [Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina].

CONVERSA de um velho colono blumenauense. Blumenau em Cadernos, Blumenau, t. XLVIII, n.3/4, p. 9-60. mar./abr. 2007.

DEL PRIORE, Mary. Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2000. 108 p., il. (Ponto futuro, v. 2).

DEL PRIORE, Mary. Histórias do cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001. 127 p., il.

DERETTI, Miguel. Apiúna nos meus apontamentos. Porto Alegre: Escola Gráfica Dom Bosco, 1970.

HELLER, Agnes, O Cotidiano e a história. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 121 p.

KLEINE, Karl. Erlebnisse und Erinnerungen eines Eingewanderten. [Gramado: Centro Cultural 25 de Julho, 1996]. 262 p.

KLEINE, Karl. A chegada em Blumenau. Blumenau em Cadernos, Blumenau, t. XII, n. 11/12, p. 8-27, nov./dez. 2000.

PETRY, Sueli Maria Vanzuita; FERREIRA, Cristina; WEISS, Ula. Tradução: Lieberto H. Streck. A Fibra Tece a História: contribuição da indústria têxtil nos 150 anos de Blumenau = A history woven of fiber: the contribution of the textile industry in the 150 years of Blumenau. Blumenau: Sintex, 2000. 350 p.

PETRY, Sueli Maria Vanzuita. Os Clubes de Caça e Tiro na região de Blumenau. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1981. 152 p.

ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Tradução: Emery Ruas. Porto Alegre: Globo, c1962. il. (Província). Tradução de La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul. v. 1, 401 p., il.

SALLENTIEN, Franz. Carta do imigrante Franz Sallentien, 1855. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, t. XXXVII, n. 4, abr. 1997. p. 45-51.

SAMETZKY, Rose. Carta [aos avós na Alemanha]. Colônia Blumenau, 1860. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Fundo Memória da Cidade. Coleção Famílias. Família Gaertner, 3. G. 13. doc. 3. 1860.

SEIDLER, Carl Friedrich Gustav. Seidler. [BERGER, Paulo. (Comp.)]. Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Assessoria Cultural, 1979. cap. XV, p. 314-328.

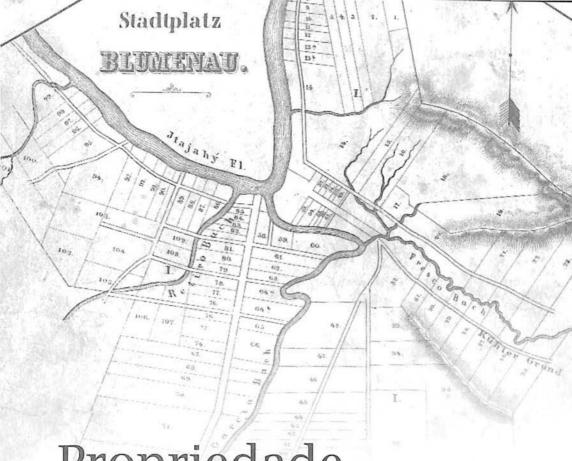
STUTZER, Gustav. **Deutschland und Brasilien Febenserrinnerungen**. 20. ed. Braunschweig: Helmuth Wollermann, 1930. [Transcrição da segunda parte do livro que se refere à época no Brasil 1885-1887]

STUTZER, Thereze. Carta de famílias. Blumenau em Cadernos, Blumenau, t. XXXIX, n. 5, p. 7-15, maio 1998.

STUTZER, Therese; HUBER, Valburga (Org.). Tradução: Valburga Huber. **Marie Luise**. Blumenau: Cultura em Movimento, 2002. 105 p., il.

WOLFF, Cristina Scheibe. **As mulheres da Colônia Blumenau**: cotidiano e trabalho (1850-1900). 124 f. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.





## Propriedade <sup>e</sup>Mobilidade <sup>em</sup>Blumenau

no SÉCULO XIX

Ricardo Machado

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

BLUMENAU em CADERNOS

### 

Há tempos que a identidade germânica é um tema recorrente nos discursos produzidos sobre o Vale do Itajaí. Podemos dizer que foi ao longo do século XX que esta identidade foi articulada e problematizada de maneira insistente, mesmo que de formas distintas. Foi no uso da idéia de uma identidade que permitiu compreender, primeiramente, o imigrante como elemento civilizatório em um país que buscava civilizar-se; depois, como um quisto racial dentro do Brasil e a consequente necessidade de intervenção<sup>1</sup>; e talvez, em sua última versão seja em fins da década de 1970, com o aparecimento de uma indústria turística que investiu na folclorização do espaço urbano e da vida cotidiana.2

Ao longo destes períodos foi o conceito de "trabalho" que parece dar unidade entre as diversas apropriações da identidade do imigrante europeu que emigrou para o sul do Brasil. Esta identidade, que aparece colada ao corpo do imigrante, se por alguns momentos se apresentou como um fenômeno natural/racial, por outros, foi concebida como fruto da revitalização de uma acepção do conceito de "cultura". Atualmente ainda é corrente encontrar nos discursos políticos e na publicidade argumentos que propagam um "modelo catarinense de desenvolvimento" sustentado nesta idéia de identidade do imigrante europeu. Por sua vez, podemos dizer que foi na produção literária e historiográfica que esta identidade encontrou sua maior sustentação. Para Maria Luiza Renaux Hering (1987, p. 27), o desenvolvimento econômico do Vale do Itajaí está intimamente ligado a um tipo específico de "recurso humano", pois para ela, "[...] o imigrante trouxe uma mentalidade imbuída de ética que dele exigia economia, moderação e autocontrole no comportamento, valores esses justamente destacados como pressuposto mais imperioso para a industrialização". Segundo esta tese, apesar da ausência de investimentos públicos e relações com o próprio Estado brasileiro, o desenvolvimento da região estaria baseado na auto-suficiência e no isolamento. E, sobretudo, o desenvolvimento estaria na capacidade de produção destes indivíduos que teriam um tipo de ética ascética (moderação e autocontrole), comportamento propício para o processo de produção.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Sobre isso ver SEYFERTH, 1999.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Sobre isso ver FLORES, 1997 e FROTSCHER, 2000.

Esta leitura da história regional tornou-se bastante conhecida, de maneira que mesmo sua leitura "crítica", feita por um grupo de cientistas sociais, intitulado "Nosso Passado (In) Comum" (THEIS; MATTEDI; TOMIO, 2000), acaba reproduzindo muitos destes argumentos. Estes autores, apesar de quererem demonstrar que a "identidade está nos pobres que lutam e trabalham" retomam o argumento de que o desenvolvimento regional estaria alicerçado neste "diferencial da força de trabalho" (THEIS, 2000, p. 178) trazida pelo imigrante europeu. Podemos dizer que novamente a identidade do trabalhador foi colada ao corpo destes indivíduos e à história destes lugares. Este elemento étnico tem sido utilizado como explicação para as possíveis vitórias e derrotas do Vale do Itajaí. De maneira que esta concepção de "cultura" acabou sendo reproduzida incessantemente ao longo dos discursos produzidos sobre a sua história. Palavras como "desenvolvimento", "trabalho", "progresso" ao longo do século XX apareceram junto a uma concepção de identidade germânica. Mas ao lançarmos nosso olhar em direção as relações na segunda metade do século XIX, podemos perceber que estas noções estavam bem menos definidas e ainda se encontravam em disputa.3

Aqui talvez seja preciso explicitar que com estas afirmações não se pretende cair no erro de mostrar o "outro lado da história" ou cair no erro de interpretar tais fontes sob uma perspectiva teleológica. Pretende-se demonstrar que a própria concepção de desenvolvimento torna-se emergente no período através de um investimento político sobre estes indivíduos e estes projetos coloniais. Mas que durante boa parte do século XIX esta noção de desenvolvimento apresentava-se ainda nua de seus trajes étnicos.

Para transformar a força destes colonos em um elemento produtivo, foi preciso constituir-se uma série de técnicas que passam por toda uma preocupação com o controle da indolência, da ociosidade e do isolamento.<sup>4</sup> Foi preciso a constituição de um poder político microscópico e capilar, transformando o corpo do indivíduo e sua propriedade em elemento de produção. O que se quer demonstrar é como estas questões identitárias não estavam tão claras na documentação do século XIX. O problema tratava-

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Sobre isso ver VOIGT, 2003.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Em sua tese, o historiador SALOMON (2002), demonstra uma ruptura nas práticas de governo em Santa Catarina em meados do século XIX. Para ele, se em fins do século XVIII, governar representava garantir a defesa do que vinha de fora do território, na metade do século XIX passa a existir uma preocupação com o governo dentro do território através de uma geografização do espaço, investindo politicamente sobre os indivíduos.

se de administrar esta população através de um investimento político. Com isto, aparece o surgimento da problemática das propriedades de terra, o investimento no fluxo dos indivíduos e a constituição de uma esfera pública no espaço que foi se constituindo enquanto cidade.

Todavia, aqui não queremos dizer que há "uma" verdade por trás da identidade. Pelo contrário, este conceito tem sua validade se for compreendido como algo volátil e em constante construção e desconstrução. Muitos dos modos e valores que atualmente passou-se a ser identificado com o "Alemão" ou "Teuto-brasileiro" (de maneira ainda mais contemporânea) são resultado das relações de poder estabelecidas nas décadas que sucederam o período entre as guerras mundiais no século XX. Mas que de maneira insistente se tentou encontrar esta identidade na semente de origem.

# A COLÔNIA BLUMENAU EM UM NOVO REGIME DE PROPRIEDADE NO BRASIL

O capitalismo introduziu uma noção diferente de riqueza nas sociedades modernas. Na medida em que o acúmulo de bens e propriedade passou a ser importante, teve por conseqüência a possibilidade desta propriedade também ser alvo de roubo, invasão ou depredação. Para isso, surgiu uma série de mecanismos sociais que visavam a garantia e a preservação desta nova materialidade da riqueza e, por isso, alvo de conflitos. A partir do século XVIII emergiram novos controles sociais, que estão relacionados com esta nova distribuição espacial e social da riqueza industrial e agrícola (FOUCAULT, 1996).

No caso do Brasil, o debate em torno de uma nova concepção de propriedade vinha se arrastando durante as duas décadas que antecederam a metade do século XIX (CARVALHO,1996). Mas foi somente em 1850 que tivemos o estabelecimento da Lei de Terras, que marca a emergência de um novo regime e controle da propriedade em todo o Brasil Imperial. Raquel Rolnik (1997, p.23) define que Lei de Terras é um corte fundamental na concepção de apropriar a terra, e que teve grandes conseqüências no desenvolvimento das cidades. Para ela, esta "absolutização da propriedade" passa a se constituir a partir do momento que a "única forma legal de posse da terra passou a ser a compra devidamente registrada" (ROLNIK, 1997, p. 23)

Da mesma maneira, já em 1871, em seu "Relatório sobre as colônias Blumenau, Itajahy, Príncipe D. Pedro e D. Francisca apresentado ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas", o engenheiro Luiz Manoel Galvão faz uma comparação entre a propriedade produtiva (após lei de 1850) e as sesmarias. Segundo ele, "Os proprietários de terras colonizáveis devem ser obrigados a cultivá-las, ou vendê-las; quer se ponham para este fim em inteiro vigor as disposições que regularam as concessões das sesmarias há muito caídas em desuso, que se estabeleça um imposto sobre as terras incultas como em outro lugar lembrei (GALVÃO, 1871, não paginado).

Em 1848, no texto "O Sul do Brasil em suas Referências à Emigração e Colonização Alemã", publicado originalmente na Alemanha, Hermann Blumenau buscava fazer propaganda para a imigração alemã no Brasil. Nele observa as questões referentes legislação de terras no Brasil: "Apesar de 10 anos de discussão, ainda não foi promulgada uma lei que regulamente a venda de terras do governo imperial ou das províncias e uma imigração em larga escala [...]"(BLUMENAU, 1999, p.23) E finaliza defendendo a lei de 1836 da Província de Santa Catarina sobre colonização: "em conseqüência desta lei, foram feitas muitas concessões de terras, sob a condição de que as mesmas fossem cultivadas. Mas, esta condição praticamente não foi observada e, lamentavelmente, áreas consideráveis das terras melhores e mais bonitas ficaram improdutivas."(BLUMENAU, 1999, p. 93)

Ainda no mesmo texto, faz observações sobre a dificuldade de controle sobre os indivíduos que vivem no Brasil. Para ele, sería necessário formas de controle mais severas daquelas que então se encontravam vigentes no país. Segundo H. Blumenau, a legislação de então é "muito humana" em se tratando de uma população "mesclada e dispersa", e que por isso seria difícil "responsabilizar os criminosos neste vasto império, pois eles podem evadir-se facilmente para lugares distantes, onde passam a viver sob falsas identidades." (BLUMENAU, 1999, p. 55). Neste relato, o então pretenso colonizador já estabelecia relação entre a propriedade e necessidade de novos mecanismos de controle.

Esta nova relação com os limites da propriedade, possível na metade do século XIX, permite a constituição de novas subjetividades, sobretudo no que se refere a relação do indivíduo com o privado, e que é conflitante com a mentalidade constituída através das doações de sesmarias que atravessou boa parte da história brasileira. Se a demarcação de terras e construção de colônias a partir de 1850 possibilitou a constituição da propriedade privada, foi uma nova noção de

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

### EDIÇÃO ESPECIAL 50 ANOS m. C.A.D.E.R.N.O.S. TOMO XLVIII - NOV/DEZ 2007 - Nº 11/12

jústica que instrumentalizou a sua preservação. O surgimento de medições das terras e dívidas assumidas pelos colonos desde 1850 levaram várias disputas fige se apresentam no debate público das últimas décadas do século XIX.

## S CONTROLE DA PROPRIEDADE, GOVERNO DOS INDIVÍDUOS

No relatório da Colônia Blumenau encaminhado ao Presidente da Província, no ano de 1874, Hermann Blumenau recorre a um tom bastante enfático para combater a idéia de que deveria perdoar as dívidas das propriedades dos Colonos, emancipando à Colônia, que para ele representava abandonar "simplesmente ao desgoverno da Câmara Municipal de Itajaí" (BLUMENAU, 1999b, p. 44-45) e que por conta disso as obras "sobretudo as vias de comunicação, seriam levadas a eminente e próxima ruína e inutilização" (BLUMENAU, 1999b, p. 44-45). Esta crítica em relação à Câmara Municipal de Itajaí é uma constante nas décadas que antecederam à emancipação de Blumenau, em 1883. Isso expressa a exigência de uma administração mais localizada, através da qual o colono se sentisse coagido mais sistematicamente pelo poder público.

Segundo os relatórios do diretor da Colônia, encaminhados para o Presidente da Província, a garantia da propriedade como espaço produtivo estava implicado com a necessidade de constituição deste indivíduo produtivo. Hermann Blumenau considerava que era primeiramente necessário uma boa escolha dos colonos que embarcavam para o Brasil para que seu empreendimento desse certo. Segundo ele, os colonos que até então vinham para o Brasil eram "em geral as fezes dos povos europeus, como a dos últimos tempos que nos foram mandadas em grande proporção." (BLUMENAU, 1958, p. 147) Em segundo lugar, foi preciso garantir que este colono ficasse preso a sua propriedade através das dívidas contraídas. Foi preciso garantir que a propriedade se tornasse um elemento de produção e não de ociosidade. Por isso, o pagamento da propriedade possui contornos morais que definem o bom e o mau colono. Ainda tratando do perdão de dívidas contraídas pelos colonos:

[...] salvo raros casos de miséria ou indigência sem culpa própria, em que se podia e humanitariamente deveria ser aplicada uma

120

sisuda e racional clemência, tal remissão haveria de equivaler a um efetivo premio aos mandões, vadios, aos glotões e beberrões, aos pródigos jogadores e constantes fregueses das tavernas, enfim a todos os maus sujeitos e viciados que, não raras vezes na posse de excelentes lotes de terras, deles nem sabem ou não querem, com o contínuo e honesto trabalho, tirar uma boa subsistência e meios para saldar suas dívidas. O efeito moral do perdão sobre tais sujeitos seria funestíssimo. [...] desaparecendo porém, este néscio e podendo eles se considerar perfeitamente seguros e garantidos nos seus lotes, sempre mais haverão de se entregar aos vícios e em primeiro lugar à indolência e vadiagem, tanto os nacionais como os estrangeiros! (Blumenau, 1999b, p. 44-45).

Neste caso, são duas as questões. Primeiro, Hermann Blumenau evidencia a dificuldade na gestão dos indivíduos em sua Colônia, pois estes "sujeitos não sabem tirar proveito mesmo das melhores terras". Nota-se que neste momento o problema do governo destes indivíduos não continha qualquer diferenciação étnica, como poderia se supor. E, por segundo, trata-se da conceituação de "miséria" e "indigência" que, não só neste relatório, tem uma certa constância o aparecimento deste tipo de colono que mereceria ser ajudado pelo governo, sendo que, estes estão sempre em oposição aos "indolentes" e "vadios". Trata-se não de uma possível "questão social", já que miséria no século XIX era essencialmente vista como uma questão de caridade. Nestes relatórios, a miséria não se apresenta simplesmente como falta de dinheiro ou recursos. A miséria aqui neste contexto é a falta de força.

Neste período, os chamados trabalhos públicos que se referiam a construção de estradas, melhoria de caminhos, construção de pontes e prédios públicos, eram feitos pelos próprios colonos, que eram pagos através dos chamados "jornais". Muitos colonos usaram os ditos jornais para amortizar, total ou parcialmente, suas dívidas coloniais, obtendo, assim, títulos definitivos das terras que ocupavam. O trabalho público, porém, foi concebido pelas autoridades como benesse e não como venda da força de trabalho. Tanto assim que, em muitos documentos, eles são chamados de "auxílios" ou até de "subsídios."

Sobre isso, Jaques Donzelot (1986) em seu livro "Polícia das Famílias", demonstra que durante boa parte do século XIX a pobreza estava no campo da caridade e que no início do século XX é tem-se a emergência da nova filantropia. Com isso o cuidado com a pobreza torna-se uma "questão social" e em seu reboque toda uma série de educadores sociais, médicos e higienistas.

Portanto, tais trabalhos, que nos anos iniciais das colônias eram fundamentais para a continuidade do projeto colonial, na documentação regularmente aparece sob os auspícios da caridade aos considerados "miseráveis".

Em 1855, no "Estatuto da Colônia Blumenau e as Medidas para Promover a Colonização" (BLUMENAU, 2002), o diretor define o perfil do sistema de aquisição de terras da seguinte forma: "a experiência de longos anos comprovou que a doação de terras não corresponde ao objetivo na adesão de imigrantes, e que um presente raras vezes é apreciado, cultivado e mantido como uma propriedade comprada" (BLUMENAU, 2002, p. 82) Pode-se perceber que essencialmente há a preocupação em garantir a propriedade enquanto elemento produtivo e que justamente vai definir o tamanho dos terrenos. Neste mesmo estatuto é estabelecido o tamanho da propriedade com a capacidade de torná-la produtiva:

[...] o mesmo lote pode ser muito grande para uma família pequena com mão de obra escassa, ou ainda pode ser muito pequeno para um artífice ou agricultor forte e acostumado ao trabalho, com uma família grande. Caso isto se repetir sucessivamente, conforme a primeira situação mencionada, grandes áreas de mata podem ficar em desuso durante muitos anos, pois a dispersão dos colonos impede a construção de boas estradas visando uma comunicação adequada. (BLUMENAU, 2002, p. 83).

A partir disso são definidas as exigências para com os proprietários após a concessão das terras. Se exige que imediatamente após a posse, seja dado início ao trabalho de construção de uma casa que deveria ficar pronta num prazo de seis meses (BLUMENAU, 2002, p. 98). Caso isso não acontecesse, "perde-se todo direito sobre o terreno e as benfeitorias realizadas, sendo invalidada a quantia eventualmente paga, a não ser que tenha sido impedido de trabalhar por motivo de doença ou acidente" (BLUMENAU, 2002, p.98).

E ainda sobre isso, em outro relatório da Colônia, ao tratar da necessidade da educação, o diretor da Colônia liga indolência com a falta de força e com a consequente pobreza: "pergunto qual é o meio de coagir os pais indolentes, portanto pobres, se não é permitindo pô-los na cadeia por desobediência, visto que, sendo eles condenados a multas, nunca as pagam e nem com o necessário e devido rigor punem seus filhos, quando vadiam

#### EDICÃO ESPECIAL 50 ANOS

BLUMENAU em CADERNOS

TOMO XLVIII - NOV/DI

Joseph Joseph a Hermann Joseph

em lugar de frequentar a escola?" (BLUMENAU, 1999b, p. 32). Para Hermann, Blumenau, a prisão aparece como uma alternativa em diversos momentos, tratando-se destes sujeitos improdutivos, como também é o caso dos loucos.

Já no ano de 1858, Blumenau solicita a construção de uma cadeia. Em 1862, a Colônia passa a "carecer com urgência" (BLUMENAU, 1962, p. 95) de um local para aprisionar delinqüentes, de maneira que, em 1863, inicia-se a construção de uma casa de detenção.<sup>6</sup> Apesar disso, na década de setenta, inicia novamente uma longa solicitação aos cofres da Província para ampliação da cadeia local. Já em 1872, Blumenau argumenta que "A casa de detenção, de diminutíssimas dimensões e apenas suficientes apara deter dois ou três presos, não apresenta espaço para este fim e deveria ser alargada ou antes reconstruída por não apresentar as condições de uma efetiva cadeia, com o aumento da população e da imigração alta se torna indispensável" (BLUMENAU, 1872). E ainda em 1874: "A construção de uma casa de detenção ou cadeia que sirva ao mesmo tempo de quartel aos policiais, é de grande conveniência, visto que a atual casinha, composta com apenas dois quartinhos, é inteiramente insuficiente para a população sempre crescente." (BLUMENAU, 1999b, p. 36).

Além disso, neste mesmo período, surgiu o problema da gestão da loucura na Colônia. Assim como para os criminosos, a prisão torna-se a alternativa para os "loucos". E sobre este problema, no relatório de 1874, o diretor da Colônia relata sobre a emergência da necessidade de resolver o destino do crescente número de loucos que aparecia pela Colônia. De forma que "[...] por se tratar de loucos perigosos e furiosos, não me restou outra solução senão mantê-los na casa da detenção, aliás um local muito acanhado e impróprio para tal mister. É urgente a conveniência de construir-se uma pequena casa própria para este fim [...]" (BLUMENAU, 1999b, p. 95). Anos mais tarde, Blumenau demonstra a necessidade de separação entre os loucos e os demais doentes: "como porém, foram e são grandes os transtornos e incômodos, que eles causaram aos demais doentes e no regime da enfermaria, será um grande melhoramento e efetivo beneficio para todos a casa de detenção para alienados, cuja construção foi autorizada e em breve será terminada." (BLUMENAU, 1876, não paginado).

No entanto, apesar da insistência de seu diretor, o problema das condições da cadeia e um lugar para os loucos arrastou-se nas décadas que

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Na correspondência do dia 18 de abril de 1863 o diretor solicita para o presidente da província verba para a construção de uma casa de detenção na colônia. E no dia 18 de junho do mesmo ano, é autorizada a construção da casa de detenção. BLUMENAU, Hermann. Carta da Colônia Blumenau para o Presidente da Província. 1863. Manuscrito. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

se sucederam. Somente na década de noventa é que a construção de uma nova cadeia pública tomou força.<sup>7</sup> Em 1893, Augusto Germer oferece uma casa e terrenos para o governo para servir de cadeia:

A intendência julga muito necessária a compra desta casa e terreno oferecida pelo suppte para cadeia desta vila, visto a atual cadeia ser muito pequena, e em condições péssimas por falta de segurança. O preço pedido é razoável, em vista do valor atual das construções. Com a verba existente e como o produto da venda do terreno da atual cadeia ficará este município com uma cadeia nas condições exigidas em vista da grande povoação e dos numerosos processos continuamente se amontoam neste município. A cadeia atual tão pouco corresponde com as exigências desta localidade que os presos de criminalidade mais leves andam em liberdade pelas ruas desta vila.8

Outro tema de constante preocupação refere-se aos solteiros<sup>9</sup>. Em 1848, ainda antes de possuir seu empreendimento colonial, Hermann Blumenau incentiva o "jovem solteiro que se sentir pressionado na Alemanha e quiser mudar de ares libertando-se de suas amarras" para emigrar para o Sul do Brasil, através de exaltações de sentimentos como "ter coragem", "força", "energia", "conhecimento". Indicando para este que possua estas características tentar a sorte "na província de Santa Catarina, onde estaria rodeado por uma natureza bela e, além do mais, em lugar algum do mundo encontraria um clima tão ameno e um pedacinho de terra tão encantador."(BLUMENAU, 1999a, p. 205) Mas poucos anos mais tarde, estes solteiros tornam-se um problema de gestão, já que

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> A Lei Estadual nº18 de 10/11/1891 concede o crédito de 6 contos de reis para a construção de uma nova cadeia pública de Blumenau. e pela lei de nº189 de 14 de outubro de 1895, o governo do Estado foi autorizado a construir uma cadeira pública e vender o prédio e o terreno em que se achava a antiga.

<sup>8</sup> CÂMARA DE BLUMENAU. Ata da Seção realizada no dia 11 de fevereiro de 1893. p. 158. (Grifo nosso). O curioso é que justamente 3 anos antes um jornal local divulgava que a cadeia teria perdido a sua serventia justamente porque todos os prisioneiros teriam sido libertados: "Aluga-se: a cadeia publica local esta para alugar, está atualmente vazia, pois o tribunal de justiça libertaram todos os prisioneiros, inclusive a viúva Kaestner, duas vezes condenada a morte. O carcereiro atualmente para manter-se trabalha como sapateiro e ansiosamente espera os próximos inquilinos. Maravilhosa terra de Blumenau! os prisioneiros estavam encarcerados inocentemente e a prisão está vazia, talvez a única no mundo inteiro." ALUGA-SE. Blumenauer Zeitung. Blumenau. 22 mar. 1890. Coleção de Periódicos. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

<sup>9</sup> A preocupação com os solteiros não se trata de uma característica específica da Colônia Blumenau, de maneira que evitar ceder terras para solteiros era um dos conselhos comuns a todos os administradores de colônias neste período.

possuem uma fixação precária. Desta forma, o solteiro que buscar estabelecerse na Colônia, passa a encontrar dificuldades já no momento da compra de suas terras. Em 1855, define que não costuma ceder terras para solteiros, "salvo se puderem provar que, após o pagamento e de acordo com o tamanho da área, reste um capital de 250-400 mil réis para contratar trabalhadores e providenciam as devidas instalações." (BLUMENAU, 2002, p. 85).

Mas, o curioso é que de diversas maneiras aparecem as dificuldades de gestão destes indivíduos, chegando em 1853 a serem definidos como uma "verdadeira praga" (BLUMENAU, 1853. não paginado), pois "andam trabalhando aqui e acolá, ausentam-se da Colônia e em breve tornam-se a vir para depois de semanas e meses de novo ausentarem-se" (BLUMENAU, 1959, p. 70). Segundo Hermann Blumenau, chegando na Colônia estes, chamados de "rapazes fogosos ou malcriados mui raras vezes alguém os quer empregar nos seus trabalhos, nem de graça, e só pela comida." (BLUMENAU, 1959, p. 70)

Ainda sobre os jovens solteiros, em 1855 o diretor da Colônia afirma:

a situação também não é melhor para os jovens das chamadas classes cultas, que foram mandados embora de casa por não se ajustarem a mesma, ou vieram movidos pela necessidade ou por pura indolência. Muitas vezes desconhecem as próprias forças e, na maioria dos casos, não querem trabalhar. Quanto antes estes recém-chegados foram embora, melhora para os mesmos e a para a colônia, pois raramente consegue satisfazêlos." (BLUMENAU, 2002, p. 33).

A partir disso, podemos afirmar que os temas da mobilidade e da propriedade aparecem muitas vezes vinculados ao elemento da família. De modo que, apesar de que durante o século XIX a noção de indivíduo ser emergente enquanto unidade de controle e identidade, será na família que se depositará a esperança de preservar os colonos dentro de sua propriedade ou dentro do projeto de colonização.<sup>10</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Sobre isso Giralda Seyferth já havia apontado para esta preocupação dos administradores da Colônia Brusque. "Os colonos não podiam se retirar da colônia sem autorização; portanto não tinham liberdade de ir e vir, nem de abandonar seus lotes para buscar melhores condições em outras áreas colônias do estado. Transparece nos documentos a preocupação com as fugas de imigrantes, atraídos pelas condições oferecidas na vizinha república argentina" (SEYFERTH, 1988, p. 12).

Hermann Blumenau já havia tratado em um de seus relatórios ainda na década de 50 sobre a dificuldade de gestão destes indivíduos. Ao tratar da escolha para o engajamento de colonos, Blumenau afirma que é preciso um maior cuidado na escolha:

[...] nem sempre se fica com gente boa e fugindo, sobretudo, os solteiros, com facilidade no vasto país e sendo difícil de apanhálos de novo, e obter justiça contra eles, resulta daí grave prejuízo. Os país de família não fogem e com tanta facilidade não podem fugir, morrendo alguns deles, cujos adiantamentos ordinariamente são consideráveis e deixando viúva e as vezes quatro filhinhos, o adiantamento não só fica perdido mas ainda deve fazer sacrifícios para sustentar a família para que não pereça de fome (BLUMENAU, 1959, p. 94).

Em seu relatório do ano de 1870, Blumenau estabelece um título específico para tratar das "dívidas dos colonos ao governo e cobrança das mesmas" (BLUMENAU, 1870, não paginado). Nele estabelece a relação entre a dificuldade da cobrança das dívidas dos colonos com o problema do registro dos indivíduos.

[...] Em uma colônia um mal devedor podia ser e ficava executado e emitido do seu lote por um diretor e não carecia ou havia assim como foi e atualmente é o caso, razão de mudar-se para a capital ou a corte para do governo não só solicitar mas também receber de novo transporte gratuito ou adiantado para outra colônia ou parte do Império, e neste novo lote de terras acredito e acaso ainda subsídios, adiantamentos, donativos etc. As respectivas medidas por inteiro zelo do diretor não só seriam ilusórios e até odiosos mas realmente ridículos, desta maneira portanto deve ser tratado com sistema e em coerência com o resto da colonização. (BLUMENAU, 1870, não paginado).

As práticas de registro, ainda incipientes no período, apresentavamdimar se limitadas e contraditórias, de maneira que ainda se tornava difícil comprometer juridicamente os tais mal pagadores. A estatística, este instrumento necessário para o governo de uma população emergente no

les ando con

infrades di

. Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

século XIX, tinha sua prática constantemente criticada. E por isso, seus dados não eram levados a sério nem mesmo pelos administradores. Sobre isso, em 1876. Hermann Blumenau afirmava:

> O levantamento da estatística luta constantemente com os máximos obstáculos por causa da má vontade e estupidez de uma não pequena população [...] que até não raras vezes com brutalidade recebe e despede as pessoas encarregadas do mesmo levantamento recusando decididamente as indicações pedidas, porque, segundo seu modo de pensar, tal operação não tem outro fim senão o recrutamento. Assim uma parte das respectivas cifras não podem ser qualificada senão como aproximativa. (BLUMENAU, 1876, não paginado).

Apesar da prática do registro civil ser uma constante na Colônia desde 1863, ao longo das décadas seu resultado foi constantemente apontado como insatisfatório e com os dados incompletos. Segundo Hermann Blumenau, haveria uma certa "resistência" e estes mecanismos de registro, que teriam suas causas na:

> [...] repugnância e os preconceitos, talvez ainda artificialmente nutridos e excitados, do povo contra tudo que é novo e sua ignorância; a pouca instrução dos Inspetores de Quarteirão e os incômodos e perdas de tempo e até de dinheiro, que o novo dever, de ajudantes do encarregado de registro, lhes impõe a grandes distâncias e a disseminação da população composta de elementos heterogêneos e falando três línguas diferentes pelo menos; a frequente impossibilidade prática de tornar efetivas as penas e multas da lei tudo isso contribui para dificultar a rápida e boa execução de uma instituição, aliás tão necessária e salutar, e somente pouco a pouco o registro poderá fornecer dados completos e realmente fidedignos. (BLUMENAU, 1876, não paginado).

O tema do registro nos leva ao tema da dificuldade de controle jurídico

<sup>11</sup> Sobre isso ver MACHADO, 2006.

em CADERNOS

TOMO XLVIII - NOV/DEZ 2007 - Nº 11/12

dos Indivíduos na Colônia Blumenau. Dentre uma série de processos judiciais analisados<sup>11</sup>, um total de 42 tratavam de cobranças de dívidas relativas a empréstimos da direção da Colônia com colonos, entre colonos ou com algum comerciante. Mas dentre estes, é constante a dificuldade de cobrança destas dívidas, já que por muitas vezes tais devedores ausentavam-se da Colônia indo para lugares incertos. Casos como o de Hans Blume que em 1885<sup>12</sup> o juiz municipal manda embargar seus bens devido ao não pagamento de suas dívidas com o comerciante Salinger. No decorrer do embargo, porém, Salinger não consegue cobrar tais dívidas porque Blume retirou-se da Colônia. Várias testemunhas apontam que sabem que Blume saiu fugido do lugar onde morava, "tendo se dirigido para os campos". Da mesma maneira ao ser cobrado judicialmente, o devedor Guilherme Steinbach<sup>13</sup> no mesmo dia da audiência retirou-se "para fora deste termo e como consta até para fora desta província e pretendendo a família do dito devedor vender todos os seus bens para seguir seu chefe"<sup>13</sup> 14

Já em 1887<sup>15</sup>, Frederico Franz tem sua dívida com Luiz Sachleben executada. No entanto, por estar na cadeia da Vila, não teve como cumprir seu acerto, ficando devedor de 50 dúzias de tábuas. Sendo assim quase tudo o que tinha acabou sendo confiscado pela justiça.

A cadeia se transformava na possibilidade de fixação do indivíduo na localidade, e impedido que fugisse. Como é o caso de Simoni Galliani, que ao que tudo indica também pretendia fugir, e acabou sendo recolhido pelo poder local. Em 1891<sup>16</sup> João Ehmke tenta cobrar as dívidas que Guilherme Bathke havia contraído consigo. Mas segundo as testemunhas, o acusado se encontra "ausente em lugar incerto". Guilherme Augusto 7 no ano de 1892, ao ser cobrado, alega que tinha dinheiro para receber do caixa dos órfãos, e por isso ainda não havia pago. Mas, no entanto, o processo indica que o mesmo estava de "malas prontas para fugir para o Rio Grande do Sul." Em 1892<sup>18</sup>, Frederico Von Ockel cobra de Martim Baggett dívida que havia

<sup>12</sup> Processo n. 31, 1885. Embargos. Gustav Salinger/ Hans Blume. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Processo n. 47, 1887. Embargo de bens. Pedro Hofmann. Guilherme Steinbach. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Em processos judiciais de cobrança de dívidas é possível encontrar dezenas de casos como este, mas por questão de espaço aqui optamos por não citá-los.

<sup>15</sup> Processo n. 44. Executiva. Luiz Sachtleben. Frederico Franz. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

<sup>16</sup> Processo n. 58. Penhora da Bens. João Ehmke. Guilherme Bathke. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Processo n. 74. Execução. Elesbão Pinto da Luz. Guilherme Augusto Becker. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

<sup>18</sup> Processo n. 79, 1892. Embargo. Frederico Von Ockel. Martim Baggett. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.